



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 45

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de março de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Carlos Freitas) e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 2 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com [Debate de Urgência sobre “o plano de privatização do sector público empresarial”](#). A intervenção inicial coube ao Deputado Francisco Lima (CH), tendo o debate prosseguido com as intervenções dos Deputados Carlos Silva (PS), Joaquim Machado (PSD), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Hélia Cardoso (CH), Pedro Neves (PAN), José Pacheco (CH), Pedro Pinto (CDS-PP), Luís Leal (PS), Paulo Margato (PPM), bem como do Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas). No decorrer do debate, foi solicitada a defesa da honra por parte do Deputado Luís Leal (PS). Também pediram a palavra para um protesto e contraprotesto, o Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas) e o Deputado Carlos Silva (PS).

Prosseguiu-se com os trabalhos da agenda, passando à votação do ponto 3, [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII – “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores” \(BE\)](#), o qual foi rejeitado. Procederam a declarações de voto os Deputados Nídia Inácio (PSD), António Lima (BE), Hélia Cardoso (CH), Paulo Margato (PPM) e Inês Sá (PS).

De seguida, foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII – “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante” \(PAN\)](#). Feita a apresentação pelo Deputado Pedro Neves (PAN),

intervieram no debate os Deputados Paulo Chaves (PSD), José Paulo Sousa (CH), Luís Soares (PSD), António Lima (BE), Joana Pombo Tavares (PS), Carlos Rodrigues (PSD), Nuno Barata (IL) e Pedro Pinto (CDS-PP), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura). Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Os trabalhos prosseguiram com o ponto 5 da agenda relativo ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII – “Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional” (BE).

Após a apresentação inicial pelo Deputado António Lima (BE), usaram da palavra os Deputados Olivéria Santos (CH), Pedro Neves (PAN), Cristina Calisto (PS), Paulo Margato (PPM), Sabrina Furtado (PSD), Nuno Barata (IL) e Pedro Pinto (CDS-PP), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas). O diploma em referência foi rejeitado.

Passou-se, de seguida, à apreciação e votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII – “Procede à sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores – SIADAPRA” (GRA). A apresentação da iniciativa coube ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas), tendo intervindo no debate os Deputados Olivéria Santos (CH), Pedro Neves (PAN), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Isabel Teixeira (PS), Sabrina Furtado (PSD), Paulo Margato (PPM), Pedro Pinto (CDS-PP). Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 26 minutos

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José **Paulo** Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge de Azevedo Faim **Margato**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme deliberado pela conferência de líderes, esta manhã, vamos ter o debate de urgência sobre o plano de privatização do setor público empresarial. É um debate de urgência solicitado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos atribuídos para este debate são os seguintes: o Governo, os Grupos Parlamentares do PSD, do PS e do CHEGA dispõem de 25 minutos cada; o CDS-PP dispõe de 12 minutos; as representações parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem de 10 minutos cada.

Para dar início ao debate, por parte do Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Lima (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo da Coligação está a governar os Açores há 1569 dias, 10 horas e poucos minutos.

Em 15 de março de 2024, esta coligação viu o seu programa de governo aprovado com os votos favoráveis do CHEGA.

Não sendo o programa do CHEGA, foi reconhecido por nós que havia intenção de, em algumas áreas, fazer diferente. Refiro-me concretamente à política económica assente na redução de impostos e na aposta no setor privado, mudando o paradigma socialista de 24 anos de governação com impostos altos e a máquina do Estado cada vez maior e cada vez menos eficiente.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ora bem!

O Orador: Na página 24 do seu programa e sobre privatizações diz: “defendemos o cumprimento da obrigação imposta pela Comissão Europeia de privatização da Azores Airlines até 2025”.

Acrescentando ainda: devemos “aumentar a articulação com o setor privado e social nalgumas áreas como a saúde e o social”.

Ironicamente, por força das circunstâncias, esta articulação com o setor privado na área da saúde acabou por se concretizar após o incêndio do HDES “em que foram os privados que impediram uma verdadeira catástrofe na saúde na maior ilha dos Açores”. Esta articulação com o setor privado na área do social também se concretizou em janeiro de 2025, quando propôs e aprovou, com os votos do CHEGA, a prestação de serviços sociais nos Açores, na área das creches, ou no apoio aos idosos. Uma mudança do paradigma socialista.

E ainda no programa do Governo, na página 29, diz: “conceber programas de gestão de imóveis do património público não utilizado, de forma a planear a sua rentabilização no âmbito das necessidades da administração pública regional ou possibilitar o seu arrendamento e alienação junto de privados”.

Em 25 de novembro de 2024, na apresentação do Plano e Orçamento para 2025, o Sr. Secretário das Finanças, hoje aqui presente, disse: “estamos a lançar um ambicioso

programa de otimização do património público regional e que o património e imóvel da região não pode continuar ao abandono”. Infelizmente, até à data, nada de relevante foi feito ou aconteceu. A degradação e abandono do património público continua.

Em relação ao Setor Público Empresarial Regional, em 25 de novembro de 2024, também disse o Sr. Secretário das Finanças: “vamos lançar um novo impulso e uma reflexão profunda sobre o que deve ser feito a nível do serviço prestado pelo público distinguindo do serviço público que pode ser prestado pelos privados”. E continuou dizendo que, para além das privatizações da Azores Airlines e dos serviços de Handling da Sata, decorrentes dos compromissos assumidos com a Comissão Europeia, e no seguimento da venda bem-sucedida dos hotéis da Graciosa e das Flores, iria prosseguir com a venda da SEGMA, GLOBALEDA e de algumas áreas operadas pelo IAMA e pela LOTAÇOR. Estamos realmente a mudar o perfil da economia dos Açores, menos economia pública e melhor serviço público, mais economia privada e melhor remuneração e emprego.

Mas, em matéria de privatizações, este Governo Regional, para além dos discursos efusivos não avança, ou avança como diz o povo “a passo de caracol”.

O CHEGA propôs este debate de urgência porque realmente é urgente que o Governo Regional proceda à alienação de participações sociais, alienação de património e, em alguns casos, concessões ou parcerias público-privadas do setor público empresarial da Região.

Pretendemos com este debate que o Governo Regional assuma um compromisso público e até apresente um plano concreto de privatizações com datas e com metas concretas. Não podemos manter as privatizações apenas no plano das meras intenções, dos discursos de ocasião, de alegar ser diferente da governação socialista na retórica, dizer que vai mudar para manter tudo na mesma.

É urgente mudar de rumo, fazer diferente do que foi feito no passado, aliás fazer diferente do que tem sido feito nos últimos 50 anos, com um setor público sempre a crescer e os Açorianos sempre a empobrecer.

Senão vejamos: a carteira de participações diretas da RAA nas entidades empresariais, em 2023, apresentava, a 31 de dezembro de 2023, um valor nominal de 474,2 milhões de euros, sendo que 176,8 milhões de euros respeitavam a participações no capital social das 13 empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER). Isto é um valor demasiado elevado para ser ignorado.

No ano de 2023, as entidades do SPER apresentaram um resultado líquido negativo de 42,9 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento de 2,9 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os subsídios à exploração foram de 340,4 milhões de euros, contabilizando um aumento de 25,3 milhões de euros relativamente ao ano de 2022.

Os juros e gastos similares suportados em 2023 situaram-se nos 58,2 milhões de euros, o que representou, face a 2022, um aumento de 19,6 milhões de euros.

Sem quaisquer preconceitos, o Governo Regional deve proceder à venda, privatização, alienação ou concessão das seguintes empresas, entidades e infraestruturas:

1. Privatizações:

1.1 Privatização com a máxima urgência da totalidade do capital social da Azores Airlines e da Sata Handling, conforme já acordado com a União Europeia.

1.2 Privatização da totalidade do capital das empresas do grupo EDA, ou seja, Eda SA, Eda Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA. Esta ideia peregrina de só privatizar as empresas do grupo EDA que dão prejuízo é inviável, mais vale extingui-las, pois ninguém as quer comprar.

1.3 Privatização de entidades e imóveis que fazem parte das Ilhas de Valor, nomeadamente, Campos de Golfe da ilha Terceira e os campos de Golfe da Batalha e das Furnas em São Miguel.

2. Concessões com ou sem indemnizações compensatórias, conforme o caso:

2.1 Concessão do serviço de lotas em todas as ilhas.

2.2 Concessão do Matadouro de São Miguel e da ilha Terceira.

2.3 Concessão de todas as termas, como é o caso das Termas do Varadouro.

3. Alienar:

3.1 Todos os terrenos rústicos, exceto aqueles que tenham interesse específico em matéria de proteção do ambiente ou de outro interesse público.

3.2 Terrenos urbanos.

3.3 Imóveis devolutos.

3.4 Imóveis subaproveitados ou em avançado estado de degradação.

4. Extinguir: todas as empresas em que não haja interessados na compra, não prestem qualquer serviço indispensável e apresentem prejuízos económicos.

Com estas privatizações, a Região pode fazer um encaixe financeiro muito substancial. O CHEGA propõe ainda que 50 % desta verba extraordinária seja para amortizar dívida e os restantes 50 % que se destine, uma parte, à dinamização da atividade económica, ao reforço dos fundos de capitalização de empresas e ao Fundo de Contragarantia Mútuo, por exemplo; e outra parte, para obras de manutenção e requalificação de infraestruturas públicas, nomeadamente escolas, portos de pesca, centros de saúde, lares de idosos, etc.

Recordo aqui que só as administrações de 23 empresas públicas nos Açores custam cerca de 5,1 milhões de euros e em média cada administrador custa 76,8 mil euros, para gerir e administrar um setor público empresarial completamente falido e subsídio-dependente.

A urgência destas privatizações, além do encaixe financeiro extraordinário, pode promover uma melhor gestão, melhorar a eficiência do serviço ou reduzir os prejuízos de exploração noutros casos. Com este plano, o Governo pode amortizar dívida pública, alavancar investimento público e privado e proceder à requalificação do edificado público. Também é urgente promover a concorrência, melhorar a eficiência e a competitividade das empresas e libertar a economia das amarras dos monopólios e oligopólios instalados.

O CHEGA vem alertando há demasiado tempo para as empresas públicas em situação de falência técnica, que devem ser reestruturadas ou até mesmo encerradas, sendo o caso da SATA um exemplo gritante.

Por isso, o CHEGA inicia este debate questionando o Governo sobre:

- 1- Qual o Plano de Privatizações deste Governo para os Açores?
- 2- Quais as empresas públicas objeto de privatizações?
- 3- Que serviços públicos pensam concessionar?
- 4- Em que fase nos encontramos em matéria de privatizações?
- 5- Qual o destino da receita extraordinária dessas privatizações?

Para concluir, torna-se mais que evidente que o Governo Regional tem um elevado custo de oportunidade com o setor empresarial público e mesmo nas empresas lucrativas a taxa de rentabilidade dos seus capitais próprios é inferior na maior parte dos casos à taxa de juro com que a Região atualmente se financia, pagando nalguns casos taxas de juro escandalosas como foram os juros pagos no Grupo Sata.

Em matéria da qualidade de gestão então a situação é ainda pior, com muitos administradores inexperientes, alguns até incompetentes, onde o principal critério de recrutamento é o da confiança política.

É chegada a hora de fazer uma rotura nos Açores com as políticas de esquerda desastrosas que nos trouxeram até aqui.

Deve a Região tomar a iniciativa de vender os seus ativos não estratégicos enquanto ainda tem autonomia financeira, para não acontecer como na República em que a troika, em 2011, obrigou a vender, mas em saldo, todas as empresas públicas como a EDP, a companhia de seguros Fidelidade, os CTT, a ANA Aeroportos, etc.

Está na hora de separar, nesta Assembleia, o trigo do joio, de cada partido dizer ao que vem. O programa eleitoral do CHEGA é claro em matéria de privatizações, liberalização da economia e promoção da concorrência. O CHEGA é claro quando diz que é um partido liberal na economia e conservador nos valores. É chegada a hora da coligação dizer aos Açorianos ao que vem e para onde quer levar os Açores: se para o

caminho do liberalismo económico ou se quer manter o socialismo mais 24 anos nos Açores.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Em primeiro lugar, gostaria, em nome do Governo, de agradecer a oportunidade e a tempestividade deste debate proposto pelo CHEGA e também dar nota de que o Governo estará sempre disponível, aqui e nas comissões, para poder clarificar o seu trabalho, os seus planos e estratégias. Para além de agradecer e parabenizar o CHEGA por esta oportunidade e tempestividade, também dar nota que, dentro de 6 meses, poderemos estar aqui, de novo, fazendo um ponto de situação sobre estas matérias. É do nosso interesse e penso que será do interesse de toda esta Casa.

Eu gostaria de começar por dar uma nota relativamente à economia e sociedade dos Açores, e à arquitetura socioeconómica desta Região. Pela minha formação pessoal, curricular, mas também por provir de uma terra muito pequena, sei bem que os manuais de economia não podem ser levados à letra nos Açores.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podem ser levados à letra nos Açores porque temos economias pequenas, distantes, e se formos levar à letra os manuais de economia, de forma estrita, em todas e em cada uma das ilhas, em todos e cada um dos setores, teremos um problema para todos e, desde logo, para os empresários.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Dito isto, temos de ter consciência do chão que pisamos, mas também temos de ter consciência que as situações não podem permanecer, como aqui disse, e bem, o Sr. Deputado do CHEGA.

A Região já foi proprietária de conserveiras, de cervejeiras...

Deputado José Pacheco (CH): Bancos! E ficou a dever às pessoas!

O Orador: É verdade, de bancos, de pousadas da juventude, de açucareiras e isto sofreu uma evolução.

Houve tempo em que, nalgumas ilhas, para haver hotéis, tinha de ser o Estado, feito Região, a construir esses hotéis. Aconteceu, há muitos anos, no Pico e em São Jorge; aconteceu, há menos anos, na Graciosa e nas Flores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Agora, no segundo decénio do século XXI, nós já não temos essa obrigação de construir e manter hotéis. Porquê? Porque a economia e a indústria do turismo evoluíram e, neste momento, os manuais de economia já podem, talvez, ser um pouco mais usados nesses setores e em todas as ilhas, mas não de forma estrita e completa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dito isto, a Região já se desfez de, como disse, conserveira, através de uma cessão.

Mas já antes do XIII Governo, a Região tinha, num passado mais distante, vendido os hotéis do Pico e de São Jorge; tinha vendido, também, um banco; e também, já no consulado socialista, foi vendida, desde logo, a norma ou feita a cessão da exploração das pousadas da juventude. E isto também porque a economia evoluiu para além das matérias dicotómicas em relação à visão social e ideológica da nossa sociedade. Mas a verdade é que houve esta evolução.

Com o XIII e o XIV Governo, foi implementado um esforço maior de análise, de extinção, de cessão, de fusão do Setor Público Empresarial Regional, que diminuiu significativamente.

Foi feita a cessão da exploração da Santa Catarina, a alienação da Naval Canal, a extinção da SDEA (Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.), da Azorina; tudo isto foi desenvolvido sem dramas sociais, sem dramas económicos, mantendo a economia, a sociedade, o emprego, de uma forma natural, e fazendo a evolução que os nossos dias impõem nesta matéria. A visão do Governo de coligação é, como disse e repito agora, que o serviço público não tem de ser prestado por entidades públicas. O serviço público deve ser prestado da maneira melhor e mais eficiente possível para a nossa sociedade, mas pode ser prestado por entidades públicas ou por entidades privadas. E aí estamos, claramente, em concordância e em sintonia com o que aqui foi referido.

Mas também é preciso dizer que, no caso em concreto que foi aqui referido pelo Sr. Deputado Francisco Lima, em relação à SATA, não depende só de uma opção político-ideológica. Aquilo que estamos a fazer em relação à SATA depende da contratualização que temos, como Região e como Estado-membro, com a Comissão Europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós comprometemo-nos para termos um plano de salvaguarda de resgate, de reestruturação da SATA; comprometemo-nos, até ao final de 2025, a alienar a Azores Airlines em mais de 50 % e a alienar, em 100 %, o negócio do *handling* da SATA. Esta matéria não é nem ideológica nem de opção; é uma obrigação de Estado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é essa obrigação de Estado que a Região está encarregue de fazer cumprir.

Neste momento, como se sabe, em relação à SATA Azores Airlines (a S4), o processo está numa via de diálogo aberta. Recentemente, como o Sr. Presidente do Governo já

referiu, esperamos que, até ao final do mês de março, possamos ter clarificações sobre o que é que se vai passar, dependendo de algo que para nós é fundamental: a defesa do interesse público. E quando o Governo diz que há uma valorização do ativo e só há espaço para conversarmos, no futuro, com um consórcio se o consórcio acompanhar a valorização desse ativo, na defesa do interesse público, é isso que vai ter de acontecer. Esperemos que, até ao final deste mês de março, possamos ter condições para saber o que é que se vai passar e se há condições para nos sentarmos — no caso, o Conselho de Administração e o júri, acompanhado pela comissão técnica — à mesa das negociações com o consórcio, desde que este acompanhe a valorização do ativo, defendendo, naturalmente, este interesse público da Região. Se tal não acontecer (é preciso que fique claro), a Região compromete-se a cumprir a obrigação do Estado português perante a Comissão Europeia: alienar mais de 50 % da Azores Airlines e alienar 100 % do negócio de *handling* do Grupo SATA.

Portanto, isto fique claro para todos porque é este o caminho e, como disse e repito, não é uma posição ideológica deste Governo ou daquele governo; poderemos até concordar, mais ou menos, com isto, mas é uma obrigação de Estado e nós temos de a cumprir, porque é assim que as coisas se devem passar.

Em relação ao *handling*, também posso dar nota que o trabalho de separação do negócio está feito e aqui faço um pequeno parêntese. A separação do negócio do *handling* é importante, não só para cumprimento do acordo de Estado que nós temos, mas também por outra razão: para podermos saber, efetivamente, o que é que o negócio de *handling* representa na SATA. Reparem, é possível que prestar *handling* nalgumas ilhas, necessariamente, dê prejuízo. Só que o Grupo SATA não é remunerado pela prestação desse serviço público. Mesmo que não fosse para cumprir a obrigação de Estado, da alienação do *handling*, era importante identificar, fazer o *carve-out* do serviço do negócio de *handling* da SATA, para que pudesse ser posto em cima da mesa e haver indemnização, pelo menos, por esse serviço público, como há indemnização pelo serviço público de transporte aéreo entre as nossas várias ilhas. Portanto, para além

desta obrigação, é uma necessidade da própria empresa e dos Açores. Porque, a partir do momento em que a Região, por via do acordo que tem com Bruxelas, não pode meter mais dinheiro no capital da SATA, é importante que os negócios da SATA, do Grupo todo, que deem prejuízo, sejam revistos.

Os que deem prejuízo por erros de gestão têm de ser anulados; não podemos continuar com eles. Já aqueles que dão prejuízo pelo serviço público que prestam — como é o caso das ligações inter-ilhas, do *handling* ou das ligações entre Lisboa, Pico, Faial e Santa Maria — para esses, tem de haver uma indemnização, porque é um serviço público que tem de ser prestado. Nesse aspeto, tem de haver individualização desses negócios, quer seja da ligação para o continente destas três *gateways*, quer seja das ligações internas que, naturalmente, muitas vezes não são economicamente viáveis, quer seja do *handling*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Naturalmente, isto tem de ser individualizado e otimizado, é evidente, tornando mais eficiente cada um desses negócios, mas também tem de ser posto em cima da mesa aquilo que é serviço público. Sendo serviço público, tem de ter uma indemnização. Nesse aspeto, também é relevante haver este *carve-out* do *handling* e haver autonomização do *handling*, como também temos autonomização da conta das ligações destas três *gateways* ou da conta da ligação inter-ilhas.

Mas também gostaria de dar nota aqui hoje, comprometendo mais uma vez a, nos próximos meses, podermos vir aqui para fazer um ponto de situação da evolução. É preciso ter em atenção que estas matérias não se fazem de um dia para o outro.

Eu dou um exemplo: em relação ao golfe, o que é que se está a fazer neste momento em relação ao golfe? Os três campos de golfe dos Açores são património da Ilhas de Valor, S.A. Mas há um deles, em especial, que tem um enorme potencial imobiliário e é evidente que, sendo a Ilhas de Valor uma sociedade pública (uma sociedade anónima de 100 % de capitais públicos), na defesa do interesse público, temos de valorizar aquele ativo. Se o grande valor do clube do golfe da Batalha está no seu potencial

imobiliário, o que é que nós temos de fazer? Temos de fazer pedidos de informação prévia, que já estão pedidos e a sua resposta está a ser finalizado, à Câmara da Ribeira Grande, à Câmara de Ponta Delgada, para, com esse pedido de informação prévia, ganharmos um direito de construção que será valorizado depois naquilo que é o valor do ativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isto que estamos a fazer. Isto não se pode fazer de um momento para o outro e, aliás, até dependemos disso. Neste momento, estamos em diálogo com uma das câmaras para detalhar alguns pormenores. Quando isto estiver concluído, em relação ao potencial imobiliário deste ativo, vamos, naturalmente, passar à fase seguinte, que é fazer procura de entidades que possam ajudar na alienação — um banco de investimentos, eventualmente que tenha mais especialidade para estas áreas de negócio — de forma sempre naturalmente transparente, como se fez transparentemente a alienação dos hotéis das Flores e da Graciosa. Depois, com essa valorização dos ativos, procuramos alguém que nos possa comprá-los.

Na verdade, a questão da receita das alienações já está resolvida à partida; é a própria lei que obriga a que essas receitas vão para capitais do SPER ou então, para diminuição da dívida. Aí, não é questão, é um dado adquirido do normativo que temos, regional e neste caso nacional.

Mas gostaria de dizer que, em relação ao golfe, é este o ponto de situação; em breve, teremos as respostas finais das câmaras para fazer a valorização destes ativos e depois passar à fase de alienação.

Mas a nossa visão é bastante mais alargada e mais compreensiva em relação a todo o Setor Público Empresarial Regional, como aqui referi em final de novembro passado. É por isso que estamos a finalizar a contratação de um estudo para nos ajudar à reflexão sobre o restante do Setor Público Empresarial Regional.

Eu dou exemplos.

Deputado Nuno Barata (IL): Mais um estudo!

O Orador: Não é mais um estudo, Sr. Deputado. Não espere que nós possamos decidir. Se nós decidíssemos que iríamos vender esta empresa ou aquela, pode ser cessão de exploração, pode ser extinção, pode ser fusão, pode ser alienação, e eu, como responsável político, não me sinto confortável em decidir, sem ter estas matérias aprofundadas devidamente.

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores estiveram na oposição 24 anos, não tiveram tempo?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E não é um estudo para decidir, é para ajudar à decisão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A decisão global está tomada e os Srs. Deputados vão já perceber que ela vai bem mais além, eventualmente, daquilo que cada um de vós pensais hoje e já lá chegaremos.

Porque o que está em causa, neste momento, é tomar decisões, e repito, tomar decisões em relação aos ativos que temos ainda entre mãos, para além do golfe, para além da SATA, de que já falámos, para o restante (que eu vou especificar); tomar decisões, se é por extinção, se é por cessão, se é por alienação, se é por fusão. É preciso decidir e, para decidir, nós temos de ter os dados e temos de estar confortados pela profundidade analítica das matérias que temos entre mãos e também do escopo de decisão que nós temos, relativamente ao SPER, que sabemos bem que é matricial para o futuro dos Açores.

Estamos conscientes disso, Sr. Deputado, Sras. e Srs. Deputados e estamos aqui para fazer esse trabalho. Não é meramente para dizer que o perfil da economia dos Açores mudou; isso, já todos percebemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mudou, já não está tão dependente do público, está cada vez mais dependente do privado. A receita de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) a crescer vai continuar; a economia dos Açores está robusta como nunca e dinâmica como nunca.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Mas é também por isso que é o momento de dar à iniciativa privada aquilo em que ela tem apetência, aquilo em que ela tem dinâmica, aquilo em que ela tem capacidade. A forma como se vai entregar à iniciativa privada vai ser analisada nos próximos meses e, certamente, dentro de 6 meses, aqui poderemos dar já, claramente, a nota.

Sr. Deputado, fica esse compromisso, pode já pré-agendar um debate desta natureza para daqui a 6 meses.

Deputado Francisco Lima (CH): Já está anotado, 6 meses.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Já estamos a tratar disso!

O Orador: Nós, nessa altura, vamos dar nota do que se passou com a SATA ou do que se passou com o golfe e do que se passou com este estudo e com estes caminhos que temos para fusão, cessão, alienação ou extinção destas empresas. E quais serão aquelas que vão estar no escopo deste estudo? Teatro Micaelense. A Região tem um teatro. Será que precisa de um teatro?

Deputado José Pacheco (CH): Não precisa daquele teatro!

O Orador: A Atlânticoline. A Empresa de Lanchas do Pico, que deu lugar à Transmaçor, foi dezenas e dezenas de anos lucrativa. Será que o serviço que é prestado pela Atlânticoline terá apetência para ser privatizado (ou pelo menos parte dele)?

O Teatro Micaelense estará e a Atlânticoline estarão nesse estudo; mas estará também o IROA (Instituto Regional do Ordenamento Agrário); o IAMA (Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas) estará; naturalmente, também a Portos dos Açores e a Lotaçor. Há áreas de negócio da Portos dos Açores que podem ter geridas pelos privados; da Lotaçor também, do IAMA, do IROA, Teatro Micaelense, a Atlânticoline. Como disse, Sr. Deputado, está a ver que vamos até um pouco mais longe do que aquilo que foi aqui colocado em cima da mesa.

Deputado Francisco Lima (CH): Ainda bem.

O Orador: Em relação à EDA — também fique claro, porque, nestas matérias, é importante separar as águas e ser claros — não é intenção do XIV Governo Regional alienar mais capital da *holding* da EDA, mas sim alienar os negócios da SEGMA e da GLOBALEDA, como aqui foi referido.

Também lhe posso dizer que, até ao final deste trimestre, até ao final deste mês de março, o Conselho de Administração da EDA ficou de apresentar às tutelas — à tutela financeira e à tutela setorial — as opções para alienação do negócio da SEGMA e da GLOBALEDA. Portanto, até ao final deste mês de março, isso vai ser definido, para depois seguir o seu caminho; se calhar, dentro de 6 meses, esses casos, até já estarão alienados, ou fundidos, ou extintos. Como é até ao final deste primeiro trimestre, possivelmente no final do primeiro semestre, já teremos algumas decisões sobre esta matéria.

A terminar, não vamos fazer tudo ao mesmo tempo e, naturalmente, não vamos fazer tudo da mesma forma.

Deputado Carlos Silva (PS): Não tenha pressa, Sr. Secretário.

O Orador: Pode haver empresas, áreas de negócio que avançarão mais depressa num sentido do que outras.

Não vamos fazer tudo ao mesmo tempo, nem tudo da mesma maneira, mas vamos fazer sempre tudo na defesa do interesse público, mesmo que seja prestado por privados e na defesa do interesse público globalmente dito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O agendamento deste debate, e a intervenção inicial que o partido CHEGA fez, traduz, exatamente, um incómodo e isso fica evidente...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O advogado de defesa do CHEGA, chegou!

O Orador: ...um incómodo com a gestão, com a omissão e com a ação deste Governo, e isso fica claro.

No entanto, esse incómodo que o CHEGA transmite e manifesta sobre essa área da governação (mas também sobre outras) também traduz alguma contradição, porque o CHEGA, publicamente, critica a ação deste Governo, mas depois, nos bastidores, anda a negociar política a política e as ações do Governo. Portanto, o CHEGA tem de decidir de que lado é que está: se quer ser, efetivamente, a oposição ou se quer ser a “muleta” do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, isso é importante que fique claro.

Mas o agendamento deste debate também é importante porque dá-nos a oportunidade de refletir sobre aquele que é o papel do Setor Público Empresarial Regional e daí concordamos com a pertinência do mesmo.

O Sr. Secretário Regional perdeu 18 minutos e não conseguiu nem responder às perguntas que o CHEGA colocou, nem aproveitou a oportunidade para, com

transparência, falar sobre as privatizações que o Governo, aparentemente, pretende realizar. Mas ou já decidiu sem estudar, ou vai pedir um estudo que não vai servir para nada e isso também fica aqui evidente. Porque vir dizer que daqui a 6 meses é que vai ser, faz-nos lembrar uma das primeiras intervenções que o Sr. Secretário Regional, Duarte Freitas fez, em 2022, quando tomou posse, em que prometeu vir a este Parlamento, anualmente, falar sobre a dimensão da dívida total da Região e as responsabilidades futuras. Desde 2022, que prometeu fazer isso anualmente, mas assim que fez essa intervenção, perdeu a oportunidade e nunca mais o fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso traduz bem aquele que é o grau de compromisso deste Governo, em particular o Sr. Secretário Regional, que, para além dos anúncios, pouco mais tem a acrescentar e a trazer, quer ao debate parlamentar, quer à ação governativa em particular.

Mas há matérias que foram aqui abordadas e que merecem, obviamente, da nossa parte uma opinião e uma posição clara. Nós não temos qualquer dogma sobre privatizações. O Sr. Secretário Regional, em parte, referiu que os processos de privatizações, alienações de empresas, concessões, que foram iniciados, em 2011, pelo Governo do Partido Socialista, que foram reaprofundados em 2018, com um plano concreto de privatizações, de alienações, exatamente, por ter em consideração aquele que era o momento da economia e o facto de o Governo Regional sentir, na altura, que não fazia sentido manter a participação que tinha em determinadas empresas e em determinadas entidades. Sobre essa reestruturação e reforma do Setor Público Empresarial Regional, que foi iniciada em 2011 e confirmada em 2018, a verdade é que se nós consultarmos a legislação e aquilo que está publicado, a Resolução de Conselho de Governo de 2018 ainda está em vigor, por incrível que pareça.

Desde que esta coligação passou a suportar o Governo, em 2020, o que tem tomado são medidas avulsas, sem um plano concreto e sem definição de metas.

Isso é algo que nos preocupa quando, em 2025, o Governo Regional, — 5 meses depois de ter anunciado que pretendia novamente dar um impulso diferente em matéria de privatizações e alienação da empresa, — vem agora dizer que, daqui a 6 meses, é que vai ser e vai fazer mais um estudo. Mas ao mesmo tempo já põe em causa participações no Teatro Micaelense e na Lotaçor. Nós não percebemos efetivamente o que é que o Governo pretende; veio aqui falar de uma medida que parece ser estratégica para o Governo: a resolução de todos os problemas está na especulação imobiliária à volta dos campos de golfe. Aparentemente essa é que vai ser a solução.

A verdade é que há muitos anos que ouvimos falar dessa intenção em aproveitar a valorização económica dos terrenos subjacentes aos campos de golfe, para aliená-los ao concessionário.

Mas há uma preocupação que temos hoje em dia: qual é o objetivo do Governo? É contribuir para a especulação imobiliária ou vai efetivamente aproveitar os terrenos, que são públicos, e contribuir para resolver um problema que nós temos na habitação nos Açores?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não. Vai vender baratinho.

O Orador: Qual das duas opções é que o Governo vai seguir? Porque não podemos apenas falar dos campos de golfe e esquecer, por exemplo, que a Região tem terrenos que valem muito dinheiro e que podiam servir para resolver o problema da habitação, com os terrenos da SINAGA. Desde a extinção da empresa, nós não temos qualquer resolução, não temos o usufruto da propriedade e dos terrenos que são da Região, mas que estão completamente ao abandono e não estão a servir para algo que poderia ser destinado para a habitação pública. E sobre isso o Governo também não aproveitou a oportunidade para se esclarecer. E vem aqui, novamente, o Sr. Secretário Regional falar também do Grupo SATA. O Grupo SATA e o processo de privatização, que já decorre há 2 anos, tem sido um fracasso, porque nós estamos condenados...

Deputado José Pacheco (CH): E o CHEGA tinha razão.

O Orador: ... nós estamos condenados a um único interessado, cuja credibilidade é posta em causa pelo próprio júri. Passaram, entretanto, 2 anos e o Sr. Secretário Regional vem dizer que, daqui a 15 dias ou até ao final do mês, é que nós vamos saber. Mas não é possível apregoar a transparência, se nós continuamos, 2 anos depois de iniciado o processo de privatização, sem saber o caminho que vamos seguir e sem saber, Sr. Secretário Regional, o que é que vai acontecer com a dívida da SATA Internacional. Porque vir falar em valorização do ativo de 6 milhões para 16 milhões de euros ou para 20 milhões de euros e ignorar o elefante no meio da SATA, que é a dívida que ascende a 400 ou 500 milhões de euros, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem alimentado por V. Exas.!

O Orador: ... é querer iludir os açorianos, porque qual é a lógica...

Eu percebo o incómodo que os senhores não querem esclarecer: se vão ou não perdoar a dívida? Preferem falar de uma valorização de 8 milhões de euros e esquecer a dívida de 400 ou 500 milhões de euros.

E isso, o Sr. Secretário Regional continua sem clarificar. Era importante que aproveitasse esta oportunidade para vir aqui dizer se efetivamente o Governo vai ou não vai perdoar essa dívida e se ela está a ser tida em consideração na tal valorização do ativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Perdoar o Partido Socialista? É a isso que o senhor está a referir-se?

O Orador: Sr. Deputado, inscreva-se, tem tempo ainda.

Para terminar esta primeira intervenção, não poderia deixar de realçar mais uma contradição do CHEGA. O CHEGA vem falar da necessidade de privatizar, alienar e até extinguir a Azores Airlines e a SATA Internacional, mas, ao mesmo tempo, está em discussão...

Ruído na Câmara.

Sr. Presidente, eu não consigo continuar.

Sr. Deputado José Pacheco, é importante que explique como é que pretende alienar a SATA Internacional e, ao mesmo tempo, apresentou aqui uma proposta para alterar a base aérea e o *hub* da SATA do continente para os Açores,

Deputado José Pacheco (CH): Quando o senhor for grande, há de perceber.

O Orador: Explique como é que pretende fazer isso.

Para concluir, nesta primeira fase, Sr. Secretário Regional, é com alguma preocupação que nós vemos a intenção, a ânsia do Governo em privatizar empresas como a Lotaçor, como o IROA, por exemplo, e como o IAMA. São setores nos quais os agricultores e os pescadores enfrentam grandes dificuldades; isso é reconhecido por todos. Portanto, essa ânsia de privatizar a parte boa dessas empresas e ficar com a parte que é menos boa, ou que é menos lucrativa e menos eficiente, é algo que nos preocupa porque ela vai traduzir-se, infelizmente, num aumento de taxas e tarifas a aplicar sobre agricultores, sobre os pescadores. Sobre isso, Sr. Secretário Regional, era importante que aproveitasse esta oportunidade e garantisse aqui, a esses setores em particular, que o Governo Regional não vai avançar com essas privatizações, com alienações dessas empresas e que vai garantir que não vai haver aumento de preços de taxas e tarifas sobre agricultores e pescadores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem.

O Orador: Portanto, aguardamos serenamente que salvasse, quer os postos de trabalho das empresas que pretende privatizar, mas também, em particular, sobre empresas como a Lotaçor, o IAMA e o IROA, em setores tão importantes para a economia regional, que garanta que os pescadores e os agricultores não vão ser mais prejudicados do que já estão a ser.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Srs. Deputados:

Sobre a pertinência do tema deste debate, o Sr. Secretário Regional das Finanças já teve oportunidade de se pronunciar e, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD acompanha-o nessa apreciação, portanto, na pertinência do debate.

Fazemos assim uma economia de tempo e passamos à réplica que as intervenções produzidas, naturalmente, requerem e merecem, desde logo a do Partido Socialista, a dizer que o Sr. Secretário Regional perdeu 18 minutos. Não foi tempo perdido, Sr. Secretário. Mas mesmo que tivesse sido, isso é infinitamente pequenino, comparado com os 24 anos que se perdeu de governação socialista na gestão do Setor Público Empresarial Regional.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nem os 6 meses que o Sr. Secretário agora diz que vai usar para dar mais um impulso aos muitos que já demos, na reparação das vulnerabilidades do Setor Público Empresarial Regional. Será que isto é muito tempo comparado com 24 anos, onde se perdeu, efetivamente, muito tempo e se agravou o Setor Público Empresarial Regional? 2018 é a data invocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista, para um impulso na privatização de empresas públicas regionais, feito pelo Partido Socialista; não deixa de ser curioso que esse suposto plano de privatização ou de privatizações (no plural, melhor dizendo) tenha coincidido com o início das investigações à atividade da ATA (Associação de Turismo dos Açores). Uma mera coincidência!

Deputado Nuno Barata (IL): Essa investigação deu zero!

O Orador: Aliás, também neste período de todo de governação socialista, não deixa de ser interessante verificar que passou para as contas regionais a SAUDAÇOR, com a incorporação de 811,7 milhões de euros. Essa foi a grande privatização que o Partido Socialista fez na governação de Vasco Cordeiro. Ou então da SPRHI (Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas), também privatizada com a incorporação na dívida da região, de 174,9 milhões de euros. Foram as grandes privatizações feitas pelo Partido Socialista durante esses 24 anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais privatizações? O senhor nem sequer sabe o que diz. Tenha paciência!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Portanto, foi o desaparecimento destas empresas, criadas pelo Partido Socialista com um único objetivo: aliviar a dívida pública regional direta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...para que depois o mágico das finanças regionais, Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila, dissesse aquela coisa mais pomposa, que era dita ao nível da economia global, de que os Açores tinham um superavit. Lembram-se do superavit? O superavit eram os 811 milhões de euros de dívida na saúde; eram os 174 milhões na SPRHI; eram os 464 milhões de euros de dívida da SATA, em 2019. Isto é que era a gestão do Setor Público Empresarial Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria, mais há para dizer; isto é apenas levantar o véu sobre aquilo que foi a gestão do Partido Socialista no Setor Público Empresarial Regional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que nos traz hoje, aqui, o CHEGA é de primordial importância para o futuro das contas públicas e para o futuro da economia dos Açores.

Mas mais do que a intervenção do CHEGA, que parece uma espécie de OPA (Oferta Pública de Aquisição) à ideologia da Iniciativa Liberal, ...

Risos do Deputado Pedro Neves (PAN) e da Deputada Hélia Cardoso (CH).

... importa centrarmo-nos também naquilo que foi a resposta do Sr. Secretário Regional sobre a intervenção do Deputado Francisco Lima.

Sr. Secretário Regional, é verdade que a economia nos Açores não pode ser aplicada ou pela visão hayekiana ou keynesiana. Concorde consigo nesta matéria, até porque os economistas têm sempre três soluções para um problema e criam sempre três problemas em cada solução que aplicam.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Menos um bocadinho!

O Orador: É, Sra. Deputada é verdade. O meu avô dizia, do alto da sua sapiência de filósofo, que se quisesse empobrecer devagarinho, arranjasse uma amante, se quisesse empobrecer depressa, contratasse um economista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também não concordo com o seu avô.

O Orador: Mas aquilo que disse o Sr. Secretário Regional, sobre os estudos e sobre as decisões e a ponderação que é necessário ter para tomar decisões nesta matéria, revelam bem aquilo que foi o PSD dos Açores, nos últimos 24 anos, que deixou o Partido Socialista trazer essa Região ao que ela chegou em 2020. E por isso não estava preparado, não estava em condições de, em 2020, tomar decisões como em 2025, ainda diz que não está em condições de tomar essas decisões; esta é que é a grande questão em relação ao PSD, neste momento!

Deputado José Pacheco (CH): Isso é verdade.

O Orador: Mas há mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que foi feito?!

O Orador: Eu gostei muito de ouvir o Sr. Secretário Regional a elencar aquele que vai ser o plano de privatizações. Mas gostei ainda mais de ouvir, principalmente, as palavras IROA e IAMA.

Quando a Iniciativa Liberal trouxe, aqui, a esta Casa, um diploma que fundia as duas empresas, para criar eficiência, o Partido Social Democrata, e todos os partidos aqui presentes, umas das grandes questões que levantaram foi, precisamente, que a Iniciativa Liberal estava a querer fundir as duas empresas para a pôr no mercado e para a privatizar.

Houve Srs. Deputados do PSD que foram reunir com os trabalhadores, que me fizeram uma espera, vejam lá!

Deputado Carlos Silva (PS): Quem foi?

O Orador: Houve trabalhadores os IAMA (aliás, agora posso dizer, na altura não tinha a certeza, mas hoje tenho a certeza) pagos com ajudas de custos e deslocações do IAMA, para irem à delegação de Ponta Delgada, manifestar-se contra a criação da Agriazores, porque ia pôr em causa o funcionamento dos matadouros e previa a privatização dos matadouros.

Hoje, o Governo diz que vai privatizar o IAMA, ou alguns serviços do IAMA, e vai privatizar o IROA.

Meus senhores, se isto não é incongruência e irresponsabilidade, eu não sei o que é. Mas há mais: em relação à SATA, o processo foi adiado até mais não puder. E está clarinho, clarinho, que é para continuar a adiar, até ver se a União Europeia retira a obrigatoriedade de a vender. E a SATA Internacional, se não for vendida, não é um ativo a valorizar, Sr. Secretário, ao contrário do que disse o senhor Presidente do Governo: o ativo hoje vale menos do que valia há 1 ano, vale menos do que valia há 2 anos e vale muito menos do que valia há 3 anos!

Aí, o PS também tem responsabilidade, porque quando, em 2018, Vasco Cordeiro disse que a Região não tinha condições para aguentar aquela companhia, tinha de ter tomado uma ação mais enérgica e não a tomou. Porque o que é facto é que, neste momento, a Região vai ter de assumir mais 600 milhões de euros que estão acumulados no grupo SATA, muito por via da Azores Airlines; e muito por via de uma coisa que o Sr. Secretário disse ali que não é verdade. É que não há serviço público nalgumas das *gateways* que o senhor enunciou; há interesse político-partidário para manter votos nalgumas *gateways* e é por isso que se assumem esses 7,5 milhões ou 10 milhões de euros, conforme as contas são feitas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos num debate de urgência sobre privatizações e a história das privatizações no país e nos Açores tem cenários muito tristes, porque grande parte delas, principalmente aquelas que dizem respeito a setores estratégicos, significaram elevados prejuízos para o interesse público, serviços piores — olhe, basta ver os CTT — e, naturalmente, como sempre, o benefício de interesses de alguns.

Na sua intervenção inicial, o CHEGA refere um conjunto de privatizações, alienações, extinções (embora não diga quais são no caso das extinções), mas há uma que é

paradigmática e é um erro que começou há muito tempo com governos do Partido Socialista, que foi a privatização de parte da EDA, que o CHEGA agora quer completar. Vejamos o que é que isto significa, para se dar o exemplo claro do que estamos a falar: só para irmos ao ano 2023, a EDA recebeu, de compensação tarifária, 100 milhões de euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acha mal? Acha que não devíamos receber?

O Orador: Acho muito bem! 100 milhões de euros que são pagos pelos consumidores do continente e entram nas contas da EDA limpinhos.

Esses 100 milhões de euros contribuem significativamente para as contas da EDA (que são positivas e ainda bem que são positivas). Em 2023, a EDA distribuiu 6 milhões de euros em dividendos. Sendo a EDA parcialmente privada em pouco mais de 50 %, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Um pouco menos.

O Orador: ... significa que metade dos dividendos serão para as entidades privadas, naturalmente o Grupo Bensaúde e a EDP, os acionistas privados. Aquilo que o CHEGA está a defender é que a totalidade dos 6 milhões de euros em dividendos seja entregue ao Grupo Bensaúde e à EDP, e retirar 3 milhões de euros ao orçamento da Região.

Deputado Francisco Lima (CH): Ah é assim que se faz contas?!

O Orador: É essa a grande proposta do CHEGA; é entregar lucros a dois grupos privados que deles precisam muito menos do que o orçamento da Região, que precisa desses dividendos para o seu funcionamento, para ter serviços públicos em condições. E esse erro, que é da responsabilidade do Partido Socialista, de privatizar metade da EDA causa danos, ainda hoje, ao orçamento da Região e é isso que o CHEGA quer completar, privatizando o que o que resta.

Sr. Secretário, já agora, aproveito para questionar sobre esta matéria; falou na GLOBALEDA, na SEGMA, que é uma empresa lucrativa e extremamente importante, na área da engenharia, na Região, e disse que não privatizaria a empresa principal,

suponho, a EDA. O que é que fará com a EDA Renováveis? Porque é outra empresa que é extremamente importante no grupo EDA.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Também.

O Orador: Por outro lado, fala-se nos campos de golfe e nesta história, que é também rocambolesca e que já dura há muito tempo. Agora, surge esta ideia de, como disse o Sr. Deputado Carlos Silva, querer valorizar os terrenos. Bem, se os terrenos têm tanto valor e são passíveis de construir, porque é que não constroem habitação pública, já agora, que é tão necessária?

Mas é preciso lembrar que os campos de golfe já foram privados, já foram públicos, já voltaram a ser privados, já voltaram a ser públicos e andam nesta roda-viva. E aquilo que acontece com esses processos é que a Região vai sempre salvar os prejuízos dos privados na gestão dos campos de golfe. Sempre! Vai assumir dívidas, como aconteceu com os campos de golfe da Terceira, assumindo a dívida bancária, salvando a banca e salvando os sócios da associação (principalmente salvando a banca). Ou seja, a história dos campos de golfe é uma história de salvar sempre alguns interesses, nunca o interesse da Região. Nunca foi e continua a não ser.

Agora surge um novo plano: há dias, em novembro, era apenas parte da Lotaçor e parte do IAMA; agora, o Sr. Secretário vem dizer-nos que há uma extensa lista de empresas privatizáveis e que teremos mais informação daqui a algum tempo. Anuncia-se isto — Portos dos Açores; Lotaçor; IAMA; Teatro Micaelense; IROA — com esta naturalidade, esquecendo, em primeiro lugar, que há centenas de trabalhadores que ficam no limbo sem saber o que lhes irá acontecer com um anúncio desses.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Até parece que alguém ficou de fora.

O Orador: Em segundo lugar, há pescadores, agricultores, operadores marítimo-turísticos, empresas de navegação que ficam sem saber qual será o futuro da região nesses setores.

Isso é planeamento? Isso é uma política pública que dê confiança a quem opera em qualquer estrutura económica? Isso é uma política que dê confiança aos trabalhadores dessas empresas, que ficam sem saber qual será o seu futuro?

É preciso lembrar que a maioria dessas empresas, como por exemplo, a Portos dos Açores ou a Atlânticoline (que há pouco não referi) ...

A Atlânticoline é uma empresa com uma concessão de serviço público.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Ora claro!

O Orador: O que o Sr. Secretário está a dizer é que privatizar essa empresa, das duas uma, ou é acabar com a concessão do serviço público e deixar isso ao mercado, que levará a uma escalada brutal de preços ...

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): É exatamente o contrário.

O Orador: ... ou então manter a concessão de serviço público. Para quê? Para garantir os lucros a quem ficar com essa empresa. Porquê? Porque com o mercado sem obrigações de serviço público, o que aconteceria é que uma travessia entre o Faial e o Pico não custaria 4 ou 5 euros, custaria 15 ou 20 euros. Porque seria a única forma de a manter viável.

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): Até pode ficar mais barato.

O Orador: Por isso, Sr. Secretário, diga lá o que é que pretende exatamente com cada empresa, porque não é justo, não é leal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá o que é que pretende!

O Orador: ... não é decente vir aqui anunciar um plano de privatização desses sem dizer o que é que quer exatamente. É que os trabalhadores não podem ficar nessa incerteza durante 6 meses. O CHEGA pode esperar, mas os trabalhadores não podem. Sr. Secretário, sobre a SATA, há algumas questões que não posso deixar de colocar. Disse, há pouco, que estava concluído o processo de separação do negócio do *handling*

da SATA Air Açores. Gostaria de saber quantos trabalhadores ficarão nessa nova empresa e que serviços e ativos em concreto é que ficarão.

No que diz respeito à SATA Internacional, a privatização da SATA Internacional é uma novela, uma triste novela. A 2 de maio, o Governo anunciou, através do Sr. Vice-Presidente, o cancelamento do processo de privatização. Seguiu-se um processo judicial. E nessa altura, o Vice-Presidente do Governo anunciou que seria lançado outro concurso. Isso nunca foi feito. A administração da SATA nunca fez o cancelamento, como deveria ter acontecido, de acordo com a decisão do Governo.

É uma coisa curiosa: o Governo decide e a administração da SATA ficou parada quando cabia, — como é evidente pela leitura do caderno de encargos, — à administração da SATA, cancelar o processo de privatização. Nunca o fez! Mas isso foi para quê? Que brincadeira foi essa de decidir fazer o cancelamento, mas não o fazer formalmente? É preciso, para já, esclarecer o que levou a um processo judicial, totalmente desnecessário, absurdo, com gastos de dinheiro em advogados. Para quê? E agora gostaria de perceber em que ponto é que nós estamos? É que isto já ultrapassou todos os limites do aceitável. Cada vez que se pergunta, respondem: “Estamos a negociar com o consórcio.” Com o consórcio que toda a gente percebe que não tem credibilidade nenhuma para esse negócio. É preciso perceber o que será da SATA, Sr. Secretário. Isto já não é uma questão de privatizar-se ou não; é uma questão de que este processo não pode continuar desta forma. Isto já ultrapassou todos os limites e, entretanto, os prejuízos acumulam-se e nós temos agora um plano miraculoso que vai poupar 60 milhões de euros num só ano.

Deputado Carlos Silva (PS): 65!

O Orador: Bem, se isso é verdade, então para quê privatizar, se consegue valorizar, melhorar os resultados da SATA no único ano em 60 milhões, então esta empresa será, talvez, das mais lucrativas do mundo, daqui a 2 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma análise do que foi aqui dito e começando pelo Sr. Secretário: ó Sr. Secretário, os manuais da economia estão sempre certos. Eu estava quase com medo do senhor dizer aquela conversa do senhor ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, que a dívida era para ser gerida e não era para ser paga, negando os manuais de economia. Os manuais de economia estão sempre certos.

Quando a gente diz que não é possível privatizar, dizemos: “É possível concessionar porque a gestão privada é sempre mais eficiente.”

Nós não falámos aqui na saúde, mas até na saúde, as parcerias público-privadas são mais eficientes, permitem melhores resultados, não comprometem o serviço.

Isso é tudo mentira, falsidades.

Portanto, Sr. Secretário, o que também ficou aqui evidente é que o Governo Regional anda a “passo de caracol”, porque o Governo Regional já teve 1569 dias de tempo, mais de 6 meses para um estudo.

Ó Sr. Secretário, os manuais de economia explicam tudo. Quanto mais o senhor se atrasar, mais dinheiro perde.

E tenho uma pergunta para lhe fazer, em termos da EDA; eu já sei que a EDA parece uma *vaca sagrada*, não pelas razões do Bloco de Esquerda (que já explico as razões do Bloco de Esquerda e já indico o culpado), mas há um preconceito qualquer em relação à EDA. Sr. Secretário, por acaso já analisou as contas da EDA? Já deu conta que a dívida é mais do dobro do capital próprio? Já deu conta que o ativo da EDA só rende, em 2023, 2,2 %, e que o capital próprio só rende 5 %? Que a EDA está altamente endividada? Que o rácio entre a dívida da EDA, dividindo pelo EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), dá 7? Ou seja, é uma empresa altamente endividada. Portanto, a EDA não tem interesse estratégico para os Açores; é

ser dono de uma empresa que não é rentável, não acrescenta valor à economia dos Açores. Não acrescenta nada. Portanto, não percebo o seu preconceito ideológico.

Então diga-me lá, Sr. Secretário, se quer que os privados fiquem com os ossos e o Governo, digamos, com a carne? Quer dizer, vai vender as empresas falidas da EDA? Se as empresas não são rentáveis, ninguém as vai querer comprar; e, portanto, convinha que o Sr. Secretário explicasse, aqui nesta Casa, a razão por que o Grupo EDA (a EDA, S.A. e a GLOBALEDA) é um problema e nunca fala nessa privatização?

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Silva, que falou que o CHEGA é a “bengala da coligação”, é engraçado porque, em muitas áreas, o Partido Socialista votou ao lado da coligação, como nas reservas das áreas marinhas protegidas.

E mais, se nós somos a bengala, os senhores são a bengala rejeitada da coligação, porque o Francisco César andou a pedinchar para aprovar o orçamento, desde que fosse o programa de governo do Partido Socialista. Claro que não podia ser. E, portanto, vocês estão a bengala rejeitada.

Agora viu-se, na República, que não vocês não são fiáveis porque viabilizaram um orçamento de Estado.

Deputada Inês Sá (PS): Vocês é que são. Então na República.

O Orador: Ao menos, o CHEGA pôs-se fora da embarcação. Mas vocês apoiaram até a última hora; ainda ontem, andaram a interromper os trabalhos para ver se chegavam a um acordo. Portanto, o PS é bengala rejeitada da coligação. Nós vamos sendo bengala, enquanto as coisas forem correndo e somos um exemplo de estabilidade. O que os senhores queriam aqui era um pântano político; os senhores queriam era que a Região fosse para o fundo; os senhores querem é que a Região fique cada vez pior. Quanto pior, melhor para vocês.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Mas a gente não pensa assim, somos um partido responsável.

Em relação ao Bloco de Esquerda, a culpada é a Sra. Secretária da Educação. Está no programa do CHEGA a literacia económica. Sra. Secretária, por favor, ponha a literacia económica para não ter os futuros deputados do Bloco de Esquerda com este discurso, que é cansativo e já não há resposta.

Risos do Deputado João Bruto da Costa (PSD).

Por isso, a Sra. Secretária acaba por ser a culpada aqui. Eu não tenho mais resposta nenhuma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Flávio Soares (PSD): Graças a Deus aquilo está em vias de extinção!

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda referiu sobre a instabilidade nos trabalhadores; mas nós, enquanto Câmara, não podemos exigir ao Governo que diga os seus planos e, ao mesmo tempo, que guarde segredo para não criar instabilidade aos *stakeholders* dessas decisões.

Sr. Secretário das Finanças, eu sou a favor de estudos, apesar de eles estarem banalizados, mas são necessários para tomar decisões informadas. Quanto ao estudo que referiu, não sei se pode partilhar aqui connosco, quem é que está a fazer esse estudo, quando é que tem de apresentar o estudo e depois disso, quanto tempo é que têm para fazer a vossa calendarização?

Obrigada.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pausa.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na primeira intervenção que fiz, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Profunda.

O Orador: ... em nome da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, já aludi algumas realidades, alguns factos decorrentes da gestão socialista do Setor Público Empresarial Regional e, como efetivamente disse, isso era apenas levantar o véu sobre aquilo que não foi feito, em 24 anos, e daquilo que, sendo feito, deixou grave e avultada herança para os contribuintes açorianos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa cassete está gasta!

O Orador: Neste domínio há mais, mas antes de lá ir, não pode deixar de ficar sem um reparo a expressão usada num aparte regimental pela bancada do Partido Socialista, de que a possibilidade de valorizar o património da Ilhas de Valor, nomeadamente quanto aos campos de golfe e mais especificamente, quanto ao campo de golfe da Batalha, ao dizer que se trata de especulação imobiliária, quando efetivamente o que se trata é de valorizar património da Região para, com isso, fazer face às dificuldades

financeiras que a Região tem e para fazer face às dificuldades que resultam de uma dívida enormíssima deixada pelo Partido Socialista.

Mas talvez fosse bom lembrar que, por volta de 2018 (se a memória não me falha) ou 2016, o Partido Socialista e o Governo Regional da altura embandeiraram em arco com um investimento anunciado, e nunca concretizado, de 700 milhões de euros no campo... — 2006/2007; agradeço, ao Deputado João Bruto da Costa, essa precisão, para que o que estou a dizer tenha todo o rigor — que era a construção de bangalôs no campo de golfe da Batalha. Isso é que era verdadeira especulação imobiliária.

Antes de ir às práticas socialistas no Setor Público Empresarial Regional, não posso também deixar de fazer uma referência a algumas expressões aqui deixadas quer pelo Sr. Deputado António Lima, quer pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Relativamente ao Sr. Deputado António Lima, descontando os preconceitos habituais relativamente à propriedade privada, só com o habitual dogmatismo do Bloco de Esquerda é que é possível questionar o que acontece aos trabalhadores dessas empresas sobre as quais o Sr. Secretário Regional diz que há intenção do Governo Regional de levar por diante um processo de privatização, de alienação, de fusão, etc. Sr. Deputado António Lima, vai acontecer exatamente o que aconteceu aos trabalhadores da SDEA, da Azorina e da SINAGA.

Deputado António Lima (BE): Vai integrá-los todas na administração pública?

O Orador: O senhor está contra a integração deles? Não esteve quando os da Azorina foram integrados na administração pública regional; não esteve quando os da SDEA (que eram poucos, devo dizer); não esteve. Pelo contrário, pugnou, lutou e trouxe aqui uma proposta, que nós até aprovámos, para a integração dos trabalhadores da Praia Ambiente na Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade, como é que isso está?

Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Está como vocês deixaram!

O Orador: O caminho será o mesmo: será de proteger os trabalhadores. Porque há uma coisa que os trabalhadores já perceberam: o Bloco de Esquerda deixou de defender

os trabalhadores para defender os mais excêntricos, e só quando é conveniente é que se lembra dos trabalhadores.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ora bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à Iniciativa Liberal, também não deixa de ser interessante registar e não esquecer. Ontem, a Iniciativa Liberal foi contra a possibilidade de os açorianos poderem entrar no seu período de reforma mais cedo...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... porque têm uma esperança média de vida mais curta. Ontem, a Iniciativa Liberal foi contra essa possibilidade.

Hoje, a Iniciativa Liberal revela mais uma particularidade: está contra os voos diretos de Lisboa ou do Porto para Santa Maria, para o Faial ou para o Pico. Foi isso que aqui disse quando se expressou, dizendo que é por interesses partidários, que esses voos se realizam. Não, não é por interesses partidários. É porque os marienses, é porque os picoenses e os faialenses merecem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

As outras ilhas só não têm porque não possuem um aeroporto com características para esse tipo de voos.

Fiquem avisados os faialenses, os marienses e os picoenses: com esta Iniciativa Liberal, ficariam como estavam antes dos voos diretos. Era recuar dezenas de anos.

Relativamente à gestão socialista, no Setor Público Empresarial, vou dar nota apenas de um caso: Ilhas de Valor. As Ilhas de Valor, na boa gestão socialista, fizeram empréstimos a empresas que, em 2019, importava em vários milhões de euros.

Não acautelaram sequer... Eu vou ler o que a auditoria apurou sobre as Ilhas de Valor.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso dá mais uma comissão de inquérito.

O Orador: A empresa tem em curso 14 processos judiciais de execução fiscal, na tentativa de recuperar parte das dívidas, embora a devolução desses montantes possa estar comprometida, uma vez que não foram realizadas análises de risco para determinar se os beneficiários teriam ou não capacidade de reembolsar a Ilhas de Valor. Era assim a gestão socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, estamos aqui e o Governo aproveitou o debate de urgência do CHEGA para dizer que os Açores estão em saldos. Não fosse hoje quarta-feira, se fosse sexta-feira, eu dizia que era o *Black Friday* Açores e vamos vender tudo aquilo que podemos.

Risos na Sala.

Eu não estou colado a ideologias tanto de um lado como do outro e posso ser um pouco mais imparcial, por isso poderei dizer, à partida, que tem de haver um desenvolvimento harmónico relativamente às privatizações.

Se há umas que dão prejuízo, que sejam privatizadas, mas se há outras que dão lucro, não podem ser privatizadas. Este é o pensamento de economista. Sr. Secretário, não pode ser ao contrário.

E depois há outras que nunca estamos à espera de que deem lucro. Eu vou dar um exemplo muito grande: há determinadas entidades que não estão aqui para dar lucro, estão aqui para fazer um serviço. Vou dar o exemplo do IROA. Para os agricultores que me estão a ouvir neste momento, devo dizer que estamos aqui há anos a tentar defendê-los. Mas depois naquilo que é a defesa da nossa parte rural, um trabalho incansável da parte do Governo e da tutela do IROA, com os agricultores, para a sustentabilidade da ecologia, no nosso meio rural, e da nossa água (que isso é o mais importante, a nossa água e a gestão dos recursos hídricos) e nós queremos privatizar esta empresa — acho que o CHEGA também está a apoiar a privatização do IROA.

Deputados Francisco Lima e José Pacheco (CH): Não, bem ao contrário!

O Orador: Isto é que eu não consigo entender.

É preciso também meter um travão relativamente a esse desenvolvimento harmónico, porque se é para haver harmonia, não podemos olhar da mesma forma para aquelas que nós podemos desenvolver melhor e para aquelas que não precisam sequer ter lucro, porque é um serviço público que nós damos a vários setores dentro da sociedade açoriana, que nunca podem ser privatizadas. Não estão aqui a achar, à partida, que nós temos de ganhar algum dinheiro com isso.

E há também os imobilizados, há também a nossa parte imobiliária, que também pode ser vendida, e muito bem, para tentar reduzir a nossa dívida pública.

Para acabar, gostaria de dizer que se é para vender tudo, nós sabemos que há um Presidente, nomeadamente dos Estados Unidos, que está a comprar tudo em saldos também. Já que quer a ilha da Gronelândia e nós podemos dizer...

Deputado José Pacheco (CH): O Corvo.

O Orador: Não, não é o Corvo, é os Açores. Vendemos os Açores, assim como fosse um pacote de dez ilhas: pague duas, leve dez.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando por uma parte que é foi colocada pela Sra. Deputada Hélia Cardoso e para ser o mais direto e transparente que é necessário: foi feita uma consulta a um conjunto de empresas especializadas e está em fase final de contratação com a empresa que apresentou a melhor proposta, que é a Deloitte.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essa era bem conhecida do Sr. Secretário Bastos e Silva.

O Orador: Feita a contratualização, terá 2 meses para entregar os estudos. Portanto, com esta resposta, fica clarificada essa matéria: 2 meses após a contratação.

Há prazos contratuais, como sabe, mas depois dessa contratação, serão 2 meses para entregar o estudo.

Mas fique claro que não só é uma empresa de absoluta credibilidade, como penso que todos reconhecemos; esta contratualização, que agora vai ser efetuada, foi produto, naturalmente, das consultas prévias que legalmente são obrigatórias, a nível de procedimento contratual.

Mas fique também sublinhado aquilo que ali disse: este estudo é para ajudar na decisão. Quem decide são os políticos. Quem decide é o Governo. Quem decide, em última instância, é este Parlamento.

Estes processos são de uma importância, de uma delicadeza tal, que penso que — como a Sra. Deputada disse, e bem — exigem que estejamos todos confortados com uma abordagem analítica suficientemente sólida e profunda para tomarmos decisões, porque há várias opções.

Isto é dito por quem está a preparar a contratualização e dito por quem vai ajudar à decisão. Quem decide é o Governo e os políticos.

É preciso dizer também que há várias possibilidades. Ninguém está a dizer que a abordagem que teremos ao IAMA será idêntica à que vamos ter ao Teatro Micaelense.

Há, desde logo — como já disse e repito — quatro possibilidades: fusão, extinção, alienação e cessão. Mas ainda há outra modalidade que é: pode ser em parte ou no todo. Pode haver áreas de negócio de Portos dos Açores que se possa fazer a cessão; pode haver áreas de negócio da Lotaçor que se possa fazer a alienação. Portanto, vamos analisar quais são as áreas de negócio que poderão estar nestas abordagens e qual é a solução para isto.

Agora é importante também que fique claro, para todos os açorianos: quando se alienou a NORMAAÇORES, a empresa não despediu ninguém; pelo contrário, a NORMAAÇORES está a contratar e está a prestar mais serviços. Quando se alienou a Naval Canal, a Naval Canal não despediu ninguém; pelo contrário, está a contratar e a prestar mais serviços.

O que se pretende, não é outra coisa que não dar dinamismo à iniciativa privada.

E se há algum Governo, na história da autonomia dos Açores, que tem créditos para afirmar sobre a empregabilidade, é este que aqui está, Sras. e Srs. Deputados.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Por isso, repito, não houve, não há, nem haverá qualquer risco para nenhum funcionário. Queremos otimizar, da forma que for entendida, e não estamos a dizer que vamos vender o IROA ou que não vamos vender o IAMA. Vai ser estudado quais são as áreas de negócios e se há alguma área de negócio.

Em relação à Atlânticoline, vem o Sr. Deputado António Lima — que é o vendedor, não de sonhos; o Bloco de Esquerda é o vendedor dos medos — com a conversa que vai subir o preço. Não é verdade, Sr. Deputado, não venha com essa conversa para assustar os picoenses ou os faialenses.

Deputado António Lima (BE): Há duas hipóteses: ou sobe ou sobe.

O Orador: Os picoenses e os faialenses habituaram-se a ter a empresa de lanchas do Pico, dezenas e dezenas de anos, que apostaram num bom serviço, nas condições que havia na altura, e que tinha lucro. E agora, os preços até podem diminuir, ...

Deputado António Lima (BE): Que milagre.

O Orador: ... porque a Atlânticoline presta um serviço público concessionado. Sendo ela público-privada, o concurso público será sempre concessionado com a definição dos preços.

Deputado António Lima (BE): Quem é paga o serviço público? Não é a Região?

O Orador: Portanto, até pode acontecer exatamente o contrário: face à eficiência, os preços baixarem ou haver mais margem para, na concessão do serviço público, obrigar a que os preços sejam mais baixos.

Deputado António Lima (BE): Então, porque é que vai privatizar uma empresa com uma concessão?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, é isto que está em causa.

Também vos digo, vai haver oportunidade para conversarmos aqui sobre este estudo compreensivo que vai ser feito. Ele vai ser um auxiliar da decisão, para que estejamos seguros daquilo que vamos fazer.

Agora, uma coisa é certa, a economia dos Açores está pujante; está com emprego como nunca; está com lucros como nunca; está a dinâmica como nunca, no turismo, na agricultura.

Falaram aqui da agricultura: não assustem os agricultores. Assustados estavam no vosso tempo quando perdiam 15 milhões de euros por ano dos rateios, isso sim.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Não vão ser prejudicados por nenhuma alteração que se possa fazer no IROA ou no IAMA; até podem ser beneficiados, como já estão a ser, desde que se libertaram das garras do Governo socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Palpites das na tua bancada.

Agora, vamos falar aqui de uma coisa que é o medo. O medo é uma coisa terrível e o medo é sempre a arma dos fracos. O que é o medo, o medo de privatizar? Aí Jesus que vem o bicho papão. Aí é? Então, vamos falar aqui de coisas interessantes.

Eu lembro-me que, no Concelho da Lagoa, onde eu resido, havia uma grande discussão sobre entregar aos privados o lixo, a recolha do lixo, etc. Foi entregue — a responsável da Câmara está aqui hoje — e parece que funciona. Afinal, temos bons exemplos.

Uma outra coisa que também ninguém percebe é a diferença entre subsídios e apoio. Eu vou dar um pequeno exemplo da parte, que até foi de um governo socialista. Nós não temos palas nos olhos; também quando há alguma coisa que é bem feita, há que enaltecer. Em 2012, a maior parte das empresas estava aflita com a crise. *Subprime*, lembram-se? Houve uma crise enorme para a maior parte das empresas e apareceu um programa que se chamava Açores Investe, que não eram subsídios, era uma linha de crédito bancário em que o Governo Regional assumia o juro, e os empresários podiam

concorrer. E como? Demonstrando que a sua empresa tinha viabilidade para ter uma linha de crédito e poder ter um balão financeiro, para que isso acontecesse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade.

O Orador: Parece-me (a mim e ao CHEGA) que este é sempre o caminho mais correto. Agora nós não podemos andar a subsidiar empresas criadas ontem, para receber um subsídio hoje e fecharem amanhã. Isso todos conhecemos. Qual é a parte que os açorianos não conhecem? Qual é a parte que não conhecem desses trifulhas que andam aí a receber os subsídios e, quando vamos à procura deles, meia dúzia de anos depois, eles já não existem. Qual é a parte que não conhecem? É preciso dizer nomes? Acho que não, nós todos conhecemos. Os senhores eram mestres nisso. Até ainda há um hotel, que foi comprado, já não me lembro se foi pelo amigo, por quem foi (só sei que há um hotel). Vamos falar disso? Vamos falar dos 15 milhões da ATA?

Nós temos de começar a pôr as coisas como elas são. A subsidiação da economia não funciona, porque os subsídios vão ou para os grandes grupos ou para os que têm grandes contabilistas ou para os espertalhões, que são esses grandes charlatões que vão levando isto tudo consigo. O pequeno empresário tem de trabalhar todos os dias.

(o senhor sabe que a sua profissão é fazer as continhas deles), a sua empresa tem de dar lucro, tem de pagar os ordenados aos empregados e a coisa tem que funcionar.

É o mundo privado. Anda tudo preocupado porquê? Aí é que está o porquê. Porque se o Estado for dono disto tudo, nada do que acabei de dizer é verdade. Se o Estado for o dono, o dinheiro aparece; dê lucro ou não dê lucro, o dinheiro vai aparecer. As contas vão-se pagar de uma maneira ou de outra, como a SATA, que dá sempre prejuízo. Já ninguém aguenta, os açorianos já não aguentam.

Eu não posso dizer que a economia está melhor quando as pessoas estão mais pobres. Não posso!

Nós temos de saber diferenciar: não é privatizar o que dá lucro ou que dá prejuízo. É privatizar aquilo que o Governo não tem a capacidade de gerir, nunca vai ter, e não é

competência do Estado. A competência do Estado é, como dizia à minha colega ontem, fiscalizar. Fiscalizar!

Quando for preciso, nas questões sociais, naquilo que nós precisamos, é pôr lá o dinheiro; agora não é em negócios. O governo tem negócios? O governo, quer seja do PS, seja de quem for, até que fosse do CHEGA...

Deputado Carlos Silva (PS): Livrai-nos Senhor!

O Orador: Não é competência do Governo ter negócios. E os senhores só querem que o Estado tenha negócios para porem lá os vossos amigos. Ponto final.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 2 minutos.

Estava inscrito, antes do intervalo, o Sr. Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, eu prescindo. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Não faço questão de esperar para que a Câmara se encha para poder manifestar, em nome do CDS-PP, a nossa opinião sobre este debate que aqui está a ocorrer.

É um debate pertinente e é um debate que nos permite esclarecer as águas entre quem não tenta impor uma agenda ideológica à gestão e à organização económica da Região, como acontece com os partidos da coligação, e aqueles que continuam agarrados a preconceitos ideológicos de organização da sociedade, nomeadamente ao nível da economia e do setor empresarial.

Ora, durante 24 anos, tivemos um partido a governar sozinho, que pôs e dispôs como bem entendeu de tudo na Região, incluindo da sua economia, onde tivemos histórias da criação de empresas públicas para fazer concorrência a empresas privadas, e a criação de empresas públicas para prosseguir aquelas que são as competências do Estado, mas por forma a poderem esconder uma colossal dívida.

Com 4 anos de governação, esta coligação está pondo a casa em ordem, está pondo a economia a funcionar, e os sinais que já existem são prova disso mesmo. Há uma consistência na nossa economia, a que o Sr. Secretário já se referiu hoje, seja no aumento da cobrança de impostos, seja no aumento do número de pessoas empregadas, na diminuição do número de desempregados.

Isto é que é colocar a economia a funcionar e isto é que faz com que não seja necessária a intervenção do Estado em tudo e mais alguma coisa.

Quem aplica e impõe agendas ideológicas naquilo que é a sociedade como um todo, e fatalmente também na vertente da economia, obviamente que tem como resultado o condicionamento da atividade económica. Depois as coisas acabam por suceder como que uma “pescadinha de rabo na boca”. Ou seja, não há economia, não há atividade económica, não há emprego, não há geração de impostos; mas são necessários hotéis e o Estado faz hotéis. Não há economia, não há atividade económica, logo o número de pessoas a viajar de um lado para o outro é reduzido e, portanto, o Estado tem barcos, tem aviões, tem tudo e mais alguma coisa. O que é que esta coligação fez? Esta coligação de governação, plural e dialogante, foi disruptiva nos Açores e trouxe uma nova abordagem da sociedade açoriana e do nosso arquipélago e o resultado está à vista.

Já foram privatizadas entidades públicas e o Governo, sem nenhum preconceito ideológico, vai encomendar um estudo para, com base em critérios técnicos e rigorosos, os políticos, ou seja, o Governo e este Parlamento, possam em consciência, e aí sim, de acordo com aqueles que forem os preconceitos ideológicos de cada partido, decidir, com base em informação rigorosa, sobre se continua ou não a haver privatização de estruturas do Setor Público Empresarial Regional e a forma como será privatizado.

Portanto, Sr. Secretário, o Governo está no bom caminho, nesta matéria, continua com o nosso apoio e obviamente que vamos, ainda durante os próximos anos, poder assistir a um crescimento constante e sistemático da economia dos Açores, a bem de todos os açorianos, que bem necessitamos e bem merecemos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade para, em primeiro lugar, também clarificar uma ideia que muitas vezes fica no ar de que, desde que a coligação que sustenta este Governo e este Governo estão em funções, que a gestão do setor público empresarial tem sido o paraíso. Mas a verdade é que, de acordo com os dados, que temos hoje disponíveis, do terceiro trimestre de 2024, o resultado global das empresas do setor público apresenta um resultado na ordem dos 40 milhões de euros de prejuízo, o que significa um agravamento face a 2023.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual era o prejuízo em 2017, 2016, 2015 ou 2013?

O Orador: Portanto, há efetivamente necessidade de se melhorar a eficiência e a gestão das empresas públicas. Esta é também uma matéria que nós não podemos perder de vista.

Também aproveitamos e lançamos um repto ao Governo Regional, tendo em conta que nós estamos em março, e ainda não conhecemos as contas do quarto trimestre de 2024. Lançamos um repto ao Governo Regional se está disponível para reduzir o prazo da prestação de contas, mudando o prazo, que atualmente é de 90 dias, para 45 ou 60 dias, de forma a garantir que este Parlamento possa, efetivamente, fazer um escrutínio mais célere das contas e da gestão das empresas públicas. Esse é um desafio que lançamos ao Governo e que aguardamos, obviamente, por uma resposta.

Também aproveitamos para pedir ao Governo Regional que divulgue, numa plataforma, num site do Governo, onde achar conveniente, os contratos celebrados com os gestores públicos que foram contratados desde 2021 ou, se preferir, que ainda estão em vigor.

Se, no passado, esta matéria era alvo de arremesso político, porque criticavam quando não eram divulgados os contratos dos gestores públicos, a verdade é que, sobre esta matéria, nós também não conhecemos a informação, os objetivos que foram delineados. Também lançamos aqui esse repto ao Governo Regional, se, além da redução do prazo para a prestação de contas (que é possível que seja feita porque as empresas reportam à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, num prazo mais reduzido que os 90 dias) também está disponível para divulgar os contratos celebrados com os gestores públicos, de forma a que este Parlamento e os açorianos conheçam, obviamente, aqueles que são os objetivos, as metas e também que se possa responsabilizar quem gere a coisa pública.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: A esse respeito, também é importante referir, reconhecendo que o Governo Regional tem pouco tempo, mas pode aproveitar para clarificar; o Sr. Secretário

Regional referiu que é objetivo, no estudo que vai encomendar, saber que partes de empresas, como a Lotaçor, como o IAMA, podem ou não ser privatizadas.

Obviamente que isso levanta dúvidas, cria receios para os trabalhadores (mas não apenas), para os utilizadores desses serviços. No que diz respeito à Lotaçor, que partes da empresa é que o Governo planeia privatizar ou que, pelo menos, vai dar instruções para que sejam estudadas? No caso dos matadores, quais são, efetivamente, os matadores que o Governo Regional planeia privatizar? Também é importante clarificar porque esta matéria já foi aqui abordada no passado e agora há, aparentemente, um volte-face.

Para concluir, nesta primeira fase, referir que os últimos 4 anos têm sido marcados por uma grande instabilidade na gestão das empresas públicas. Pelas contas que fizemos, nós já vamos em cerca de 30 presidentes de empresas públicas, em pouco mais de 4 anos. Isso denota bem a instabilidade que é sentida nessas empresas e que, obviamente, se manifesta na gestão do dia-a-dia. Isso tem consequências que não são as mais desejáveis.

Para concluir, referir que é importante que o Governo Regional também aproveite a oportunidade para reconhecer erros que cometeu e o caso da extinção da SDEA é um bom exemplo de um erro que foi cometido numa ânsia de privatizar a qualquer custo. Nós extinguimos uma sociedade, uma entidade que era importante na captação de investimento externo e que pode, obviamente, auxiliar o governo, quer na captação de investimento, quer na preparação de legislação, quer como organismo, como agência, no fundo, que represente a Região no estrangeiro. Hoje em dia, essa necessidade de haver uma entidade externa é reclamada pelo próprio Governo Regional, mas também por câmaras de comércio. Portanto, é importante que aproveite esta oportunidade e que, de uma vez por todas, diga o que está a ser feito, porque o Governo anuncia que é preciso essa entidade, mas ela continua sem existir. Vir refugiar-se nos salários que eram praticados nas administrações, não faz qualquer sentido. Se o Governo não

concordava com a administração que existia, fazia o que fez com outras entidades: nomeavam uma administração e, até se quisesse, reduzia o número de administradores. Mas é verdade é que a Região está carente de uma entidade externa, que auxilie na procura de investimento estratégico e também que seja uma porta de representação, de diálogo com os empresários. Isto hoje não existe e faz falta, obviamente, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não existe?

O Orador: ... apesar de reconhecermos que a economia vive um bom momento. Não há qualquer problema em reconhecer isso. Mas essa entidade continua a ser importante para o futuro da Região, sobretudo na procura de investimento estratégico, coisa que, hoje em dia, não existe e faz muita falta.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não deixa de ser curioso (eu diria até algo caricato, politicamente falando) os pedidos que o Partido Socialista aqui vem fazer ao Governo Regional, nomeadamente, para reduzir o prazo de entrega do relatório de atividade e de contas das empresas públicas. Este pedido, em tom de exigência...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É impressionante!

Risos dos Deputados da bancada do PS.

... vem de um partido que, durante 24 anos, sonegava sistematicamente informação ao Parlamento. Até escondiam planos estratégicos.

Recordo sempre, e não me esquecerei, enquanto a memória assim me permitir, o que aconteceu com um plano estratégico da SATA em que havia um plano para a empresa e outro trazido para o Parlamento, numa versão muito mais reduzida. Portanto, é o partido que tem esse histórico, que tem esse cadastro político que agora exige tempos mais curtos para o escrutínio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E também é o partido que vem aqui apontar o dedo às contas do terceiro trimestre do Setor Público Empresarial Regional, com 40 milhões de euros de prejuízo. Ó Sr. Deputado, é dinheiro, é desejável, e tudo estamos a fazer, para que isto não aconteça e, quando acontecer que seja, numa intensidade menor. Mas esse valor que refere pode ser comparável, por exemplo, com aquilo que acontecia com a Lotaçor que, entre 2016 e 2020, tinha 30 milhões de euros de prejuízo ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quanto?

O Orador: 30 milhões de euros de prejuízo... sendo que as principais dificuldades da Lotaçor eram resultantes de prejuízos registados na Fábrica de Conservas Santa Catarina, que, desde 2010, estava na alçada da Lotaçor — a empresa de Santa Catarina que, entretanto, fez-se a concessão para uma gestão privada. O montante de dívida da Santa Catarina à Lotaçor ascendia a 19,5 milhões de euros, além de que a Lotaçor ainda era avalista de 7,8 milhões de euros à própria Santa Catarina. Portanto, estes são os tesourinhos que, infelizmente, existem e que os contribuintes açorianos estão a pagar da má gestão socialista durante estes anos todos.

Deputado José Pacheco (CH): Estão a pagar caro!

Aplausos dos Deputados da bancada do PSD.

O Orador: Mas há aqui mais uma coisa interessante que não pode ser esquecida, que é a referência à SDEA. Eu penso que o Partido Socialista tem um certo saudosismo em relação àquela entidade, da qual nunca se viu qualquer investimento, nem significativo, nem visível, muito menos estruturante, de investidores estrangeiros na nossa Região, e consumia largos milhares de euros.

E tenho de dizer isto, com toda a clareza, por muito que incomode o Sr. Deputado Luís Leal, que era administrador dessa empresa

Deputado Luís Leal (PS): Faça favor, está cá o homem!

O Orador: Isso sim, Sr. Deputado José Pacheco, essas empresas das quais este Governo do PSD, do CDS-PP e do PPM, com a vossa colaboração, com o vosso apoio...

Deputado José Pacheco (CH): A nossa fiscalização!

O Orador: ... e também da Iniciativa Liberal, deram, como diz o nosso povo, corda nos sapatinhos, porque essas, sim, eram para albergar camaradas sem que o contribuinte açoriano tivesse qualquer resultado.

Mas vamos prosseguir.

Durante este debate, tivemos aqui o Partido Socialista...

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Os senhores podem organizar-se, entenderem-se entre si, que eu espero muito calmamente. Acho que há ali uma divergência grande na bancada do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual divergência? Não há senhor.

O Orador: Há gritos de um lado para o outro.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor veja-se primeiro ao espelho antes de falar da divergência dos outros!

O Orador: Espero que o incidente esteja sanado.

Mas nós tivemos o Partido Socialista, até agora, a fazer exigências ao Governo, a fazer perguntas, mas, com exceção do desejo de ressuscitar uma espécie de SDEA, não ouvimos o Partido Socialista a dizer mais nada sobre aquilo que deve ser o caminho do Setor Público Empresarial Regional; não ouvimos uma palavra.

Eu fico sempre com uma... não diria angústia porque estas coisas não me angustiam..., mas com uma curiosidade: o que será que o Partido Socialista, efetivamente, quer para o Setor Público Empresarial Regional. E como não me dizem, fui à procura e então descobri uma coisa notável. Num documento desta nova liderança pueril do Partido Socialista Açores, que tem um documento de orientação que diz “um novo futuro”. Desde a páginas 40, para o Partido Socialista — vejam só sapiência que está aqui, a coerência e a credibilidade — “Para o Partido Socialista, a existência do SPER deve ser também sinónimo de resultados financeiros positivos”. Vou repetir: “deve ser também sinónimo resultados financeiros positivos”.

Srs. Deputados do Partido Socialista, qual era a empresa pública regional, no tempo da vossa governação, que tinha resultados positivos?

Olhe, eu já falei da Ilhas de Valor, já falei da Lotaçor.

Deputado Carlos Silva (PS): Havia a GLOBALEDA também.

O Orador: Bom, mas há ainda mais um. Vou citar ainda o que disse a auditoria relativamente à Portos dos Açores, que, à data de 2020, tinha uma dívida que, para ser saldada, demoraria 148 anos. Eu vou repetir porque não me enganei. 148 anos.

Deputado Carlos Silva (PS): E agora? Quantos anos são? Qual é a dívida?

O Orador: Entre outras coisas, a Portos dos Açores herdou um *stock* de dívida elevado, justificado, em parte, pela construção do Complexo das Portas do Mar, em Ponta Delgada, inauguradas em 2008, por aquele grande estadista da governação socialista nacional, José Sócrates, acompanhado por Carlos César. Portanto, uma parte da dívida da Portos dos Açores resulta daí. Mas tem mais coisas. Por exemplo, a Portos dos Açores suportou encargos da Atlânticoline, para concessão de descontos e isenções às operações dos navios.

E os navios também levam-me aqui a lembrar que, de 2017 a 2019, em 3 anos de operação, para transportar 200 mil pessoas, isso custou ao contribuinte açoriano 23,4 milhões de euros. 23,4 milhões de euros para transportar 200 mil almas.

Mas tem mais, a Portos dos Açores ainda tem mais uma coisa interessante, que é: o Governo utilizou a Portos dos Açores, e daí resultou um déficit de 470 mil euros, para — vejam bem, vejam bem qual foi a finalidade — ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já ninguém está a ouvi-lo.

O Orador: encargos com donativos e patrocínios para ralis e regatas que deviam ter sido suportadas pelo Governo Regional. Repito: a Portos dos Açores foi usada para entregar donativos e patrocínios para ralis e regatas que deviam ter sido suportados pelo Governo Regional.

Deputado José Ávila (PS): E a Secretaria da Agricultura a pagar equipas de futebol?

O Orador: Portanto, é este rigor de gestão que o Partido Socialista aqui trouxe.

Isto não é tudo. Tenho mais tempo e virei novamente ao debate.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era para fazer a defesa da honra, relativamente às declarações do Sr. Deputado Joaquim Machado, quando mencionou-me como administrador da SDEA, para dar corda aos sapatos.

Presidente: Sr. Deputado, tem a palavra, faça favor. Tem 3 minutos

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Joaquim Machado, ao longo do dia, estive a ouvi-lo, e ontem também o ouvi. De certa forma, relembra-me um narrador, autodiegético da RTP Memória porque gosta tanto de ir ao passado.

Relativamente ao trabalho da SDEA e às atribuições e missões da SDEA, naquilo que diz respeito a captar investimento externo, promover os recursos da Região, fomentar as exportações, eu relembro ao Sr. Deputado, e esta Casa, o lançamento, por exemplo, da marca Açores; relembro, também, um projeto estruturante que disse que hoje faltava — vários jovens podem falar por si, mas convém lembrá-lo — como o Terceira Tech Island, em que se requalificaram centenas de jovens e conseguiram-se captar empresas. Mas, por milagre, este Governo entendeu que, do ponto de vista ideológico, não havia de apostar, veja-se lá, nas novas tecnologias, na requalificação dos recursos, para que possam adaptar as suas capacidades a uma das maiores procuras a nível mundial. Infelizmente, acabaram com esse projeto porque jamais se ouviu.

No que diz respeito às exportações, a SDEA teve um papel fundamental. E há aqui outra coisa que, para mim, parece óbvia, sem prejuízo de eu fazer o meu trabalho, no sentido de puxar a brasa à minha sardinha e V. Exa. à sua. Não é o Partido Socialista que diz que é necessária uma entidade que possa, de certa forma, captar o investimento externo; são os empresários, são as entidades que representam os empresários.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Perante aquilo que dizem os empresários, nós viemos sublinhar exatamente isso.

Eu compreendo, de certa forma, o “fel” que sente relativamente à atividade do Partido Socialista, enquanto foi governo, mas, de facto, há centenas de pessoas que viram a sua vida mudada com projetos que foram estruturantes. Omiti-los da história é omitir aquilo que aconteceu, e nós estaremos cá para lembrar a história, sem prejuízo da RTP Memória e do seu narrador autodiegético; fá-lo-emos sempre que seja necessário. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para dar explicações, querendo, naturalmente, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Ainda estou tentando fazer as saudações, mas, diligentemente, o Sr. Secretário da Mesa já me estava a tirar tempo. Mas não tem problema, porque as explicações, serão feitas em tempo regimental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Luís Leal, as minhas expressões, naturalmente, que não foram ofensivas, nem no plano político, nem, muito menos, em termos pessoais, como sabe.

Percebo que, na impossibilidade do Partido Socialista da sua direção de facultar tempo para intervir no debate, tenha utilizado esta forma regimental, mas eu percebo.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma coisa. Isso é uma doença!

O Orador: Aliás, o incidente que houve aqui antes, foi exatamente por causa disso.

Mas eu acho, de facto, o senhor não se sentiu ofendido e, utilizando a palavra, devia ter usado o tempo para pedir desculpa aos açorianos, por aquilo que foi a atividade, neste caso até, da SDEA, que em nada relevou para um crescimento económico que, só hoje, depois de não termos SDEA, é que ele existe.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Existe, de forma comprovada, em todos os indicadores, nomeadamente, nas exportações que subiram mais de 12 %, sem SDEA. Se, com SDEA, os resultados eram aqueles que nós sabíamos, e que os senhores deixaram, a nossa conclusão é de que era, — como diria um camarada vosso, que agora anda entre vai ou não vai para Belém, é outra das vossas grandes dúvidas e questões — muito pouquinho.

Pouquinho, todavia, não era aquilo que era a despesa da administração da SDEA. Lembro que os administradores da SDEA representavam, por ano, um custo para o contribuinte de 250 mil euros.

Deputado Carlos Silva (PS): E os administradores da SATA?

O Orador: Vou repetir: 250 mil euros. O Presidente da SDEA tinha um vencimento mensal de 5462 euros e é tão pouco. E, Sr. Deputado Luís Leal, ex-administrador da SDEA, eu não vou falar dos cartões de crédito da SDEA e onde eles eram usados, nomeadamente na restauração da Praia da Vitória. O senhor sabe de que é que eu estou a falar.

Deputadas Joana Pombo Tavares e Inês Sá (PS): E os técnicos especialistas?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que acabamos de assistir, creio que não é bom, para este Parlamento, esse tipo de intervenções. Creio que devíamos evitar, sinceramente. Dizer que não se vem fazer ataques pessoais e depois vir com esse tipo de expressões em nada dignifica este Parlamento, mas diz muito sobre quem o faz. Mas sobre isso não, não direi mais.

Deputado Russel Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à Portos dos Açores e o tema aqui aduzido, sobre a dívida e sobre um estudo que foi encomendado do Governo, agradeço a oportunidade que o Deputado Joaquim Machado deu para esclarecer esse assunto.

O Governo Regional, este Governo Regional, no meio dos 2 milhões de euros que já gastou em estudos e pareceres que já solicitou, pediu à empresa PwC, PricewaterhouseCoopers, que fizesse um estudo sobre a dívida, não apenas, mas também, da Portos dos Açores. Esse estudo concluía, de forma sintética, que, em 2020, a dívida da Portos dos Açores rondava os 70 milhões de euros e que era, diziam, insustentável, e para pagar em mais de 100 anos. E o que é que aconteceu desde então? A dívida da Portos dos Açores, em setembro de 2024, rondava os 150 milhões de euros, mais que duplicou. E quais foram as medidas que o Governo Regional adotou para mitigar este crescimento da dívida? Não só não reduziu, como mais do que duplica. Este é que é o bom exemplo da governação do PSD sobre a gestão de empresas públicas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se 70 milhões de euros era excessivo, e ia demorar mais de 100 anos a pagar, quantos anos vai demorar a pagar 150 milhões de euros de dívida? É esse o bom exemplo da governação do PSD, do CDS-PP e do PPM, com a “muleta” e “bengala” do CHEGA?

Deputado José Pacheco (CH): Eh hoje é muleta?!

Deputado Francisco Lima (CH): É muleta ou é bengala?

O Orador: É esse o exemplo e as lições de moral que querem dar ao Partido Socialista, na gestão de empresas públicas?

Sr. Secretário Regional, o mais importante ainda é que esse estudo, que o senhor pagou e que encomendou, recomendava que a empresa adotasse medidas. O que é que o Governo Regional fez sobre essas medidas? O que é que o Governo Regional fez, entretanto? Vai encomendar um novo estudo para estudar as conclusões do estudo anterior; basicamente, é isso.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Convém o Partido Socialista, e o Deputado Carlos Silva, definir se é bengala ou se é muleta. Não pode ser as duas coisas ao mesmo tempo.

Deputado Berto Messias (PS): Não é bengala, é um andarilho.

Risos dos Deputados da bancada do PS.

Mas mantemos o que dissemos: bengala enjeitada é o que o PS é. Bengala enjeitada da coligação.

Sobre as dívidas das empresas públicas, as dívidas tóxicas, se calhar é melhor essa bancada recordar a V. Exa. a questão do dinheiro do Lourenço.

Deputado José Pacheco (CH): Xi, do que foste falar agora!!

O Orador: Se calhar, explica muito da dívida da Portos dos Açores, que o vosso Governo da República não pagou.

Deputado José Pacheco (CH): E vocês caladinhos, nunca abriram a boca.

O Orador: Mas isso aí é com a bancada da coligação.

Sr. Secretário das Finanças, eu fiquei convencido em termos de estratégia política, que usou 18 minutos e depois ficou com pouco tempo para responder, mas ainda tem 54 segundos.

Diga-me, por favor, muito rapidamente por que razão é que não privatizam a EDA? É por questões de estratégia? É por questões de rentabilidade? Porque se não disser nada,

para nós, é por causa dos “tachos” políticos. A gente fica com essa leitura, os açorianos que nos ouvem ficam com essa leitura.

Estamos aqui a falar da SDEA: quantas SDEA cabe na EDA? Quantas SDEA? Quantos “tachos” políticos inúteis? Quantos ex-políticos trabalham na EDA? Queremos saber se é por razões estratégicas ou por razões económicas.

Eu não encontro razões económicas; então o Sr. Secretário que me explique as razões estratégicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ao longo das intervenções, fui dando conta de qual era Setor Público Empresarial Regional que este governo da coligação, e o anterior também da coligação, receberam. E também algumas coisas fomos dizendo do que, entretanto, foi realizado.

Relembro a venda recente dos hotéis da Graciosa e das Flores; a extinção da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (a SDEA), da SINAGA, da Azorina; a passagem para a exploração privada da Fábrica de Conservas de Santa Catarina; os ajustamentos nas administrações do Teatro Micaelense e da Ilhas de Valor. E se digo tudo isto é também para sublinhar o que decorre destas medidas.

A SDEA, como disse, tinha uma atividade praticamente inócua, não é detetar valores na estrutura económica regional, no tecido empresarial, nomeadamente. A sua administração custava por ano 250 mil euros, só em remunerações, só em vencimentos, sem falar de custos de funcionamento e outros de atividade corrente.

Só a administração da SINAGA custava por ano 89 738 euros.

A administração da Conserveira Santa Catarina, só em vencimentos, tinha um custo anual de 146 mil euros.

A administração da Azorina custava por ano, só em vencimentos, 90 mil euros.

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente também vai contabilizar esses técnicos especialistas todos daí.

O Orador: A Ilhas de Valor passou a ter menos administradores. O Teatro Micaelense, que tinha três administradores, passou a ter um administrador executivo.

O que é que pouparam os contribuintes açorianos com isto tudo? Pouparam mais de 800 mil euros por ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Dirão os socialistas e dirão os mais exigentes: “Isso é pouco.” Eu acho que é muito e que é bom que esse fardo tenha saído das costas dos açorianos.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate vai longo e a minha intervenção, de facto, aqui pretende só fazer um pequeno apanhado e concluir algumas questões que tanto discutimos, mas parece que queremos

olhar para elas sempre com desconfiança ou como não tenham sido feitas ou estejam mal feitas.

A verdade é que este Governo, desde 2020, tem sido bastante proativo ao que diz respeito à alienação de património a nível do setor público.

Mas, como açoriano, não quero que os Açores venham a ter algo do género *Black Friday* nos Açores sobre o setor público, *Black Friday* nos Açores sobre as empresas públicas, *Black Friday* nos Açores sobre os transportes públicos marítimos, *Black Friday* sobre os transportes aéreos.

Muito bem, Sr. Secretário das Finanças, o senhor está a fazer o seu trabalho com uma grande competência, baseado em estudos e pareceres.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: Compreendo que esta situação, de alienação de património e privatização de património açoriano, deve ser um processo célere. Mas também compreendo que a decisão política terá de ser tomada com base em pareceres financeiros e económicos fiáveis (e não só um, vários pareceres económicos fiáveis) para que a decisão política seja a mais acertada possível.

Realço aqui que a representação do PPM é a favor da privatização e lamenta que este Governo, com todas as mexidas que fez a este nível, conseguiu poupar, como disse o Sr. Deputado Joaquim Machado, 800 mil euros, mas 800 mil euros não chegam, não serve para pagar os 800 milhões de euros deixados pela SAUDAÇOR.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, dou um esclarecimento, que há coisas que ficam aqui na surdina das bancadas e dos apartes, aqui para os senhores da “canhota”: o CHEGA não é muleta, não é andarilho, não é bengala, não é coisíssima nenhuma.

Deputado José Toste (PS): Pois é. Não é coisíssima nenhuma.

O Orador: E para a direita (ou suposta direita) não é nenhum colaborador.

O CHEGA é e vai ser uma força fiscalizadora. Quando tiver que fazer um elogio, por bom trabalho, fará; quando tiver que ser crítico, como sempre fomos, desde o primeiro dia, será. O mal é que os senhores governaram sem ter fiscalização.

Está cá o CHEGA para fiscalizar este ou outro governo que venha.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Leal, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi afirmado, que a administração da SDEA custava, por ano, cerca de 250 mil euros, pode ter a certeza absoluta, Sr. Deputado, que não custa um terço da quantidade de técnicos especialistas que vocês encheram nos vossos gabinetes. É um facto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Relativamente à tentativa de me atacar pessoalmente, no desempenho das minhas funções, alegadamente por cartões de crédito e à restauração na Praia da Vitória, olhe, ainda bem que foram nos restaurantes da Praia, onde existiam projetos estruturantes e onde posso justificar toda e qualquer atividade que tenha havido. Não há qualquer fator x deste lado, Sr. Deputado. Aquele que é o desempenho das nossas atividades é bem claro e aquilo que é necessário no acompanhamento do investimento

externo (aliás, como o atual membro do Governo assim o faz) tem despesas relevantes. Depois os potenciais investidores, quando vêm à Região, têm de ser acompanhados, é óbvio que têm que ser acompanhados. Ou quer que cheguem aqui, reúnam das 8h30 às 16h30 e depois: “Olhe, vá ali fazer o que quer.” Têm de ser acompanhados porque, caso contrário, há um desinteresse, que é o oposto da captação de investimento, que não desperta e não se sente aquilo que se chama o ambiente favorável aos negócios. Portanto, é nesse âmbito que o desempenho da nossa atividade foi. Por mais que queira, e como lhe digo, não há qualquer fator x deste lado. Estamos completamente tranquilos.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em particular para o Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN: querer gestão privada e privatização não é colocar os Açores em saldo. Sabe tão bem quanto eu que estas empresas públicas têm dívidas que entram para o perímetro da dívida do Governo Regional e, todos os anos, quando o Governo Regional tem de ir pedir financiamento para o défice, isso tem um custo. E quanto maior a dívida, mais caro é o custo desse financiamento.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Hélia Cardoso, se ouviu o meu discurso, eu disse que tem de haver um desenvolvimento harmónico. Neste caso, até roubei a citação do Presidente do Governo. Foi exatamente aquilo que eu disse: tudo o que dê prejuízo, é melhor privatizar; o que der lucro, não se deve privatizar porque é uma receita para o Estado, uma receita para este Governo.

E há entidades que não precisam sequer ter lucro, nomeadamente, como dei o exemplo, o IROA, porque isso é um serviço público que nós fazemos a um determinado setor, que são os agricultores, que vocês estão sempre a defender.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, registo a ausência de respostas relativamente a duas matérias: EDA Renováveis e o número de trabalhadores da SATA *handling*. O senhor disse que o processo estava concluído e os trabalhadores têm de saber a que empresa é que vão ser alocados.

Sobre a Atlânticoline (e podia-se dizer o mesmo sobre a Portos dos Açores), Sr. Secretário, Atlânticoline é uma empresa com resultados positivos. Vai privatizar para quê? Para quê? Qual é a lógica que está subjacente a isso?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: A única lógica que se vê é garantir, naturalmente, que quem fique com essa empresa, fique com esses resultados positivos. Isso não é do interesse público.

Em termos de política para o SPER, nós já percebemos qual é a política do Governo: é seguir a política do CHEGA. Ao que chegamos! Um governo do PSD que está a fazer exatamente aquilo que o CHEGA quer no Setor Público Empresarial Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando ser sucinto, relativamente ao tempo que ainda tenho, gostaria de dar alguns esclarecimentos aqui à Câmara: sobre o *handling* da SATA, Sr. Deputado António Lima, estamos a falar de 600 pessoas...

Deputado António Lima (BE): O tempo não está a contar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor quer a resposta mas quer acabar com o tempo depressa.

Deputado António Lima (BE): Não, as regras são iguais para todos.

O Orador: Sr. Presidente, já tendo pouco tempo e com estas interrupções, peço que tenha isso em atenção.

Deputado António Lima (BE): Quais interrupções? Ele é que interrompeu.

Deputada Inês Sá (PS): As interrupções vêm da sua bancada.

O Orador: Ó Sr. Deputado António Lima, eu estou a tentar responder-lhe e o senhor está em apertado, mas vou insistir porque não quero que diga que eu não estou a responder.

São 600 pessoas do *handling* da SATA, fora aqueles que têm de ser contratados em épocas altas. Ponto 1.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Ponto 2, em relação à colocada pelo Sr. Deputado Francisco Lima, a *holding* da EDA Renováveis e a *holding* da SATA não estão em cima da mesa para o Governo Regional, neste momento.

Para terminar, este trabalho que vai ser feito, em relação a estas empresas que vamos estudar tecnicamente, vai, naturalmente, ter uma consequência que é o diálogo com os sindicatos, o diálogo com os empresários, de maneira a podermos ter toda a informação para a decisão política posterior, que será sempre no entendimento da defesa, do interesse dos Açores e dos açorianos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu intervim logo no início deste debate e fiquei à espera de esclarecimentos. Os esclarecimentos não vieram e ainda bem que fiquei sentado à espera deles.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata gastou o seu tempo quase todo para falar do passado — sempre do passado, cada vez mais do passado — sem nunca falar do presente, nem sequer do passado dos últimos 4 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não tenho problemas com o passado.

O Orador: Mas, ainda em relação ao SPER, era absolutamente importante que o Partido Social Democrata e o Governo explicassem, de facto, o que é que queira fazer com o IAMA e com o IROA, que, há 3 anos, era tão importante manter na esfera pública e manter como estava, de tal forma que não se podia fazer a fusão entre duas empresas do setor. Resposta: zero!

Veio o PSD falar das *gateways*; veio o PSD falar das reformas dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso pesa-lhe na consciência?

O Orador: Não pesa nada, absolutamente nada, Sr. Deputado Joaquim Machado. Não pesa absolutamente nada. Pesa sim, no bolso dos açorianos, a incapacidade do PSD de governar de forma diferente do fazia o Partido Socialista. O PSD, que passa a vida a dizer que teve uma herança pesada do Partido Socialista, o que vai deixar aos açorianos é uma herança de dívida para pagar; é uma herança de não reformar; é uma herança que vai pesar muito nas gerações que vêm a seguir.

A gestão do Setor Público Empresarial Regional tem apenas um responsável. Eu já disse aqui nesta Câmara várias vezes: a responsabilidade não é dos conselhos de administração. A responsabilidade nem sequer é das chefias intermédias das empresas públicas, que andam lá, todos os dias, a fazer um sacrifício para poupar 5 escudos aqui, 4 centavos acolá e investir aqui e acolá. A responsabilidade é do acionista. Se a Portos dos Açores está agora numa situação ainda pior do que quando precisava de 148 anos para pagar a sua dívida, hoje, com as contas feitas ao dia, nem lhe resta tempo para pagar a dívida, porque não liberta nada e deve-se ao acionista.

E o acionista, ainda um dia desses, para ganhar votos, para fingir que é agradável com uns e com outros, isentou os armadores da capotagem regional de taxas nos portos da Graciosa e Santa Maria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi para ganhar votos! Tenha decência e vergonha!

O Orador: Para ganhar votos fez isso. E isto sem contrapartida para a empresa. Quando der maus resultados, a culpa é dos administradores, e toca de virem cá pagar.

Demitem-se os administradores e substituem-se por outros, quando a culpa é do acionista.

É preciso que se diga isso ao povo dos Açores e a nós todos que o representamos: a culpa é do acionista, não é dos administradores.

Protestos dos Deputados da bancada do PSD.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, a conclusão deste debate é que o Governo perdeu uma oportunidade efetiva de esclarecer, de responder. Isso fica evidente perante as dúvidas que foram colocadas, não apenas pelo Partido Socialista, foram colocadas por várias bancadas. O Governo simplesmente não respondeu, omitiu.

Nós perguntámos que partes da Lotaçor o Governo planeia privatizar: não respondeu.

Nós perguntámos que parte do IAMA pretende privatizar e porque é que mudou de posição, passados alguns meses: não respondeu.

Nós perguntámos que matadouros planeia privatizar ou concessionar: não respondeu.

Nós perguntámos porque é que o Governo quer privatizar empresas que dão lucro: o Governo não respondeu.

Nós perguntámos porque é que o Governo quer aumentar a subsídio de empresas para depois privatizá-las, como se fosse um bom negócio para a Região. Aumentar a subsídio e depois vamos privatizar. Esse é que é o paradigma da governação do PSD, do CDS-PP, do PPM.

São matérias que nos preocupam, sobre as quais foram feitas questões e o Governo optou por não responder, mantendo a sua narrativa de que é preciso estudar o estudo anterior, que já encomendou. Essa é a conclusão com que saímos deste debate.

Sobre as mudanças nas administrações (só em presidentes de conselhos de administração, já vão em mais de 30), o Governo também não respondeu ao porquê dessa instabilidade criada nos últimos anos.

Sobre a Portos dos Açores, porque é que a dívida duplicou em pouco mais de 4 anos: não respondeu, apesar do Governo Regional ter recebido, do Governo da República, cerca de 45 milhões de euros e optou por não canalizar essa verba para a Portos de Açores. Sobre isso também não sabemos mais nada.

Sobre a *SATA handling*, foi aqui questionado o porquê da opção do Governo Regional, que diz que é uma obrigação decorrente das negociações com a Comissão Europeia, que é separar as entidades. Até aí concordamos, Sr. Secretário Regional. Separar a atividade do *handling* da atividade da *SATA Air Açores*, mas isso não obriga a privatizar, e muito menos os 100 % do capital social. São questões diferentes. O Governo pretende agora aumentar a subsidiação da *SATA handling* — falou em cerca de 6 milhões de euros para as OSP (Obrigações de Serviço Público) para essa finalidade — com o objetivo, depois, de privatizar. Mais um exemplo. Para quê aumentar subsidiação de empresas públicas para depois privatizar? Que raio de negócio é esse e porque é que isso é bom para a Região? É mais um exemplo.

Atlânticoline é outro exemplo claro que foi aqui referido.

Portanto, são matérias demasiado importantes para ser tratadas com levandade e, sobretudo, com ausência de respostas por parte do Governo Regional.

Não é admissível que, passados 5 meses, sobre ter anunciado um plano de privatizações, afinal, ele não existe. Agora são mais 6 meses que são necessários porque há uma entidade externa, privada, que vai dizer o que o Governo Regional quer, mas não sabe. Ou sabe e não diz, que é mais preocupante.

É essa a conclusão com que nós saímos daqui hoje: que o Governo Regional sabe muito mais do que aquilo que nos disse e do que aquilo que quer esclarecer aos açorianos. Isso é preocupante porque leva àquilo que está a acontecer com a *SATA Internacional* hoje, que é: negociatas feitas nos bastidores e às escondidas dos açorianos.

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): Hã?!
“Negociatas”?!

Protestos dos Membros do Governo.

O Orador: E esse é um padrão deste Governo.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional das Finanças e Administração Pública** (Duarte Freitas): Um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, um protesto que talvez até possa ser dois.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O primeiro tem a ver com aquilo que é recorrente de uma cassette do Partido Socialista de dizer que não se responde quando a gente respondeu pergunta a pergunta. Ainda aqui, na minha última intervenção, respondemos pergunta por pergunta ao Sr. Deputado António Lima, ao Sr. Deputado Francisco Lima, ao PS.

Ainda assim, no fim, dizem: “Ah, não responderam a nada.” É uma cassette que é repetida, mas que não pode ser aceite.

Protestos dos Deputados das bancadas do PS.

Mas mais do que isso, Sr. Presidente, aquilo que repudiamos e protestamos é o seguinte: não é admissível — e peço ao Sr. Deputado Carlos Silva que retire — a

insinuação de que há negociatas em relação à privatização da Azores Airlines. Eu peço que retire essa insinuação porque isso é demasiado grave para um partido com a responsabilidade do Partido Socialista. Devia ter muito mais cuidado, e o senhor também devia ter mais cuidado!

É inadmissível e repudiável e peço-lhe que retire essa afirmação que é demasiado grave para que se faça nesta Casa!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Délia Melo (PSD): Prove aquilo que diz. Não tem provas.

Sr. Secretário Regional, percebo o seu incómodo, mas não é com o Partido Socialista, certamente.

O seu incómodo é a confirmação de tudo aquilo que eu referi e que o Sr. Secretário Regional ou não soube responder ou não quis responder.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nós perguntámos sobre as partes das empresas Lotaçor, IAMA e IROA que o Governo Regional planeia privatizar: não respondeu.

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas): Nós respondemos!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não respondeu!

O Orador: Nós perguntámos sobre o Atlânticoline, sobre a SATA: o Governo não respondeu.

Nós perguntámos, sobre a Azores Airlines, a SATA Internacional, o que é que o Governo vai fazer com o perdão da dívida: não respondeu.

Ó Sr. Secretário, sim, eu referi que o Governo Regional, ao invés de responder, prefere entrar em negociações...

Deputada Délia Melo (PSD): Outra vez?! Isto é demasiado grave. Prove o que está a dizer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que eu conheço é uma negociata chamada “Cachalote”!

O Orador: ... em conversas privadas do que esclarecer os açorianos sobre o processo. Ao invés de esclarecer e de promover a transparência, no processo de privatização da Azores Airlines, o Governo Regional preferiu negociar em privado

Deputada Délia Melo (PSD): Isto é inadmissível!

O Orador: ... com o único interessado que existe e cuja credibilidade é posta em causa pelo próprio júri que o Governo Regional contratou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, foi isso que eu disse...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Não foi isso que você disse!

O Orador: ... e é isso que reitero porque é a verdade dos factos. É um processo de privatização que se iniciou há 2 anos, que já foi suspenso, que já foi terminado, que já foi retomado e que nós continuamos sem saber o que é que vai acontecer, quais são os critérios, quais são os pressupostos. Obviamente que nos leva à conclusão de negociações, porque há muita informação que é preciso divulgar e que o Governo não o faz.

No debate, nós também perguntámos ao Governo se estava disponível para divulgar os contratos dos gestores públicos: não o fez não, não respondeu. Se estava disponível para reduzir o prazo da prestação de contas: também não o fez.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, nós reiteramos o que dissemos até agora.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Que vergonha!

Deputada Délia Melo (PSD): É lamentável!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, pediu a palavra para?

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**
(Duarte Freitas): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**
(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu aceito tudo, nesta Casa; podem chamar-me de incompetente, displicente, malandro, de tudo o que quiserem. Não aceito, não aceito que insinuem desonestidades ou negociatas. Não aceito!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E peço ao Sr. Deputado Carlos Silva que se retrate e retire a insinuação que aqui referiu. Porque o senhor está protegido pela imunidade parlamentar, mas há coisas que a imunidade parlamentar, se calhar, tem de ser repensada.

Deputado António Lima (BE): Tem de ser repensada?

O Orador: Não é aceitável insinuar negociatas ou desonestidades aqui. Se o senhor quer insinuar, o senhor que prove aqui ou que prove em tribunal. Se não o fizer e se não se retratar, isso cabe a si, fica sobre si o anátema de divulgar ou de expressar afirmações acusatórias e difamatórias, sem razão de ser.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Secretário Regional das Finanças e Administração Pública (Duarte Freitas):
Desonesto? Ao filho de minha mãe ninguém chama isso! Não lhe admito isso!

Ruído na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, para prestar explicações, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a palavra desonestidade veio da sua boca. Em momento algum, falei em desonestidade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ah sim, porque negociata é uma palavra muito honesta!

O Orador: As negociatas foram proferidas por mim e responsabilizam-me a mim. Aqui estou eu para assumir as minhas responsabilidades, quando for necessário, sem qualquer problema.

Mas há uma coisa que o Sr. Secretário tem de se habituar: ao escrutínio. Habitue-se ao escrutínio e promova, efetivamente, a transparência, porque isso vai reduzir as nossas conclusões sobre as negociatas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Se o Governo Regional tivesse desde o início transparente nesse processo, teria sido melhor, em primeiro lugar, para os açorianos. Passaram 2 anos e há muita informação escondida.

E sim, eu referi e reitero as negociatas. Porque enquanto o Governo Regional não promover e divulgar toda a informação sobre este processo, a conclusão é a mesma.

E segundo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável que o Governo Regional venha aqui ameaçar e tentar censurar um deputado deste Parlamento. Já não é a primeira vez; já o fez através de requerimentos, inclusive a mim e outros deputados que tentou censurar.

Mas nós cá estamos, sem medo, e faremos as perguntas que forem necessárias e esperamos que o Governo Regional tenha a capacidade de as responder.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Tenha respeito! Não vale tudo!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não há nenhuma informação escondida!

Vozes de alguns Membros do Governo: Mas quais são as negociatas?

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições.

Estamos na hora regimental. Pergunto à Câmara se dão autorização que o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA encerre o debate?

Ruído na Câmara.

Não há inscrições? Então, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Eram 13 horas e 2 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Neste momento, o Deputado Carlos Freitas (PSD) substitui a Deputada Nídia Inácio (PSD) na Mesa.

A Mesa não tem inscrições relativamente ao debate de urgência que estava a decorrer antes do almoço.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima para o encerramento do debate. Faça favor Sr. Deputado.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com este debate quisemos trazer aqui um assunto deveras importante, porque, de facto, o setor público empresarial é um problema, é um encargo para os contribuintes e será um encargo para as futuras gerações.

Ficámos com algumas dúvidas e com algumas certezas neste debate; dúvidas é se o Governo Regional realmente consegue levar esta empreitada a bom porto, uma vez que

vemos da parte da coligação pouco entusiasmo nas privatizações, pela demora, pelos 1569 dias onde nada de substantivo foi feito;

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor não ouviu nada do que foi dito aqui.

O Orador: Porque ainda vai encomendar mais um estudo; porque o Sr. Secretário acabou de admitir que a EDA — o grupo GLOBALEDA — trata-se de uma *vaca sagrada*; porque o CHEGA acaba por concluir que é importante manter a EDA, uma vez que não foi dada nenhuma explicação racional para manter alguns cargos políticos e alguns amigos. E isso para nós também é preocupante. Mas, Sr. Secretário Regional das Finanças, ficámos aqui com outra certeza também: é que não há aqui negociatas, se calhar já houve no passado.

Deputado Carlos Silva (PS): A palavra “negociata” é que é um problema.

O Orador: E também temos pena que nos últimos minutos o debate não tenha tido o nível de elevação que devia ter tido, da parte daquela bancada mais à esquerda. E ficámos convencidos que está de boa-fé neste processo, o que para nós é fundamental. Também ficámos com a certeza de que se fosse pelo PS, não se privatizava nada, continuava-se com a SDEA e com as empresas dos amigos, com os “Cachalotes” e com isso tudo. Também ficámos com a certeza de que para lá da Iniciativa Liberal, também se mantinha tudo como está. Também ficámos com a certeza de que muita gente de algumas bancadas, aqui dentro, nomeadamente da extrema-esquerda, acha que o lucro é pecaminoso e acha que uma empresa ter lucro é um pecado, quando não vê o capital investido.

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

O Orador: Por isso é que eu digo que a EDA é uma empresa pouco rentável. E, portanto, há aqui pessoas que têm um problema ideológico inultrapassável. E para esses nós não estamos aqui a falar, este debate não foi aberto para essas pessoas, porque elas

têm aquilo a que na agricultura se chama umas “palas nos olhos” não veem senão em linha reta e mal.

O que também nos deixa aqui alguma preocupação é quando alguns partidos da coligação levantam alguns fantasmas, como o *black friday*. Nós não estamos a falar de nenhum *black friday* aqui. Isso foi o que aconteceu após a falência do Partido Socialista quando chamou a troika. Isso é que foi a *black friday*, porque foi uma privatização à pressa. Nós queremos fazer privatizações, mas valorizando as nossas empresas. E, por isso, é importante também estar disponível para privatizar as empresas que dão lucro, porque se há coisa que os privados têm é não serem burros. Os privados não vão comprar empresas falidas, por isso é que os privados não querem comprar a Azores Airlines, isso é evidente.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Sobre a questão de se dizer que a Azores Airlines vale mais, Sr. Secretário, nós não estamos convencidos. Ela, a cada dia que passa...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Está, assim, encerrado este debate de urgência.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, onde ontem interrompemos, isto é, no ponto 3 da nossa agenda, íamos entrar na votação.

Pergunto se há, entretanto, alguma alteração e se alguém quer usar da palavra.

Creio não existir, por isso vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII – “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”.

Vamos, como é habitual, votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e 22 votos de abstenção do PS, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XIII apresentado pelo Bloco de Esquerda que “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”, porque reconhece que a rede de creches do setor social já garante um alto padrão de qualidade, através de bons projetos pedagógicos, bons recursos humanos, supervisão eficiente e instalações seguras. As infraestruturas e recursos já existentes são potenciados por este Governo Regional. A rede atual de creches está muito bem equipada para atender às necessidades das crianças e das famílias.

Este Governo de coligação PSD/CDS-PP/PPM implementa políticas adequadas e de resposta rápida e eficaz, pois está atento às mudanças e identifica as necessidades das famílias com crianças em creches, demonstrando um compromisso sólido com o futuro e com o apoio às famílias.

É inegável o investimento que o Governo Regional de coligação PSD/CDS-PP/PPM tem vindo a concretizar no setor social. E acredito, bem como o Grupo Parlamentar do PSD, que juntos podemos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o Projeto de Decreto Legislativo Regional que “Cria a Rede Pública de Creches da Região Autónoma dos Açores”, por vários motivos, sendo que o principal é que a resposta existente não é suficiente e, sobre isso, os números são claros. Não é suficiente, porque está a deixar de fora 483 crianças em lista de espera e a taxa de cobertura potencial, segundo números até adiantados pelo Governo Regional durante este debate, pouco ultrapassa os 50 %.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Há um caminho enorme a fazer no desenvolvimento natural para um serviço público essencial, com carácter social, mas fundamentalmente com carácter educativo, que é a criação de uma rede pública de creches com a sua universalização, com o desenvolvimento natural no território, com o investimento público necessário, com mais direitos e melhores condições de trabalho e melhores carreiras, as quais existem na função pública, mas o setor social, infelizmente, não tem. E o debate e discussão não é sobre se as creches que existem são boas ou são más (elas são boas, no geral). não é disso que se trata. É o natural desenvolvimento de um serviço público que, como na educação há uma escola pública, não há nenhum motivo para não haver uma rede pública de creches, exceto um claro preconceito ideológico da direita que não quer de modo algum que haja uma qualquer creche pública.

Protestos impercetíveis da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

O Orador: Podem existir creches privadas, podem existir creches do setor social, mas creches públicas estão proibidas na Região. E isso é lamentável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos um problema: a rede de creches atual não é suficiente para resolver o problema das crianças açorianas. O CHEGA considera que devem contribuir para a resolução do problema o setor social, o setor privado, o setor público e que devem trabalhar em colaboração.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM vota contra esta proposta do Bloco de Esquerda, porque de facto — volto a dizê-lo como já disse anteriormente — trata-se mais de uma operação ideológica de algo que na praticidade resultará no melhoramento do sistema de creches na Região Autónoma dos Açores. Ignora também completamente a rede existente, assim como, atinge todas as IPSS no que diz respeito aos acordos de cooperação, assim como os funcionários que trabalham nestas IPSS.

Também foi dito pela Sra. Secretária que o número de vagas aumentou e que a universalidade e a gratuidade estão generalizadas.

Por isso, não encontramos nenhum motivo para votar a favor desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se na votação deste diploma, por duas ordens de ideias: primeiro, porque entendemos, tal como referi ontem, que o que está vertido no ponto 2 desta iniciativa era de difícil (senão impossível) concretização e porque entendemos ainda que o caminho ao nível da gratuidade está a ser feito, e bem feito, nada a apontar; quanto ao restante caminho da universalidade das creches, entendemos que o caminho não está feito, que ainda há caminho a fazer e que importa impor aqui alguma celeridade neste processo.

Não obstante, nada a opor, nem temos dogmas nenhuns com a criação de uma rede pública nem com uma rede privada. Portanto, se calhar ficamos mesmo em “cima do muro.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Creio não existirem mais intervenções para declarações de voto.

Avançamos, assim, para o ponto 4 da nossa agenda que é o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII – “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”.

É uma iniciativa da Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Neste momento, a Deputada Nídia Inácio ocupou o seu lugar de Secretária na Mesa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É factual que o bem-estar animal é o parente pobre deste Governo, produto de uma deficiente execução de políticas que realmente premeiem o bem-estar animal.

Atrasos nos pagamentos de apoios às associações de animais, apoios extraordinários às associações para participação de despesas veterinárias que não são postos em prática, atribuição de apoios para canis de clubes de caça, abate de gamos para controlo da população, etc. Onde está a campanha anual de esterilização e castração em massa prevista no DLR que estabelece as medidas de controlo de animais de companhia e errantes?

Mas, é, também, factual que, nos últimos 5 anos, assistimos à implementação de políticas que colocaram o bem-estar animal na agenda, muito por força do PAN.

É essa a matriz da nossa missão.

Imbuídos por esse espírito, trazemos hoje a esta Casa mais um contributo para o reforço das políticas de bem-estar animal como forma de combater ninhadas indesejadas, prevenir o abandono animal, promover a saúde animal e saúde pública e servir de apoio às famílias mais carenciadas sem acesso à prestação de cuidados médico-veterinários: a criação de um serviço veterinário itinerante.

Pese embora a morte e abandono de animais de companhia esteja, há muito, criminalizado, este não pode ser catalogado como um mero problema comunitário, mas sim como uma grave afronta ao bem-estar animal e ao quadro legal vigente que recorreu à última fronteira do Direito para censurar quem pratica esses atos.

Urge implementar políticas concretas, transversais e multissetoriais que combatam este flagelo de forma eficaz, cimentando o bem-estar animal enquanto pilar social.

Estima-se que cerca de metade dos lares açorianos possuem, pelo menos, um animal de companhia e a tendência é para que este número continue a crescer.

Por outro lado, verificam-se dificuldades de acesso a cuidados médico-veterinários não só pela sua escassez, reconhecendo-se, desde já, a crise de profissionais de veterinária na Região, como pelo peso que esses cuidados ainda representam para a larga maioria dos lares açorianos, pelo que se impõe a democratização do acesso à saúde animal em prol da qualidade de vida, da saúde pública, do equilíbrio dos ecossistemas e do tecido moral da sociedade.

A criação dos serviços veterinários itinerantes é uma solução viável e eficaz para promover a saúde animal e democratizar o acesso a cuidados médico-veterinários, sobretudo, destinados a famílias mais vulneráveis ou locais, onde a escassez de recursos é amplamente sentida em virtude da dispersão territorial e especificidades arquipelágicas que impedem o fácil acesso à saúde animal, obrigando a que muitas famílias percorram longas distâncias que resultam em despesas consideráveis.

A intenção do PAN é continuar a transformar a realidade do bem-estar animal na Região, repensando o modelo atual e aproximando-o das pessoas e dos animais, por intermédio de um serviço veterinário itinerante gratuito destinado à realização de procedimentos médico-veterinários como castrações, esterilizações, chipagens ou vacinação de animais de companhia, aliviando a pressão sobre associações de animais e cuidadores sobrecarregados de cuidados e de dívidas.

Pretende-se, igualmente, promover a literacia em bem-estar animal por intermédio de ações de sensibilização que fomentem uma cultura de respeito e proteção pela vida animal, reconhecendo-se como seres sencientes e sensibilizando para a necessidade de se alterar a perceção do relacionamento entre as pessoas e animais, valorizando-se o respeito por todas as formas de vida, combatendo-se a delinquência praticada contra animais, como os maus-tratos e abandono.

Por tudo isto, esta proposta é mais um passo crucial na promoção do bem-estar animal. Agora vou ter um desabafo, porque serei obrigado a fazê-lo — o discurso já está feito — que tem a ver supostamente com a presunção feita por algumas entidades, relativamente àquilo que seria o espírito do legislador, nomeadamente nas Comissões, acontece em todas as iniciativas e é por isso que existe a Assembleia e a democracia a funcionar.

Se tiverem o cuidado de ver a iniciativa, concretamente a nota introdutória, de entre todos os artigos, só num único número do Artigo 6.º, neste caso, no seu n.º 4, é que o PAN fala num veículo móvel que pode (não é uma obrigação) ser adquirido pelo Governo para ajuda — e isto foi dito na Comissão — ao transporte das pessoas mais

vulneráveis, bem como também para fazer chipagem e vacinação, mas não castração nem nenhuma intervenção cirúrgica. E, obviamente, para também fazer trabalho de literacia junto das pessoas e da comunidade, bem como juntas de freguesias e escolas. Esse foi o espírito do legislador. Foi feito também para as ilhas mais pequenas onde os cuidados veterinários não são os melhores, porque há os veterinários que necessitamos e, por isso, aí o Governo terá que ajudar com uma equipa funcional de veterinários que podem ir às ilhas de forma itinerante.

Este foi o nosso espírito. E nunca foi dita outra coisa nem na comunicação social, nem na nota introdutória, nem em lado nenhum. Aliás, até demos um “cheque em branco” ao Governo para fazer o projeto-piloto daquilo que querem e podem fazer, da forma como entenderem. Isto está dentro da própria iniciativa e está escrito. Lamento que haja deputados que vão ter um parágrafo dentro do discurso que já está escrito, são coisas da vida, mas se se cingirem apenas e unicamente àquilo que será a volta aos Açores em 80 dias de autocarro — exatamente como a volta ao mundo de Júlio Verne — não é, nem nunca foi, o espírito do legislador, não está escrito em lado nenhum e nunca foi essa a ideia. Mas sabemos que isto é política e todos nós, partidos, já estamos habituados. Outra coisa é a honestidade intelectual e política ou a falta dela. E aqui falamos do Bloco de Esquerda que nas últimas 24 horas, nas redes sociais — e isso é algo que eu não admito — não querendo aqui tirar o espaço do Sr. Secretário Regional, mas uma coisa é nós fazermos capitalização das iniciativas dos outros (todos nós fazemos), outra coisa é dizer que o PAN não quer a saúde e o bem-estar animal nos Açores. Isso é desleal, é desonesto, é uma brejeirice política que nós não admitimos. E agora vamos ao debate.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passando então à parte do debate, sem dúvida é de saudar a iniciativa do PAN, ao menos veio tentar dar algum contributo ao bem-estar e à saúde animal. Mas na ótica do Grupo Parlamentar do PSD, tal como também pude testemunhar em sede de Comissão, e como muito bem disse o Sr. Deputado Pedro Neves na tribuna todas as entidades que foram ouvidas deram um parecer negativo. E nós não podemos legislar nesta Casa de costas voltadas para a sociedade civil, neste caso em concreto, de costas para as entidades que foram ouvidas.

Deputado José Ávila (PS): Só aconteceu na RAMPA.

O Orador: Depois, gostava também de dar um contributo a este debate, dizendo que aquilo que o PAN propõe, Sr. Deputado Pedro Neves — com todo o respeito — é recomendar ao Governo aquilo que este já faz neste DLR. Passo a explicar porquê: em primeiro lugar, nota-se que o projeto apresentado não tem em conta as especificidades que foram introduzidas a nível nacional — o Sr. Deputado já ouviu isto, mas vou relembrá-lo e vou repetir — constantes do Decreto-Lei n.º 184/2009, de 11 de agosto, que “Regula a atividade dos centros de atendimento médico-veterinários e estabelece os critérios de aprovação dos centros de atendimento médico-veterinários que podem ser consultórios, clínicas ou hospitais.” O referido diploma define os atos que podem ser exercidos em cada um deles, “incluindo atos cirúrgicos”. De salientar que para proceder à realização de pequenas ou grandes cirurgias, onde se incluem as esterilizações de animais de companhia, os estabelecimentos devem cumprir uma série de requisitos que promovam a esterilização e desinfeção do local e dos materiais a utilizar. Assim, e de acordo com a lei em vigor, este procedimento não poderá ser

realizado em sistema ambulatorio, uma vez que o mesmo não se enquadra no cumprimento do decreto-lei referido.

De referir, ainda, que a proposta aqui apresentada tem como objetivo promover um serviço gratuito que já se encontra implementado pela Portaria n.º 33/2021, de 15 abril que “estabelece o regime das comparticipações financeiras a atribuir às Associações de Proteção Animal, legalmente constituídas, que exerçam atividade na Região Autónoma dos Açores.”

Portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores não pode acompanhar esta proposta de DLR.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, depois daquele desabafo que fiz na tribuna, pensava que à partida havia uma adaptação maior da parte do Sr. Deputado do PSD, mas assim não foi — a intervenção já devia estar escrita — e, então, tenho de repetir aquilo que já escreveram por mim, por isso também vou referir aquilo que já falei sobre a presunção.

Protestos impercetíveis dos Deputados Paulo Chaves e João Bruto da Costa (PSD).

O Orador: Aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado foi a presunção daquilo que foi dito na Comissão, tendo em conta que o que se estava a pedir não está no Decreto

Legislativo Regional que tem a ver com o suposto autocarro para fazer cirurgias, nunca foi essa ideia.

Deputado Paulo Chaves (PSD): O senhor nem sequer esteve nas audições.

O Orador: O veterinário é que é itinerante para ir para as outras ilhas. Não é um autocarro para estar a passear pelas ilhas, mas mesmo assim, continuo a achar que este Decreto Legislativo Regional que pensava que era um Projeto de Resolução não é, porque não é uma recomendação. Nós damos é uma “carta branca” ao Governo para fazer o projeto piloto, são coisas diferentes.

Ora, vou ter que dizer que isto fere a lei já existente. Eu acho que você não leu a iniciativa, porque em lado nenhum é dito que queremos cirurgias num carro, seja ele de dois lugares seja um autocarro de 45 lugares. E para isso é necessário que o PSD assuma que prefere dar o apoio à tauromaquia ou então ao canil dos caçadores e deixar de arranjar desculpas.

Deputado Paulo Silveira (PSD): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Assuma logo e diga “tudo bem nunca foi dito.”

Não é presumido que o PAN quer é cirurgias no autocarro. O PAN quer obviamente um veículo para as pessoas mais vulneráveis cujo orçamento não tem uma forma de locomoção até aos centros, sejam eles clínicas privadas ou protocolos com as câmaras municipais. Mas vê-se o PSD a dizer que não vai acompanhar, porque gosta de agarrar aquela fatia e de agarrar também uma presunção. E eu penso que uma coisa são as entidades em que supostamente não é a mesma coisa do que na Assembleia onde os deputados têm os seus assessores juristas que podem verificar uma iniciativa. Mas o PSD achou à partida que aquilo que não está escrito na iniciativa foi o que o espírito do legislador quis, ou seja, que se trata de um autocarro a fazer uma voltinha por todas as ilhas.

Deputado Paulo Chaves (PSD): O PSD deu condições.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

Apartes impercetíveis do Deputado Pedro Neves (PAN).

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Se puder ouvir a minha questão eu agradecia, para também poder responder-me depois. No quinto parágrafo da *exposição de motivos*, o senhor refere: “neste sentido, os serviços veterinários móveis ...”. Ora, esta questão foi levantada logo na primeira audição da Comissão, nomeadamente na audição da Sra. Provedora Regional do Animal. Portanto, com este sentido da palavra, o senhor deu azo a imaginarmos que podia ser um veículo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu expliquei isso na Comissão.

O Orador: O senhor disse na Comissão, mas depois nunca foi às audições, ou seja, levantou essas dúvidas e nunca foi lá dizer que não era bem isso que estava a pensar nem era isso que a sua proposta pedia. Claro que levantou essas dúvidas e é claro também que os senhores que foram lá ser auscultados depois disseram que isso era contra o código deontológico dos médicos-veterinários, que era contra a lei, tal como já foi aqui dito, ou seja, contra o Decreto-Lei n.º 184/2009, segundo o qual só existem três tipos de atendimento veterinário que são os consultórios, as clínicas e os hospitais. É evidente que eles estavam a salvaguardar-se e o senhor nunca foi à Comissão dizer que não era bem isso que queria, ou que os senhores estavam a entender mal o que quer com a sua proposta.

Deputado Pedro Neves (PAN): O senhor esteve lá na Comissão?

O Orador: Eu estive, mas o senhor não esteve. Eu estive a auscultar a Sra. Provedora Regional do Animal, o Sr. Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Veterinários, o Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos-Veterinários, menos o senhor. O Sr. Deputado foi lá apresentar a proposta, mas nunca explicou que era em veículo ou que era numa tenda.

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso não é verdade. Eu expliquei à Sra. Provedora.

O Orador: Claro que é verdade e ficaram todos na dúvida.

Por isso, responda às minhas dúvidas. Também não vamos acompanhar esta proposta, até porque eu acho que os açorianos não iam entender um investimento desses, embora a saúde e a segurança animal não deixem de ser importantes, mas como a saúde anda pelas ruas da amargura, eu acho que eles não iam entender esse investimento neste momento.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Protestos impercetíveis do Deputado Pedro Neves (PAN).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves começa a apresentação do seu diploma naquela tribuna, referindo que este Governo é o “parente pobre do bem-estar animal” e também referiu que este Governo não tinha honestidade política.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não, não. Só me referi ao Bloco de Esquerda.

O Orador: Ah foi só para o Bloco de Esquerda? Pronto. Então há uns que não têm honestidade política e outro que é o parente pobre do bem-estar animal. E o Sr. Deputado Pedro Neves com certeza será uma pessoa do PAN que se preocupa muito com o bem-estar animal, mas não está atento às ações deste Governo.

Eu tenho aqui uma nota, nem era para fazer intervenção, mas ela é oportuna, atendendo à sua expressão do Governo ser o parente pobre do bem-estar animal, para lhe dizer que este Governo não é o parente pobre do bem-estar animal. Este Governo tem se

preocupado muito com o bem-estar animal e tem realizado diversas ações, tem dado muitos apoios relativamente às questões do bem-estar animal. Foram assinados, por exemplo, protocolos com associações de proteção do animal que sempre foram...

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas não pagou!

O Orador: Isso depois já é com as associações que fazem o que entendem com a participação e com o apoio que lhes é dado. Mas foram apoiadas também, pela primeira vez, as juntas de freguesia onde não existem os centros de recolha para esterilização e identificação dos animais.

Este Governo também ofereceu — não vou usar este termo — munuiu as forças de segurança, nomeadamente, a Polícia de Segurança Pública e a GNR, com 44 leitores de *transponder*, permitindo a qualquer momento identificar o detentor do animal. Em muitas situações, era muito complicado para as forças de segurança identificar o animal, porque a maior parte das esquadras e departamentos não tinha esse tipo de equipamento.

Foi este Governo que entregou às forças de segurança e munuiu-as desse equipamento. Foi realizada por este Governo a primeira “Feira de Animais de Companhia” na Região Autónoma dos Açores, entre 1 e 3 de abril de 2022.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Risos do Deputado Pedro Neves (PAN).

O Sr. Deputado Pedro Neves está-se a rir...

Deputado Pedro Neves (PAN): Estou a rir-me por causa dessa feira.

O Orador: ... certamente para as 20 associações que estiveram lá presentes, além das forças de segurança que também se fizeram representar com conteúdos formativos e informativos nesta feira. Nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 (e continua), estão a ser distribuídos *flyers* sobre questões do bem-estar animal pelos estabelecimentos de ensino, juntas de freguesia e câmaras municipais.

Também foi este Governo que cedeu 9 mil 880 *microchips* e 3500 doses de vacina antirrábica permitindo, assim, que os rendimentos ou apoios das associações fossem direcionados para a esterilização, porque o Governo dá a outra parte.

Foi também criada uma comparticipação na tarifa aérea para os animais que tiverem de se deslocar para prestação de cuidados de saúde, quando não os há na ilha onde eles se encontram.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Silveira (PSD): Bem lembrado.

O Orador: Ó Sr. Deputado Pedro Neves, se isto é ser um parente pobre do bem-estar animal, bem, então eu não sei o que é preciso fazer mais para que este Governo seja um “parente rico do bem-estar animal”.

Sim ao Sr. Secretário, sim ao Governo, continuem também a apoiar as causas da tauromaquia, porque essas também estão relacionadas com o bem-estar animal de uma forma evidente, assim como o apoio recentemente publicado para o melhoramento das condições de manejo das ganadarias do gado bravo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: E aí não está em causa só a segurança das pessoas, mas também os produtos a utilizar nos currais de apertar, de forma a preservarem o bem-estar do animal.

Sr. Deputado Pedro Neves, nós temos um pensamento e estamos a trabalhar, só não complique.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional da iniciativa do PAN que tem como objetivo a criação de um projeto-piloto para um serviço de atendimento itinerante, é uma proposta que levanta um conjunto de questões importantes, nomeadamente o fomento da saúde e bem-estar animal, do controlo e reprodução de animais de companhia que é um problema que depois tem como consequência o aumento do abandono e também a redução das disparidades no acesso aos cuidados veterinários. Ora, estas matérias, entre outras, são questões que merecem um debate, merecem soluções e são, naturalmente, preocupações que partilhamos e saudamos.

Na proposta há um conjunto de medidas a serem implementadas, várias delas têm a nossa concordância, todavia, há questões que foram levantadas por entidades que, neste caso como noutros, tendo em conta que são matérias do ponto de vista técnico e das condições que é necessário garantir na prestação de cuidados veterinários, têm que ter a atenção de quem tem de debater e votar uma proposta a ser implementada sob a forma de Decreto Legislativo Regional.

Tanto a Ordem dos Veterinários como a Provedora do Animal referiram dúvidas relativamente à capacidade de, em instalações que possam não ser clínicas veterinárias, garantir as condições adequadas de segurança para os animais. Essas dúvidas levantadas têm naturalmente que nos fazer refletir e levam a que, sobre essas matérias em concreto, nomeadamente, no que diz respeito a cirurgias, essas dúvidas devam ser levadas e tidas em conta.

Como é evidente, num mundo e numa situação ideais, se essas condições forem passíveis de ser garantidas, isso deveria ser implementado. No entanto, as opiniões técnicas que temos sobre esta matéria é de que isso não será de fácil implementação e

pode pôr em causa, neste caso, a saúde dos animais que são atendidos em instalações que poderão não ter as condições ideais ou adequadas.

Por isso mesmo, numa postura construtiva para este debate, e não querendo, naturalmente, inviabilizar a proposta, nós não iremos votar contra, porque concordamos com o princípio e com os objetivos gerais, mas apresentaremos propostas de alteração que têm como objetivo claramente garantir aquilo que é possível, sem dificuldades acrescidas, nomeadamente, a identificação, o serviço de transporte de animais e a promoção da literacia sobre o bem-estar animal que pode ser realizada sem colocar em causa, nem correr riscos de colocar em causa, a saúde animal.

Nesse sentido, com esta postura construtiva e numa tentativa de promover uma melhoria da proposta garantindo que ela possa ser aprovada e implementada, apresentamos um conjunto de propostas de alteração que, julgo, já foram distribuídas. Assim sendo, o Bloco de Esquerda irá abster-se na generalidade, esperando até que a câmara — olhando para as propostas de alteração doutros partidos — possa permitir que esta proposta seja aprovada na generalidade, bem como na votação final global, com as alterações que estão em cima da mesa e que, na nossa opinião, resolvem as dúvidas ou os potenciais problemas que possam existir e que foram também aqui levantados por outras bancadas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) **Deputado Paulo Chaves (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acho curioso e até piada que o Sr. Deputado Pedro Neves, sendo o proponente desta iniciativa, tenha esta forma de estar. Eu estou aqui só há 1 ano, é certo, mas já estou habituado a essa sua maneira de estar. O Sr. Deputado é o único honesto nesta Casa, intelectualmente superior a todos os outros, e mais ninguém aqui percebe do assunto.

O Sr. Deputado foi o proponente desta proposta e não apareceu em nenhuma das audições, portanto, não levo lições de moral suas sobre rigorosamente nada.

Em relação ao que o Sr. Deputado disse na tribuna, tal como o meu colega Deputado Luís Soares afirmou, que somos o “parente pobre do bem-estar animal”, eu vou-lhe mostrar a si e à Casa a evolução dos apoios disponibilizados para a identificação e esterilização de animais de companhia desde o ano de 2018.

Neste momento, o orador exhibe um gráfico.

Como pode ver, 2018 está aqui em baixo a barra e o ponto; 2025 tem aqui em cima 300 mil euros previstos para este ano; vamos a 2024 e temos 297 mil euros; em 2023 tivemos 292 mil euros; em 2022 tivemos 240 mil euros; em 2021 foram 279 mil euros. Portanto, é sempre a subir, logo é incongruente o que o Sr. Deputado disse na tribuna. Por isso, quero também congratular o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, porque tal como disse o Sr. Deputado Luís Soares, e muito bem, é o Governo que tem apostado de forma clara e inequívoca na literacia do bem-estar animal.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvimos o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda dizer que tem propostas, e muito bem, são sempre bem-vindas as propostas de alteração, um pouco diferente daquilo que está nas redes sociais, mas como tem uma equipa, se calhar não faria mal algum cuidado por parte assessoria, pela forma como podem pôr em xeque os próprios deputados neste plenário, porque há uma grande diferença entre aquilo que o Sr. Deputado disse e aquilo que está escrito, sendo que eu tenho que apoiar aquilo que disse. No entanto, Sr. Deputado António Lima — você sabe muito bem, pois está aqui há mais anos do que eu — há diferença entre um Decreto Legislativo Regional que é aberto e outro que é fechado. E, neste momento, o decreto aqui apresentado é um decreto legislativo completamente aberto, em que dá cartas ao Governo para que faça um Decreto Regulamentar Regional. O que está aí, está a querer dizer tudo, isto é, que a forma tanto funcional como operacional, administrativa e governamental é feita pelo próprio Governo. Aliás, o Sr. Secretário disse isso — foram palavras do próprio — por isso, não vejo onde é que pode haver algum perigo, em termos de saúde pública ou saúde animal, sobre aquilo que não está escrito, mas que pode ser uma hipótese daquilo que não existe, quando é o Governo que decide o que pode fazer com esse projeto piloto, ou seja, se as infraestruturas não têm condições não se faz essas infraestruturas, ou então, faz-se um protocolo com uma clínica veterinária privada. Logo, não há concorrência, (este era um dos problemas do CHEGA) com as clínicas privadas, porque pode haver protocolos quer com as câmaras quer com as próprias clínicas.

Protestos do Deputado da bancada do CH.

O Orador: Daí que sendo um projeto piloto de um Decreto Legislativo Regional que é completamente aberto e dá confiança ao Governo para fazer o que pretende, em que nós só damos as bases, eu não percebo qual é o problema que o PAN causou neste decreto ao não pôr por escrito que pode haver um problema em termos de saúde pública ou saúde animal. É esta dúvida que me deixa bastante perplexo.

Não Sr. Deputado, eu não sou mais honesto do que todos os outros, eu simplesmente refuto aquilo que o senhor disse, exatamente como vou fazer agora perante o seu argumento: uma coisa é a previsão relativamente ao apoio animal em cada ano e, sou sincero, mais de 80 % tem a ver com iniciativas do PAN que as inseriu no Governo que, por sua vez, as aceitou muito bem, em decreto legislativo. É a democracia, foi aprovado e tem de cumprir. Outra coisa é aquilo que é cumprido pelo Governo no que toca ao pagamento às associações.

O Sr. Deputado sabe há quantos meses é que as associações estão sem receber?

Deputado Paulo Chaves (PSD): Mas estão ou estavam?

O Orador: Estavam há 3 trimestres sem receber o dinheiro. E agora vem mostrar esse gráfico, sem saber que temos associações que têm mais de 60 mil euros em dívida por parte do Governo há 3 trimestres distribuídos por 3 tranches?!

Já sei que me vai dizer: “ah o Governo foi abaixo.”

Deputado Paulo Chaves (PSD): Eu disse isso?

O Orador: Quer dizer, 1 ano depois ainda continuam a dizer isso. Vamos ser sinceros, isto não tem a ver com honestidade, tem a ver com o argumento de cada um; há uns que estão mais bem preparados e há outros que estão menos preparados.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós até reconhecemos a necessidade de investir na requalificação dos centros de recolha animal, porque há muitos pelos Açores fora, inclusive na minha ilha, que não têm a mínima condição de receber animal nenhum, bem como promover campanhas de esterilização, aumentar o apoio às associações de proteção animal, ações pedagógicas para consciencializar os cuidadores e detentores sobre a detenção

responsável de animais, mas para isso não precisamos de um decreto regulamentar. O que precisamos, Sr. Secretário, é de pagar a tempo e horas às associações.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço imensa desculpa, Sr. Deputado, não lhe respondi há pouco por esquecimento, relativamente à Comissão.

A gestão do tempo, em termos de se eu tinha disponibilidade ou não ou se tinha algum problema profissional ou pessoal, o problema é meu, não é seu, Sr. Deputado. Mas eu fui à primeira audição, até fui eu que pedi e referi (o Sr. Deputado estava lá, recordo-me muito bem) qual era a ideia do PAN, que não era a mesma coisa daquilo que estava a ser presumido, sendo que eu não sei de onde é que veio essa ideia inicial, mas veio, e depois contaminou todos — eu admito isso obviamente. Mas também quero enaltecer positivamente que pelo menos o CHEGA teve a coragem de dizer que politicamente vai chumbar, não está a arranjar desculpa nenhuma e isso é ótimo. Eu assumo “olhos nos olhos” — quem é que dizia isto? Ah era o Montenegro — que mais vale dizer “eu prefiro dar o dinheiro para outra coisa do que para isto”. Sem dúvida que isso tem a sua mais-valia.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para complementar — e agora, sim, terminar, porque já percebi que com toda a fundamentação que é dada, não está fácil — Sr. Deputado Pedro Neves, numa dessas audições em que estivemos todos presentes na Comissão — e quero focar-me apenas numa — que foi a do Presidente da Secção dos Açores da Ordem dos Veterinários, eles são contra. E estamos a falar da Ordem que representa os trabalhadores ou a classe que irá pôr em prática esta mesma proposta de DLR que o senhor está a propor. Portanto, se eles estão contra, quem somos nós, Grupo Parlamentar do PSD, para ser a favor? Esta é a verdadeira questão que é preciso ficar clara de uma vez por todas aqui neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado continua a bater na mesma tecla.

A Ordem disse o que disse por causa de uma presunção (e eu concordo com a Ordem) que já foi explicada na primeira audição da Comissão — não me recordo se o Sr. Deputado estava lá, sinceramente...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Estive em todas.

O Orador: Ah vai então continuar a bater nisso?

Quer dizer, há uma linha que eu não devo ultrapassar, mas o Sr. Deputado pode ultrapassar? Tudo bem, fica registado. Mas há uma outra coisa que o Sr. Secretário também disse e eu volto a repetir: quando existe um projeto piloto de um Decreto Legislativo Regional que dá azo a que o Governo faça um Decreto Regulamentar Regional, está nas mãos do Governo. E se o Sr. Deputado vem dizer que é contra, então é contra dar-se poderes ao Governo para fazer aquilo que quer com o projeto piloto. Perante isso, a Ordem pensava que se ia fazer cirurgias supostamente, num autocarro,

mas não há autocarro e nós não temos pontes entre ilhas, por isso, seria um bocado difícil irmos de autocarro fazer cirurgias.

Obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nem mais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que debatemos aqui hoje parte de um princípio válido: é necessário garantir que os cuidados veterinários cheguem a todos os animais, independentemente da condição económica dos seus detentores e da sua localização geográfica.

A falta de serviços veterinários acessíveis em algumas ilhas e freguesias mais isoladas é um problema real e que deve ser discutido e enfrentado com soluções concretas e exequíveis.

O aumento de custo de vida nos últimos anos tem levado muitas famílias a enfrentar dificuldades para suportar a alimentação ou os cuidados das despesas veterinárias, originando em muitos casos as escolhas difíceis que podem resultar no abandono animal.

A isto soma-se a inoperância do Governo Regional que demonstra uma total incapacidade de executar as políticas de proteção animal.

Ao longo dos últimos 4 anos assistimos a cenários e a apelos das associações de proteção animal nos atrasos dos seus pagamentos e na ausência da coordenação também por parte do Governo, de uma estratégia de enfrentar o problema que temos dos animais errantes nos Açores.

Mais. Foi aprovado nesta Assembleia a criação da figura do provedor do animal que em setembro de 2024 foi nomeado. E se esse atraso já não fosse suficiente, foi dito pela

Sra. Provedora diretamente que não tem condições para executar as suas funções em plenitude.

A Provedora do Animal desconhece o seu orçamento, desconhece a sua equipa para desempenhar as suas funções, bem como as instalações onde as desempenhará.

A questão que se coloca, Sr. Secretário, é quando dará o Governo Regional as condições adequadas à Sra. Provedora do Animal para desempenhar as funções para as quais foi nomeada?

Sabemos a resposta que deu em requerimento, mas a verdade é que são palavras da Sra. Provedora que diz que sabe perfeitamente o que é que vai fazer, só que não sabe com que dinheiro e quando.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ela já tem isso tudo.

A Oradora: São várias as entidades que assumem um papel fundamental na mitigação do problema do abandono animal e da saúde animal, como os centros de recolha oficiais, as juntas de freguesia e as próprias associações de proteção de proteção animal que prestam um apoio essencial, através de cuidados de saúde animal, alimentação e promoção da adoção. No entanto, o aumento de custos e bens essenciais aliado ao elevado número de abandono, tem colocado as associações sob uma pressão insustentável esgotando os seus recursos humanos e financeiros. Muitas delas encontram-se no limite da sua capacidade de resposta, impossibilitadas de prestar o socorro a todos os animais que necessitam de ajuda.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveita esta oportunidade para, mais uma vez,

reconhecer e valorizar o trabalho incansável das associações de defesa animal, dos voluntários e das pessoas que dedicam o seu tempo a esta causa. Mas queremos também destacar o papel essencial e insubstituível dos médicos-veterinários, enfermeiros-veterinários e auxiliares, profissionais que enfrentam desafios constantes e que merecem também o nosso maior respeito e reconhecimento.

Reconhecemos que a proposta apresentada pelo PAN parte de uma intenção válida e de um objetivo meritório, a itinerância que corresponda à circulação de uma equipa multitécnica veterinária pelas ilhas dos Açores para o controlo da reprodução de animais de companhia e errantes...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A pé?!

A Oradora: ... reduzindo o número de animais abandonados, fomentar a saúde animal e reduzir a disparidade no acesso ao cuidado de saúde animal. No entanto, o modelo que apresentou levantou preocupações relacionadas contra a saúde dos animais, cumprimento da legislação e quanto ao papel dos profissionais de medicina veterinária. Consideramos que a proposta sugere que na ausência de infraestruturas adequadas, possam ser adquiridos veículos para atingir os objetivos do diploma.

Existe a necessidade de atender à legislação que exige que atos médico-veterinários sejam realizados em instalações devidamente licenciadas, garantindo a higiene, biossegurança e fiscalização, uma vez que a falta de condições adequadas para os procedimentos, como esterilizações, pode colocar em risco a saúde dos animais e dos próprios profissionais.

Por esta razão, o Partido Socialista reconhece a importância do tema e apresentou propostas de alteração para corrigir as preocupações que encontrou na iniciativa, podendo assim contribuir para garantir que esta possa ser uma solução viável e benéfica para todos os Açores com base no quadro legal vigente.

Concluindo, entendemos ainda que paralelamente à iniciativa que estamos a analisar, e como já foi referido, consideramos que se torna essencial e imprescindível que sejam criadas medidas complementares para o reforço de financiamento dos centros de recolha oficiais para prestar um serviço mais eficaz e também a implementação dum serviço de transporte de animais para os centros de atendimento médico-veterinários, assegurando, assim, que os cuidados veterinários cheguem àqueles que realmente precisam.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional intervém nesta iniciativa legislativa do PAN para também trazer a sua opinião na decisão das Sras. e Srs. Deputados relativamente a esta iniciativa parlamentar.

A primeira palavra é que nós, Governo Regional, queremos dedicar um reconhecimento a todas as pessoas que, de modo voluntário, fazem o seu trabalho nas associações de proteção animal, um trabalho empenhado, aturado, de muita dedicação, quer de forma coletiva quer de forma individual, para os animais de companhia e para os animais errantes.

Depois, também gostaríamos de reconhecer que esta iniciativa tem bons propósitos, aliás e a bem da verdade, gostaria de dizer que o PAN tem trazido a esta Casa iniciativas relacionadas com o bem-estar animal e algumas iniciativas no âmbito de Decretos Legislativos Regionais, são da autoria do PAN. Portanto, é preciso também reconhecer esta forma de política pública que é trazida pelo PAN, obviamente, com bons propósitos, tais como promover a literacia, fomentar a saúde animal, controlar a reprodução de animais de companhia e, portanto, são tudo bons propósitos na causa do bem-estar dos animais de companhia e errantes. Todavia, a iniciativa tem alguns reparos que importam ter em conta. Um primeiro reparo é que a iniciativa pretende que todo este trabalho de proximidade e este serviço público seja gratuito.

Deputado Carlos Silva (PS): É gratuito para quem beneficia. O Governo é que vai pagar.

O Orador: Ora, nós consideramos que esta forma de oferecer gratuitamente esse serviço também é uma atividade desleal para com aquelas clínicas que já estão instaladas e que fazem dessa a sua atividade económica e também porque entra em confronto com o Decreto-Lei n.º 184/2009, de 11 de agosto.

Obviamente, também temos reticências se efetivamente o PAN pretende ou não (isso é claro na iniciativa) a realização de atividades médico-veterinárias, desde logo, cirurgias, num veículo ambulante. O Sr. Deputado pode esclarecer-nos se efetivamente isto é assim ou não.

Importa referir que esta iniciativa também traz alguma duplicação dos apoios já existentes em termos de política pública e dos apoios já existentes no âmbito da legislação em vigor. Desde logo, a Portaria n.º 33/2021 de apoio às associações, aos CROs, às juntas de freguesia que tal como já foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Chaves, nós temos vindo a aumentar a dotação financeira de forma significativa, sendo que está previsto para 2025 um apoio de 300 mil euros.

Por outro lado, há a questão do Decreto Legislativo n.º 13/2023, no âmbito das campanhas de promoção do bem-estar animal que têm sido realizadas, quer por câmaras municipais quer pelo próprio Governo Regional, o qual também traz alguma duplicação no âmbito do Decreto Legislativo n.º 36/2023-A, este sim da autoria do PAN, relativo à faturação em atraso há mais de 60 dias, com um apoio de 5 mil euros, sendo que este ano temos oito candidaturas, tendo já sido publicada a comparticipação, cerca de 900 mil euros, relativamente a estas oito candidaturas, aliás, uma está em análise e as outras sete já estão aprovadas, no que respeita à candidatura da Associação SER (Associação de Sensibilização, Esterilização e Resgate Animal).

Depois, em termos de alguma duplicação, entre a Portaria n.º 67/2021, 12 de julho, naquilo que é o resgate e cuidado dos animais de grande porte que prevê um apoio de 2500 euros às entidades que façam resgate desse tipo de animais.

Ora, para além da iniciativa, e porque o Governo Regional foi acusado de inação, eu queria dizer-vos que se o PS nos acusa de inação está, mais do que isso, a dizer que a vossa política pública no âmbito do bem-estar animal para os animais de companhia não existiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Essa é uma crítica à vossa governação, é o PS a criticar o PS enquanto governo, porque quando comparamos os apoios em 2020 — sendo o máximo de apoio, em 2020, de 176 mil euros — com 2024, temos já executados 297 mil euros, vemos que efetivamente, vai uma grande diferença de dotação orçamental, para que se possa investir no apoio às associações de proteção animal. E, mais importante do que isto, também já referido pelo Sr. Deputado Luís Soares, falta referir outras situações, desde logo, a alteração da Portaria em vigor e a criação da Portaria n.º 11/2025, de 10 de fevereiro que, pela primeira vez, para além das comparticipações no âmbito das identificações eletrónicas e esterilizações, também comparticipa o despiste de doenças infectocontagiosas e comparticipação na vacinação antirrábica e vacinação polivalente. Ou seja, nós estamos a aumentar o leque da comparticipação para aquilo que existe. Estamos a aumentar a dotação financeira e, melhor do que isso, é ver resultados. Sim, importa ver resultados, importa ver se essa política aplicada ao bem-estar animal e aos animais companhia, no âmbito da identificação e da esterilização, tem ou não dado resultados, porque a política pública tem de ser efetivamente avaliada. Temos que comparar com outros anos.

Em 2017, o número de esterilizações efetuadas pelos CROs era de 1711; em 2023, últimos dados disponíveis a 31 de dezembro (e já temos dados de 2024 que serão maiores) essas mesmas esterilizações efetuadas são 4172, mais 41 %; em 2017, o número de vacinações nos CROs era de 2259; em 2023, a 31 de dezembro, eram de 5389, mais 42 %; o número de desparasitações, em 2017, feitas pelos CROs era de 2510; em 2023, foram de 5414 desparasitações, ou seja, houve um aumento de 46 %. Relativamente a 2017, 2018, 2019 e 2020, antes da vossa governação e quando

comparados com os anos de 2021, 2022 e 2023, os resultados são muitos diferentes, são maiores, em termos de esterilizações, vacinações e desparasitações.

É verdade que não se consegue fazer tudo, mas também fazemos aquilo que é possível dentro dos nossos recursos financeiros, dentro dos nossos recursos técnicos e, portanto, temos tido bons resultados, a evolução é boa nesses mesmos resultados, mas também nas participações.

Mais. Pela primeira vez, e isso é inédito em todo o país, fizemos cursos para a adoção de animais de companhia — Terceira, São Miguel e Pico e agora vamos a outras ilhas. E conseguimos ajustar o selo do bem-estar animal (o *welfare*) para a produção pecuária, algo que estava a ser difícil, tendo em conta as nossas especificidades.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem.

O Orador: Falaram dos pagamentos e eu acho que é importante falar dos pagamentos, para que se não crie a ideia de que está tudo por pagar. Parece que a ordem que existe é “está tudo por pagar.” Não é verdade, porque para se ter rigor na administração regional é preciso analisar candidaturas e há um procedimento administrativo que se tem de respeitar.

Vou-vos dizer que todos os trimestres de 2024 estão pagos, exceto o quarto trimestre, cuja faturação é carregada até ao dia 15 de janeiro do mês seguinte, neste caso 15 de janeiro de 2025. Este procedimento é para com todas as associações e há umas mais responsáveis que outras, enfim, talvez por falta de mão de obra não conseguem entregar toda a sua documentação, mas de facto há associações que a 15 de janeiro não tinham entregue toda a documentação necessária e toda a faturação relativamente ao apoio. Nós prorrogámos o prazo até ao dia 3 de fevereiro. Ora, com essa prorrogação, e depois da entrega efetiva dessa documentação, procedemos à análise e à tramitação e, neste momento, dos 297 mil euros disponíveis, estão pagos 183,515.55 euros relativos a três trimestres e falta 57.593 euros relativamente ao outro trimestre, portanto, está dentro daquilo que é a normalidade, tendo em conta que prorrogámos o prazo de entrega da faturação até fevereiro e analisámos as candidaturas, estando agora em procedimento

administrativo. Bom, foi para benefício das associações que prorrogámos o prazo de entrega da faturação, senão algumas associações não iriam receber este montante.

Aparte impercetível do Deputado Pedro Neves (PAN).

Eu acabei de explicar.

Posso dizer ainda que relativamente a este ano, e porque as candidaturas estiveram abertas — como sabe — de 15 a 28 de fevereiro, tendo em conta a natureza das associações, entraram 11 candidaturas de proteção animal, 9 centros de recolha oficial e 5 juntas de freguesia, no montante de 266 mil euros, sendo que temos disponíveis 300 mil euros, portanto, não foi esgotada toda a dotação que temos.

Por outro lado, no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2023, de 20 de outubro, pela primeira vez tivemos, como já vos disse, oito candidaturas, sendo que uma está em análise e sete já estão aprovadas e estão publicados os apoios na Portaria n.º 364/2025, de 7 de março, no valor de 952,66 euros.

Em resumo, penso que da parte do Governo Regional não há atrasos nos pagamentos, tem havido uma disponibilidade maior de orçamentação para as associações, CROs e juntas de freguesia, tal como disse o Sr. Deputado Luís Soares e muito bem.

Da nossa parte, temos promovido cursos de sensibilização para adoção, tem havido até um pagamento de uma tarifa aérea para tratamentos dos animais de companhia, desde que na sua ilha não exista este tipo de tratamento. Temos vindo a alterar as portarias, de acordo com as necessidades ajustadas às novas dificuldades e aos novos desafios de quem cuida, e muito bem, de forma voluntária dos animais de companhia e errantes. Temos uma articulação com as câmaras municipais, juntas de freguesia e centros de recolha oficial. E não fazemos mais, porque nós não somos uma região ilimitada em termos de recursos financeiros e técnicos, temos as nossas limitações, mas dentro dessas limitações, temos dado prioridade ao bem-estar animal, porque isso também é uma imagem de marca dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, o bem-estar animal no âmbito dos animais de companhia e no âmbito dos animais de produção.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Obrigado Sr. Presidente.

Eu não estava para intervir neste debate, mas depois de ouvir as considerações da minha colega Deputada Joana Tavares, realmente não posso deixar de dar o meu contributo para partilhar a minha experiência de 12 anos nesta matéria.

Eu cheguei a uma câmara que tinha meia dúzia de cães amarrados num curral de porcos que, à falta de comida, comiam aqueles que iam morrendo. Uma ilha que fez importação de umas centenas de ovelhas de Inglaterra, cujos rebanhos os cães dizimavam, pura e simplesmente — um dia despejaram à porta do município uma carrinha cheia de borregos mortos. E vemos o cenário que temos hoje, em que tem-se feito um excelente trabalho de parcerias. Penso que ainda ninguém falou aqui nos municípios que é quem tem essa obrigação, e a maioria deles tem feito um ótimo trabalho a esse nível, independentemente da sua cor política, não é isso que está aqui em causa...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Ora nem mais!

O Orador: ... sendo muitos deles com parceria das juntas de freguesia. E falo num caso que conheço bem que é Santa Maria...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Eu também.

O Orador: ...em que com a parceria ainda do Governo anterior (porque já havia uma portaria para isso), conseguimos esterilizar e recolher os cães perigosos e vadios, com uma grande parceria da GNR, um parceiro indispensável nessa matéria.

Não sei se Santa Maria estará hoje como estava em 2021...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não estará certamente.

O Orador: ... pois devido à falta de um veterinário, penso que haverá mais dificuldades, porque há falta de veterinários, toda a gente sabe isso.

Dizer que isso é uma competência do Governo — pois é — e este tem de ser um parceiro, mas acho que as autarquias têm um papel preponderante nessa matéria.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Vou passar-lhe a minha intervenção, porque eu falo das autarquias e das juntas de freguesia.

O Orador: O trabalho com as juntas de freguesia resultou em pleno. Íamos nós às juntas de freguesia, era previamente combinado, as pessoas deslocavam-se ao centro da freguesia, introduzia-se o *chip*, vulgarmente conhecido, e os animais eram vacinados e desparasitados, fez-se até colónias para gatos com vários abrigos, porque em Santa Maria (no aeroporto) há dezenas e centenas de gatos vadios. Portanto, este é um trabalho conjunto onde nunca tivemos problemas com o apoio do Governo, ou seja, era feita a relação dos animais esterilizados e a relação dos animais nos quais eram introduzidos os *chip*...

Deputado José Ávila (PS): O Sr. Secretário disse que antes não havia bem-estar animal, mas afinal havia.

O Orador: Não estou a falar para si, estou a falar para Assembleia. Mas se quiser depois durante um cafezinho podemos falar de gatos e de cães.

Portanto, eu não podia deixar passar este momento, sem dizer que de uma proposta do PAN, parece que se passou quase para um problema gravíssimo do Governo.

Em Santa Maria não há uma associação específica de apoio aos animais; há uma associação que se dedica e tem tido um papel importantíssimo nessa matéria, a vários níveis, como o ambiente etc. — há uma pessoa até bastante ativa — que teve um

trabalho preponderante nessa matéria, mas não temos esse problema da falta de pagamentos a ninguém, penso eu.

Não é justo estarmos aqui a “tapar o sol com a peneira.” E embora eu não conheça a realidade das ilhas todas, não posso deixar de dizer que este é um trabalho importantíssimo para as câmaras. Se todos fizerem o seu trabalho bem feito, eu penso que teremos uma região a caminho da perfeição nessa matéria. E acho que o Sr. Deputado conhece bem a situação de Santa Maria, conhece também a situação inicial, portanto, é testemunha daquilo que eu estou aqui a dizer, por isso eu não podia deixar passar este momento sem dar o meu contributo.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir sobre este diploma por duas ordens de razão: uma política, para manifestar o voto contra da Iniciativa Liberal a este projeto do PAN, por entender que a Região tem prioridades que são mais prioritárias — passe a redundância — do que a criação de um serviço itinerante de veterinária.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Ele já disse que não é isso.

Deputado Pedro Neves (PAN): É veterinário itinerante, não é um autocarro.

O Orador: Mas não sem antes fazer uma reflexão sobre estas matérias.

O Sr. Deputado Pedro Neves fez aquilo que todo o legislador deve fazer que é clarificar o espírito do legislador quando ele está a ser mal interpretado, ou pela Câmara ou por

quem vai executar a legislação. Mas esqueceu-se de retirar do seu site da internet a carrinha do serviço de medicina veterinária itinerante. A clínica veterinária itinerante continua no site das redes sociais do PAN. Mas isto é para ele se entender com o Bloco de Esquerda, não tem nada a ver com aquilo que trago agora a discussão.

Os CROs — centros de recolha — fazem, neste momento, um trabalho fundamental de promoção do bem-estar animal e de estabilização, de chipagem. Nós temos legislação a rodos sobre o bem-estar animal. Reconhecemos, tal como o Sr. Secretário acabou de dizer daquela bancada, aliás, quando ele fala muito calmamente, ficamos sempre com a certeza de que ele tem razão, nós sabemos quando é que ele não tem razão, é quando se irrita e se exalta, quando usa adjetivos fora do comum, quando ele gasta o tempo todo.

Risos da Câmara.

Aí nós já sabemos que, mesmo que ele esteja a falar muito bem, quem aprecia a linguagem gestual e o argumentário, percebe logo que não vale a pena *largar o osso*, porque o Sr. Secretário já está ciente da sua falta de razão. Mas nesta matéria, eu devo-lhe dizer, Sr. secretário — como muitas vezes tenho sido crítico — que V. Exa. está pejado de razão. Só não tem razão numa questão, é que nós já aprovámos aqui nesta Casa há bastante tempo a situação da criação do Provedor do Animal e o senhor gastou aí algum tempo (cerca de 14 minutos) a falar e não explicou à Câmara a situação do Provedor do Animal. Eu percebo que quando aquilo foi aprovado, precisavam muito do voto do PAN em algumas matérias e em alguns diplomas, mas agora o voto do PAN, tal como o da Iniciativa Liberal, já não são relevantes e, portanto, não se executa aquilo que foi aprovado na altura quando se precisava dos votos destes partidos. Mas como o Sr. Secretário ainda tem 7 minutos e, aliás, já pediu a palavra, espero que explique essa situação à Câmara.

Em relação àquilo que muito bem disse o Sr. Deputado Carlos Rodrigues, as câmaras municipais têm de facto nesse aspeto uma responsabilidade enorme e nunca é demais fazer elogios quando eles são devidos.

O exemplo da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o qual penso que o Sr. Deputado Pedro Neves conhece bem e pode corroborar, é aquilo a que se chama um bom exemplo nesta matéria.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Exatamente. É sim senhor!

O Orador: Uma Câmara extremamente responsável num concelho com graves problemas, que em 2015 e 2016 estava certamente numa situação muito pior do que estava o Concelho de Vila do Porto, eu diria mesmo que talvez fosse o concelho onde, nesta matéria, os problemas eram mais graves e que conseguiu através de várias medidas, de muitos apoios, inclusivamente, com a criação de um regulamento municipal de “cheque veterinário”, acudir a muitas das situações que hoje já não se veem nas ruas e nas estradas de todas as freguesias de Concelho da Ribeira Grande.

Eu acho que esta pedagogia sobre o bem-estar animal, também deve ser feita e quando é de elogiar, seja de que partido for o autarca, também estaremos aqui para elogiar e incentivar outros autarcas de outros concelhos a copiar aquilo que está bem feito no concelho vizinho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Efetivamente, há pouco esqueci-me de referir qual é o ponto de situação da Provedora do Animal e as suas atividades.

Como sabem, a 13 de setembro de 2024 foi nomeada nesta Assembleia a Dra. Dagmar Sampaio como Provedora Regional do Animal.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa parte já sabemos.

O Orador: Ora, desde então para cá, a Sra. Provedora já me entregou o resumo das atividades desenvolvidas de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2024, que refere o número de participações de queixas recebidas, onde é o seu local de trabalho, que técnicos é que a acompanham e que material já adquiriu. Depois, também foi entregue pela Sra. Provedora Regional do Animal o plano de atividades para 2025. Ou seja, a Provedora do Animal está efetivamente em funções, com um plano estratégico definido para 2025, já apresentou resultados até ao dia 31 de dezembro de 2024 e, neste momento, tem um local de trabalho que disponibilizámos, porque o local destinado precisa de obras que não são de pequena dimensão, são obras de grande dimensão.

Deputado Carlos Silva (PS): Ela foi informada?

O Orador: Obviamente, existem procedimentos administrativos de contratação da função pública e é isso que estamos a respeitar, com vista a efetuar as obras, tendo sido já adquirido material informático no valor de 15 mil euros. Existe já um site do animal que vai concentrar o site do SOS Animal.

Portanto, neste momento, quem quiser fazer uma participação ou uma queixa no âmbito do bem-estar animal, pode dirigir-se presencialmente à Sra. Provedora e pode fazer através do site SOS Animal. E posso disponibilizar aos Srs. Deputados o plano de atividades da Sra. Provedora, como também o seu relatório de atividades desenvolvidas de 13 de setembro, desde que foi eleita, até ao dia 31 de dezembro de 2024. A Provedora do Animal funciona e recomenda-se a quem estiver interessado em fazer as suas participações. E não será por falta de local de trabalho, nem por falta de equipa técnico-administrativa que não está a funcionar. Recomendo aos Srs. Deputados, se quiserem fazer novamente uma audição à Sra. Provedora ou visitá-la, verão que efetivamente a Provedora do Animal funciona na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN apresenta-nos uma iniciativa cujo título é “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”, ou seja, um serviço de atendimento que há de circular pelas nove ilhas. Por isso, não compreendo porque é que o Sr. Deputado Pedro Neves fez aquela proclamação na tribuna, depois de ter feito a apresentação da iniciativa exatamente relativa a esta questão da itinerância.

Depois, analisando a iniciativa, ficamos com a sensação de que nos Açores nunca nada foi feito pelos animais ou pelo bem-estar animal e que para além de parecer que nunca nada foi feito, não existia nada organizado para o fazer e, portanto, é urgente e necessário instituir aqui um mecanismo de serviço veterinário — que ainda por cima tem que ser itinerante — porque tem que percorrer todas as ilhas, dado que nem todas as ilhas têm capacidade para fazer serviço veterinário.

Ora, não se compreende como é que um partido que está desde 2020 neste Parlamento, sendo que uma parte significativa da sua produção legislativa, das suas propostas e da sua ação política, é exatamente em relação ao bem-estar animal, não se compreende — repito — como é que, chegados a 2025 apresentam uma proposta que “faz tábua rasa” do passado dos Açores e até do próprio passado político do partido proponente. E, portanto, por isso mesmo, é difícil conseguirmos encontrar um argumento que seja favorável à aprovação da iniciativa, quando ainda para mais, uma das primeiras personalidades a ser ouvidas na Comissão parlamentar sobre esta iniciativa, é o Provedor do Animal, o qual obviamente critica esta iniciativa e põe a mesma em causa; a própria Ordem dos Médicos Veterinários também põe em causa a questão da itinerância e das violações das normas legais em vigor que a execução dessa itinerância pode acarretar. Resumindo, temos aqui a criação de uma lei para fazer com que os

sujeitos que executem essa lei — os médicos veterinários — acabem por violar a lei, ou seja, as normas do seu código deontológico e as demais legislações que estão em vigor no nosso país, sobre os vários tipos de empresas ou instituições que podem executar o atendimento veterinário. E, portanto, isto acaba por ser uma iniciativa fora da lei. Nesse sentido, obviamente que não pode ter o nosso o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Há pouco, a seguir à intervenção do Sr. Secretário Regional, esqueci-me de referir que a documentação como seja o plano de atividades e o relatório de atividades da Sra. Provedora do Animal, também foi enviado a esta Casa, como prevê a lei, e foram distribuídos às Sras. e Srs. Deputados. E ela não foi nomeada, foi eleita pela Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, eu julgo que era importante fazer um repto à Câmara, porque os argumentos que subscrevemos para que esta proposta, da forma como está e nas palavras da Ordem dos Médicos Veterinários (colocar em causa a saúde animal), esses argumentos podem ser resolvidos neste debate e nem sequer é uma questão de termos que suspender os trabalhos para fazer propostas de alteração, elas estão feitas e apresentadas até por mais do que um partido. Portanto, tanto o Bloco de Esquerda como o Partido Socialista apresentam propostas de alteração. Não querendo interpretar as do Partido Socialista, no que diz respeito às do Bloco de Esquerda, elas pretendem

resolver as dúvidas, as objeções e os problemas que possam existir na proposta. Ora se é possível resolver os problemas que levantou o Sr. Deputado Pedro Pinto e o PSD também no início das suas intervenções, sobre a questão da saúde animal e do problema da itinerância ou da falta de condições para realizar atos médicos cirúrgicos em edifícios ou veículos, o que se queira fazer, sem as condições adequadas e eventualmente sem o devido licenciamento, estão aqui propostas para resolver esse problema. Por isso, estamos abertos a que a proposta passe à especialidade, podemos até votar a favor. Por isso, está nas mãos da coligação fazer essa avaliação. Há propostas de alteração em discussão e é possível fazer uma proposta que resolve os problemas que a coligação tem dito que existem e que também subscrevemos. Por isso, está feito o repto e há aqui claramente a hipótese (se houver boa vontade) que a proposta possa ir para a especialidade para ser melhorada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições neste momento.

Não havendo inscrições, creio que podemos passar à votação.

Vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII – “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”, uma iniciativa da Representação Parlamentar do PAN.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do IL e com 22 votos de abstenção do PS, 1 do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Encerramos, assim, este ponto da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 5.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Eu propunha que regressássemos às 17 horas, se não se opuserem. Regressamos então às 17 horas.

Eram 16 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Entrando no ponto 5 da nossa agenda, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII – “Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional”. É uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Administração Pública Regional desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Para assegurar que as políticas públicas sejam implementadas com qualidade e rigor, é essencial que os cargos de direção sejam ocupados por profissionais altamente competentes e com o perfil adequado para as funções exigidas.

Debatemos hoje por isso o Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa a criação da Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional.

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda tem como objetivo primordial garantir um processo de recrutamento transparente, rigoroso e independente para os cargos de direção na Administração Pública Regional.

A criação desta Comissão não resolverá todos os problemas, mas representa um passo significativo na promoção da transparência e da confiança dos cidadãos nas instituições públicas nos Açores.

A Comissão proposta será composta por um presidente, três a cinco vogais permanentes, e um vogal não permanente por cada departamento governamental, apoiados por uma bolsa de peritos.

Com esta estrutura pretende-se garantir que as decisões sejam tomadas de forma independente e com base em critérios objetivos.

A Comissão definirá o perfil e as competências necessárias para cada cargo assegurando que os candidatos mais qualificados sejam selecionados.

Para os cargos de direção superior, como os Diretores Regionais, os candidatos deverão possuir uma licenciatura e pelo menos 8 a 10 anos de experiência relevante.

Para os cargos de direção intermédia, como diretores de serviço, o recrutamento será feito entre trabalhadores em funções públicas com as qualificações e experiência adequadas.

A Comissão também será responsável por definir os métodos de seleção e garantir que o processo seja conduzido com a máxima transparência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podemos ter uma administração pública em que o recrutamento de dirigentes se faça por interesse partidário e não por interesse público.

Em que as qualificações, a experiência e o currículo valem menos do que a proximidade ao poder.

Uma administração pública impermeável aos interesses partidários é um avanço para os Açores.

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional é por isso fundamental para a nossa Administração Pública, de modo a garantir que os cargos dirigentes sejam ocupados por profissionais competentes e comprometidos com o serviço público.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na anterior legislatura tivemos oportunidade de apreciar em Comissão um diploma do Bloco de Esquerda com este teor e também um do Governo. Devo dizer a esse respeito que a abordagem do Governo sobre esta matéria está em processo legislativo e foi retirada do Conselho do Governo até que pudéssemos apreciar este diploma aqui, para depois poder ser aprovado em Conselho de Governo e vir ao Parlamento, se esta for recusada.

Aquilo que tenho a dizer hoje, de alguma forma semelhante ao que já foi referido no debate em Comissão na anterior legislatura, é que a necessidade da criação da CReSAPRA é algo para nós evidente, aproveitando, aliás, as boas experiências que na República temos nesta matéria. Genericamente não estamos muito longe daquilo que o Bloco de Esquerda aqui propõe, mas temos algumas diferenças cruciais. Isso tem a ver também com a especificidade da Administração Pública Regional.

A Administração Pública Regional tem menos níveis nos Açores do que a Administração Central. Aquilo que é o cargo equivalente ao diretor-geral na Administração Pública Nacional, é o diretor regional aqui nos Açores. E salvo mais algumas questões de detalhe relativamente à abordagem que o Bloco de Esquerda propõe, esta é uma das razões fundamentais para a discordância que temos em relação a este diploma.

Ao ser aprovado um diploma deste teor, teríamos também, além dos chefes de divisão e dos diretores de serviço, a escolha dos diretores regionais por via deste estatuto da CreSAPRA, o que entendemos, a acontecer, que tenderia possivelmente a criarmos mais uma camada na Administração Pública Regional, eventualmente, os subsecretários que substituiriam, nesse caso, os diretores regionais. Entendemos que a estrutura da Administração Pública Regional, tal como está — e vem de há longos anos a esta parte — já está testada, funciona, é razoável, não é excessiva. E o que se pode fazer, é melhorar os concursos para diretores de serviço e chefes de divisão.

Concordamos que é essa a nossa abordagem, é isso que constava da nossa proposta e que constará da proposta que o Governo tem em circuito legislativo. O que se pretende é de facto que exista uma estrutura — para quem está menos familiarizado com a CReSAPRA e como ela poderá vir a funcionar — para fazer todos os concursos necessários para diretores de serviços e chefes de divisão. Essa estrutura funcionará naturalmente de modo autónomo e terá responsáveis que terão de articular com cada um dos serviços; quando um determinado serviço precisar prover um cargo de diretor de serviços ou de chefe de divisão, contacta com a CReSAPRA, explica e define quais são as características do dirigente que precisa e, depois, naturalmente, com o quadro de formação e de experiência que também deve ter, é a CReSAPRA que lança o concurso, faz a análise dos candidatos, criando com isto uma circunstância semelhante no procedimento, neste caso, àquilo que se passa no plano nacional, de maior transparência e legitimidade, eventualmente, para estas nomeações que depois sairão dessa análise feita pelos concursos organizados pela CReSAPRA.

Portanto, em termos genéricos, se são cinco ou se são três os elementos da CReSAPRA, podemos também divergir — achamos que cinco poderá ser demais — mas, fundamentalmente, a questão de estarmos aqui a carrear exatamente a lógica nacional da CReSAPRA, quando a lógica da Administração Pública Regional é diferente e tem menos camadas, é que nos faz discordar desta proposta ou, pelo menos desta abordagem, sendo que estamos de acordo na questão de criarmos mais transparência

e harmonização na escolha dos diretores de serviços e dos chefes de divisão e estamos naturalmente disponíveis para trabalhar, como estamos hoje aqui a analisar esta proposta. Também uma proposta que sabemos que o Partido Socialista tem, bem como naturalmente aquela que temos em processo legislativo que, esperamos, em breve possa ser entregue no Parlamento para que depois de feitas as análises em Comissão, possamos também a breve trecho analisá-las, sendo que de facto a urgência, neste caso, não é assim tanta, porquê? Porque a criação desta estrutura terá que ter depois uma declinação nos documentos orçamentais para 2026, ou seja, no próximo orçamento regional terão que ser criadas as linhas orçamentais para a criação formal desta estrutura e para o seu financiamento, bem como para aquilo que são os apoios de que necessita para o seu funcionamento. E, por isso, estamos perfeitamente a tempo. Esta proposta que temos aqui do Bloco de Esquerda (discordando dela) é uma boa oportunidade para refletirmos sobre estas questões, continuará certamente em discussões futuras no seguimento das propostas que aqui referi, convictos que estamos de que a partir do dia 1 de janeiro de 2026 pode entrar em vigor um novo orçamento regional, já poderemos ter as linhas orçamentais previstas e o funcionamento efetivo desta estrutura.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sem dúvida alguma que a Administração Pública Regional é fundamental para o desenvolvimento económico e social dos Açores sendo, por isso, muito importante a

existência de ferramentas capazes de proporcionar que o recrutamento dos seus profissionais seja feito de forma transparente, com rigor e com exigência.

Para o CHEGA tudo o que implique garantir a máxima transparência, isenção, rigor e independência no processo de recrutamento e seleção de candidatos para cargos na Administração Pública Regional é sempre visto com bons olhos.

O que a proposta do Bloco de Esquerda nos traz aqui hoje, mais não é do que replicar na Região o que já existe a nível nacional com a CReSAPRA — a Comissão de Recrutamento e Seleção para Administração Pública.

Deputado António Lima (BE): Não é bem a mesma coisa.

A Oradora: Nada contra, mas temos algumas dúvidas sobre esta proposta a nível do seu contexto. O problema é que existem alguns pormenores que não podemos acompanhar, porque não concordamos. Desde logo, no que diz respeito ao recrutamento dos dirigentes de 1.º grau, ou seja, os diretores regionais, que atualmente são cargos de nomeação política e que o Bloco de Esquerda quer que seja através de concurso. A nosso ver, sendo um diretor regional, um elo de ligação entre os secretários regionais e o governo, entendemos que esta escolha deve recair no membro do governo. De um modo geral, não acredito que haja aqui nesta Assembleia quem se oponha aos princípios da transparência, da isenção, do rigor e da independência nos processos de recrutamento, não acredito que alguém pense o contrário. Creio que isso é o que todos queremos.

Durante a reunião da Comissão que acompanhou a análise deste projeto, a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) disse na sua audiência, e o CHEGA concorda em absoluto com aquela opinião, que o texto proposto pelo Bloco de Esquerda poderia condicionar a maioria dos procedimentos aos membros do governo que dirigem as diferentes secretarias regionais, seja na definição de perfis ou na homologação dos candidatos ou até mesmo na própria escolha dos mesmos. Da forma como está redigido, entendemos que a proposta pode até nem atingir os objetivos a que se propõe. Ainda assim, consideramos muito pertinente esta questão, temos

mesmo que trazer este assunto a debate, temos que trabalhar numa solução para os Açores e creio que podemos até aprender com o que de bom se faz na República e replicar a CReSAPRA nos Açores com as devidas adaptações.

Aquilo que o CHEGA entendeu, mediante os esclarecimentos dados pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que acabou de reafirmar, o Governo pretende que seja instalada nos Açores a CReSAPRA, seguindo o que é feito a nível nacional com as devidas ressalvas.

Aguardaremos este diploma, Sr. Secretário. Esperamos que não demore. Aliás, o Sr. Secretário acabou de dar argumentos para dizer que não precisa de ser tão rápido, mas acho que quanto mais cedo vier a público e quanto mais cedo trabalharmos nesta proposta, melhor será, até porque uma proposta idêntica já havia sido apresentada pelo Governo, mas foi adiada pelas eleições, como todos sabemos.

Portanto, da nossa parte não conseguimos acompanhar esta proposta pelos argumentos que acabei de apresentar, mas não porque não concordemos com ela, apenas porque não concordamos em alguns pontos, no entanto consideramos que é um assunto pertinente e que merece ser tratado.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN apoia esta iniciativa. Acho que é premente e urgente ser apresentada neste preciso momento. Todo e qualquer deputado tem o direito de apresentar uma ação legislativa, não é preciso esperar pelo Governo. Se o Governo não gostar muito desta

iniciativa, que peça a um grupo parlamentar para fazer as propostas de alteração, mas para o PAN o mais importante dentro desta iniciativa são sem dúvida os concursos públicos dos dirigentes intermédios e da falta de transparência, porque a lei, tal como está, não obriga no concurso público a inserir na BEPA a análise de cada candidato, isso é facultativo e é sempre bom, para que haja uma análise e uma fiscalização de quem vai a esse concurso.

Por isso, mais uma vez, o PAN acha que é premente e vai votar favoravelmente esta proposta.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto para uma intervenção.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, eu gostaria de salientar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunga das mesmas preocupações. Entendemos a necessidade de ser criada uma estrutura que possa conduzir todos os processos de recrutamento na Administração Pública Regional e que esta estrutura seja também sinónimo de celeridade, de transparência e de confiança. Confiança da parte de todos aqueles que concorrem a um lugar na Administração Pública Regional e que sintam que estão em igualdade de oportunidades e de circunstâncias e não dependente de critérios eventuais conhecimentos e, portanto, tornando todo este processo mais transparente. No entanto, apesar de termos estes objetivos em comum e, como já foi dito, o Partido Socialista já deu entrada de uma iniciativa exatamente no mesmo âmbito, mas que aprofunda de alguma forma esta questão, sendo que tem duas grandes diferenças em relação à proposta do Bloco de Esquerda. A primeira delas tem a ver com o recrutamento de dirigentes de direção superior, portanto, cargos de direção superior e cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau. Aqui, em relação aos primeiros, também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que deve

continuar a ser por nomeação, enquanto que em relação aos cargos de 1.º e 2.º grau — direção intermédia — deve então ser sujeita ao procedimento concursal por parte da designada CReSAPRA que será a entidade que conduzirá todo o processo. E quando mencionei “aprofundar”, é porque a segunda diferença da nossa iniciativa também tem a ver com todos os outros lugares que possam vir a ser abertos para a Administração Pública Regional, excepcionando, obviamente, as carreiras especiais, porque para essas deve decorrer o concurso nos termos da legislação que lhe é aplicável. Nessa medida, a iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não altera apenas o estatuto de pessoal de dirigente, também altera o estatuto de gestor público regional e o próprio regime de vinculação de carreiras e remuneração dos trabalhadores que exerçam funções públicas.

Portanto, no âmbito destes três diplomas, temos que fazer alterações na base daquilo que é a proposta do Partido Socialista, mas reiteramos, mais uma vez, que reconhecemos a necessidade de ser criada a nível regional uma estrutura que seja idónea e capaz de dar seguimento a todos os procedimentos em termos de recrutamento e seleção para cargos na Administração Pública Regional.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM não rejeita de todo a transparência, mas defendemos, sim, a implementação de um modelo justo e rigoroso para o recrutamento dos dirigentes intermédios, nomeadamente, chefes de divisão e diretores de serviço. Recusamos, sim, a tentativa de transformar os diretores regionais em meros cargos

técnicos, desvalorizando a sua função política estratégica de executar as políticas do Governo ou de um secretário regional politicamente eleito. O Governo Regional é legitimado pelo voto popular e deve ter a capacidade de formar a sua equipa e executar as políticas para as quais foi eleito.

Nesta proposta, o Bloco de Esquerda ignora a especificidade da Administração Pública Regional. Como disse e bem o Sr. Secretário, criaremos aqui mais um patamar de burocracia.

Se um governo regional é eleito democraticamente para aplicar um programa político, não faz sentido nenhum que não possa escolher os seus próprios diretores regionais que são responsáveis, como disse anteriormente, pela concretização dessas políticas.

Deputado António Lima (BE): O Sr. Secretário Paulo Estêvão devia-lhe ter explicado o que é um dirigente e o que é um membro do governo!

O Orador: Então o que dizer da República?

Vamos tirar as nomeações dos secretários de estado e passá-los para concurso?

Seria algo deste género.

Deputado António Lima (BE): Ó Sr. Deputado não sabe qual é a diferença entre um membro do governo e um dirigente?!

O Orador: Portanto, a Representação Parlamentar do PPM rejeita esta proposta, porque acha que ela é completamente desadequada da realidade açoriana.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início desta minha intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tenho a dizer que concordamos com a maioria dos argumentos apresentados pelos outros grupos parlamentares já neste debate, nesta Casa, e sobre os quais não diferimos muito, pelo menos ainda nesta fase de debate, e veremos, numa segunda ou terceira ronda se estamos completamente de acordo ou se podemos divergir em alguns pormenores sobre a criação da Comissão de Recrutamento e Seleção na Administração Pública Regional nos Açores.

Criada em 2011 na República, a CReSAP também nos tem trazido algumas notícias sobre a experiência que tem saído através da funcionalidade desta mesma Comissão e agora que estamos com propostas para implementá-la nos Açores, também podemos eventualmente ver o que é que correu menos bem na República e adaptar à nossa especificidade na Região, para que alguns dos procedimentos que foram tidos como inadequados, sejam salvaguardados e não tenhamos que cometer os mesmos erros. Como está em funcionamento desde 2011, seria bom também analisarmos o que eventualmente a CReSAP na República teve de menos bom.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Hoje, pela hora de almoço, tomámos conhecimento que entrou uma proposta do Partido Socialista também para a implementação da CReSAPRA nos Açores. Naturalmente, ainda não a analisámos, teremos oportunidade de o fazer em Comissão, e agora o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública adianta que está também novamente em processo legislativo uma proposta do Governo Regional para a criação da CReSAPRA nos Açores.

Portanto, ponto n.º 1: estamos todos de acordo que é necessário haver uma CReSAPRA...

Deputado António Lima (BE): Por isso é que esta proposta vai ser chumbada.

A Oradora: Não ouvi, mas se calhar não era mesmo para ouvir.

Estamos todos de acordo com a necessidade de criação da CReSAPRA nos Açores, da criação do seu estatuto e da sua entrada em funcionamento. Discordamos, naturalmente, de algumas premissas que neste momento nos apresenta o Bloco de Esquerda, mas o Sr. Deputado o António Lima na Comissão sempre foi muito claro quanto aos seus propósitos sobre esta matéria.

Sujeitar, neste momento, dada a estrutura orgânica da Região Autónoma dos Açores na Administração Pública Regional os diretores regionais que são o órgão máximo da hierarquia da Administração Pública a concurso público, deixando de ser por nomeação de confiança do membro do governo regional correspondente, parece-nos sim, uma linha vermelha, porque é exatamente este órgão que faz a ligação entre o governo, os secretários regionais das áreas setoriais e uma hierarquia da administração pública. E, portanto, este termo intermédio, para nós, é bastante importante que se mantenha da forma como está.

Depois podia também aqui dissertar sobre a eleição dos próprios membros permanentes da Comissão que o Bloco de Esquerda propõe que sejam eleitos por $\frac{2}{3}$ da Assembleia Legislativa Regional e ainda não tendo analisado, como disse, a proposta do Partido Socialista (muito menos a do Governo Regional dos Açores) creio que também é um pouco exagerada esta abordagem. Logo, se for como é a CReSAP na República, ela sairá de uma resolução do Conselho de Ministros, neste caso, uma resolução do Conselho de Governo, e depois serão feitas as audições correspondentes na Assembleia Legislativa Regional.

De momento é isto que tenho para dizer e aguardo por mais um pouco de debate.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Bloco de Esquerda aqui nos traz tem, desde logo, a vantagem de nos lembrar aquilo que já foi anunciado nesta Casa várias vezes e que é precisamente um maior rigor e a valorização do mérito daqueles que são escolhidos como dirigentes da Administração Pública Regional.

Eu também tendo a concordar com a ideia de que os dirigentes superiores de 1.º grau devem ser de confiança dos Membros do Governo, inclusivamente devem ser do Governo e não dirigentes da Administração Pública Regional. E talvez por aí, por esta alteração orgânica, se pudesse resolver parte deste problema, mas daí para baixo, de dirigente superior de 2.º grau, dirigente intermédio de 1.º, 2.º grau e por aí fora, acho que sim, de facto é importante haver um crivo maior, até para funcionar como estímulo da meritocracia dentro da Administração Pública Regional.

Às vezes é frustrante para alguns técnicos da Administração Pública, pessoas que gostam de pensar o seu serviço, pessoas empenhadas, funcionários empenhados, verem colegas ultrapassarem-nos por via da filiação partidária. Todos nós sabemos que existe. Existem até casos em que depois se vem a verificar que essas pessoas não têm condições para exercer esses cargos, que muitas vezes são coadjuvados por aqueles que foram prejudicados e que sendo empenhados e competentes dão um apoio, independentemente do dirigente ser incapaz, mas é um processo em que a Região tem de evoluir o mais rapidamente possível. E aí, Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública são as tais reformas que nós queríamos fazer em 2021/2022 e que ficaram sempre na gaveta. Não houve coragem — e talvez amanhã tenhamos tempo de falar nisso — de quebrar vícios que vinham de um passado do qual eu prefiro não falar.

Se falarmos em dirigentes superiores de grau 1, diretores regionais e equiparados, a Região tem neste momento 68 — eu desconfiava que eram 60, mas, entretanto, o *staff* fez aqui o seu trabalhinho e são 68. Até me parece que há aqui equiparados a mais.

Deputado António Lima (BE): Há muita nomeação.

O Orador: E, portanto, mais uma razão para reformarmos nesta matéria e criarmos um nível político para diretores regionais e que daí para baixo sejam todos dirigentes e passem pela tal CReSAPRA ou pelo tal crivo da meritocracia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é transformar a democracia em burocracia.

O Orador: Se formos aos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, são 350 ou 360. Estes, sim, têm mesmo que passar por um crivo muito apertadinho, sob pena de nos acontecer uma coisa que nalguns países da Europa não aconteceu, precisamente por haver uma certa estabilidade nesses quadros, que é o facto de alguma instabilidade governativa e parlamentar não bloquear as decisões a nível da administração pública, porque muitas vezes aquilo que se agita como “instabilidade”, é precisamente porque quando tem que mudar o governo, muda isto tudo e fica toda a gente parada à espera do que é que vai vir.

É preciso dar estabilidade à administração pública, é preciso dar estabilidade a estes dirigentes para que eles continuem a manter a Região, o País, a Europa e o resto do mundo a funcionar, enquanto os políticos não se entendem. E sobre esse ponto de vista eu não posso acompanhar a proposta do Bloco de Esquerda, porque prevê este crivo para os dirigentes superiores de 1.º grau, mas também não posso votar contra esta mesma proposta. Como diz o Sr. Deputado Joaquim Machado, “vou ficar em cima do muro” ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é a primeira vez que o senhor fica.

O Orador: ... para ver se o Governo de facto nos traz a proposta que anunciou que ia trazer e pode realmente resolver este assunto e reformar definitivamente parte daquilo que é preciso reformar na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o Bloco de Esquerda nos apresenta, aparentemente, parece ser uma iniciativa ou um instrumento de cariz administrativo. Quem discordará da meritocracia e do concurso público para a ascensão dentro de uma hierarquia, no caso da hierarquia da função pública, para cargos de chefia? Obviamente que é um princípio com o qual concordamos.

Acontece que isto é na realidade um instrumento de ingerência política na organização política deste Governo, porque ao incorporar os diretores regionais nisto, o que o Bloco está a fazer é retirar ao Governo a possibilidade de poder nomear as pessoas que considera as mais capazes de executar a ação política na organização das estruturas da função pública.

Deputado António Lima (BE): O quê?! Ó Sr. Deputado, leia a Constituição.

O Orador: E, portanto, transformando os diretores regionais em lugares de ascensão por concurso público dentro daquilo que são os quadros da função pública, isso significaria que o Governo criaria uma nova camada, neste caso — podemos chamar assim — de subsecretários regionais, para fazerem esta transição entre aquilo que é o governo e o conselho de governo e, depois, a estrutura administrativa da Região. E, portanto, estaríamos aqui a aumentar a despesa.

Há uma coisa que temos que reconhecer ao Bloco de Esquerda, que é o facto de ter esta capacidade de criar algo que consegue ser duas coisas ao mesmo tempo e, por conseguinte, dependendo do ponto de vista como a gente resolva olhar para a proposta, ela tem sempre algum tipo de mérito. Podemos considerar que a questão dos concursos públicos é o mérito principal da proposta — é uma questão — e, pelo outro lado, o aumento da despesa ao criar mais uma camada de governo. E, portanto, nessa matéria é uma iniciativa que vem agravar os custos da autonomia.

Assim sendo, Sr. Deputado António Lima, a consequência da aplicação daquilo que propõe é fatalmente o aumento da despesa, ou então aquilo que V. Exa. deseja, que é reduzir o governo apenas e só aos secretários regionais e o resto é tudo função pública.

Deputado António Lima (BE): É o que é!

O Orador: Pronto, é uma opção vossa e do vosso partido.

Eu gostaria de ver o Bloco de Esquerda a governar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não! Eu não gostaria.

Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Eu gostaria de ver o Bloco de Esquerda a governar com esta legislação em vigor, para ver se criaria ou não os tais subsecretários regionais ou se limitar-se-ia apenas e só aos secretários regionais. Seria um exercício de futurismo hipotético muito interessante de ver.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ó Pedro não dê ideias.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos perante algo que é digno de registar. Praticamente todas as intervenções concordam com o princípio e com a necessidade de criar mais rigor, privilegiar quem

efetivamente tem as competências para desempenhar determinadas funções de direção, o objetivo de aumentar a transparência, mas na verdade, pelo menos até agora, eu não vi nenhuma proposta de alteração para resolver as discordâncias que são aqui apresentadas; praticamente todos os partidos apresentam discordâncias sobre um aspeto — e já lá vamos — que é a questão dos diretores regionais, ou seja, os cargos dirigentes de 1.º grau. O Partido Socialista tem uma proposta alternativa, muito bem, é legítimo e não temos nada a opor que assim seja, não está ainda em debate é pena, mas é uma proposta. Na verdade, há aqui aspetos que do ponto de vista da alteração, aspetos com os quais o CHEGA, a IL, o PSD, o PPM e o CDS-PP discordam, são facilmente resolúveis com propostas de alteração.

Onde é que estão as propostas de alteração? Onde é que estão?

Nós sempre dissemos que esta proposta, como todas as que apresentamos, não está *escrita na pedra*, pode ser sujeita a alterações, como é normal em qualquer parlamento. E mesmo que nós não queiramos que haja alterações, elas podem ser apresentadas e aprovadas. É assim que funciona. Agora, aquilo que eu vejo é um certo preconceito por não se querer aprovar a proposta devido ao seu autor. A ideia é boa, tem alguns problemas, mas o autor, esse, não vale a pena apresentar propostas de alteração, porque assim a proposta não é aprovada e, nesta Casa e nesta legislatura, o que é do Bloco de Esquerda não tem nenhuma possibilidade de aprovação. Isso já percebemos, esse sectarismo primário que aqui aparece. Mas vamos às críticas às propostas em concreto. Eu esperava, Sr. Secretário Regional, que o Governo tivesse reapresentado a proposta que apresentou na legislatura passada, aliás na sequência de nós termos apresentado esta mesma proposta que não chegou a subir a plenário. O Governo não o fez, é legítimo, mas julgo eu que faria todo o sentido. E tivesse o Governo requerido ou solicitado que esta proposta tivesse subido a plenário mais tarde para que ambas pudessem ter sido discutidas em conjunto e nós estaríamos abertos a isso. Não foi essa a intenção do Governo para que este debate pudesse ser feito com várias propostas em

cima da mesa. Não houve nenhum contacto, nenhum pedido, nenhuma solicitação para que isso acontecesse.

Apartes impercetíveis dos Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD).

O Orador: Relativamente à adaptação daquilo que é CReSAP nacional para a Região: a nível nacional ela teve aspetos positivos e teve e tem vários problemas, os quais é necessário resolver na criação de uma estrutura semelhante na Região. Nós procurámos resolver e melhorar aquilo que foi feito a nível nacional, nomeadamente, a não valorização como fator determinante do tempo de serviço dos dirigentes nomeados em regime de substituição (isto não tem a ver diretamente com a CReSAP, mas com o Estatuto do Pessoal Dirigente), porque isso tem sido utilizado, agora e no passado, como uma forma de dar currículo e experiência aos dirigentes nomeados em regime de substituição para depois poderem ganharem o concurso mais facilmente e integrarem esse cargo dirigente. E, depois, há um aspeto que a Sra. Deputada Sabrina Furtado levanta como um problema, mas que nós vemos como uma grande mais-valia desta proposta, isto é, a eleição da CReSAPRA por parte deste Parlamento por uma maioria de $\frac{2}{3}$. Esse é o fator que pode garantir melhor a transparência e o rigor nesses processos de seleção. Para não ser uma CReSAPRA do PSD, do PS, do CDS-PP ou do PPM ou de outro qualquer partido. Será uma CReSAPRA eleita por este Parlamento e com uma garantia adicional de independência que é a existência de uma maioria de $\frac{2}{3}$. E sobre isso, surpreende-me que o PSD esteja contra. Não ouvi nem sei qual é a opinião dos restantes partidos sobre esta matéria, mas esse é o maior garante da independência desta Comissão que queremos criar. Uma Comissão nomeada pelo Governo não dá, seja qual for o governo, de um governo do Bloco de Esquerda, se existisse, sem dúvida que não dava as garantias de independência que nós queremos. E aí concordo, naturalmente e totalmente, com aquilo que disse o Deputado Nuno Barata, isto é, que a administração pública não é uma extensão do governo. E, Sr. Deputado Pedro Pinto (a administração

pública, os diretores regionais) leia a legislação, leia o Estatuto, a Constituição e a lei, estude um pouco, porque os diretores regionais não são membros do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Faça uma proposta que seja aprovável.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu sei que não são.

O Orador: Se fossem membros do Governo, estavam ali sentados, ou poderiam estar; não são secretários de estado em pequenino; não são secretários de estado nem subsecretários de estado, não são nada disso; são dirigentes da administração pública. Terminando dizendo que me surpreende que o CHEGA não aprove esta proposta.

Deputada Olivéria Santos (CH): Porquê, Sr. Deputado? Mas eu expliquei.

O Orador: Quem tanto prega a transparência e pelo fim dos “tachos”, pelos vistos, não tem problema nenhum com os “tachos”, desde que eles sejam diretores regionais. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

Eu como já sabia que na sua segunda intervenção provavelmente viria com esse tom acusatório em que tenta denegrir todos os seus colegas nesta Assembleia, usando palavras que eu já nem me lembro, mas normalmente que têm sempre a ver com honestidades intelectuais — usa-se a palavra intelectuais para disfarçar um bocadinho — eu guardei-me para falar consigo também nesta segunda intervenção.

Eu tenho muita pena de não ter tido a perspicácia de fazer o levantamento, antes deste debate, desde 2020, de quantas propostas do Bloco de Esquerda já foram aprovadas neste Parlamento...

Deputado António Lima (BE): Desde 2021.

A Oradora: Então quer que eu vá aonde? A 1996?

Estão-me sempre a acusar de falar do passado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não me revejo.

A Oradora: Eu só estou a falar do vigor deste grupo parlamentar. Desde 2020 já aprovámos muitas propostas do Bloco de Esquerda nesta Casa, sobretudo que tinham a ver com o bem-estar, com a justiça e com a equidade no que diz respeito a trabalhadores, Sr. Deputado António Lima. E se não se lembra, isso só mostra que de facto o seu último reduto é fazer-se de vítima.

Nós não temos que fazer uma proposta de alteração à sua proposta que é feita pela luz do Bloco de Esquerda e que está mal do início ao fim. Nós temos, sim, que analisar outras propostas que entrem neste Parlamento e aprovar aquela que quisermos. E habitue-se à democracia, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Nós vamos votar, apresentar, corrigir, propor e implementar o que cada um de nós e a nossa consciência assim determinar, quer o senhor queira quer o senhor não queira!

Agora vou falar com o Sr. Deputado António Lima como se ele não fosse do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Mas o que é tem, ser do bloco de esquerda?!

Deputada Inês Sá (PS): É isso que a incomoda.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Ah isso é impossível!

A Oradora: Vamos tentar fazer este exercício.

Nas audições da Comissão de Política Geral sobre este diploma, nomeadamente, na audição do Sr. Secretário Regional das Finanças, em que todos tivemos a oportunidade de fazer as nossas questões e de debatermos a proposta que estava em cima da mesa, o Sr. Secretário disse de forma clara e todos puderam ouvir — não se esqueça que estou a falar consigo como se não fosse do Bloco de Esquerda...

Deputado António Lima (BE): Mas o que tem a ver ser do bloco de esquerda?! Qual é o seu problema?

A Oradora: ... que se os diretores regionais passassem a ser através de concurso público, teria de ser criada uma subcategoria, na ótica do Governo e do PSD de forma errada, que fizesse parte do governo e esses, sim, fossem chamados de subsecretários regionais.

Deputado José Toste (PS): Isso já existe. São os técnicos especialistas.

A Oradora: E o que é que diz o Sr. Deputado António Lima (que estamos a fingir que não é do Bloco de Esquerda) sobre esta matéria?

Vamos à página 14 do relatório desta iniciativa, para quem quiser ver, está no site da Assembleia Regional. Salientou a questão que foi referida que é: “a discordância do Governo face a essa proposta que não sendo uma discordância menor, não é efetivamente uma discordância sobre a generalidade.” — corretíssimo.

“É sobre um cargo específico que são os dirigentes de 1.º grau, vulgo os diretores regionais.” — corretíssimo.

“É que sobre esta matéria já tiveram a oportunidade de dizer que há efetivamente formas de resolver esta questão.” — eu estou a citar, obviamente e agradeço à Sra. Relatora por fazer relatórios com esta qualidade.

“Existe a necessidade de haver uma articulação entre o Governo Regional e os dirigentes da administração pública e que, de certa forma, uma posição que possa fazer esta interligação, ou seja, a criação de subdiretores regionais.”

Sr. Deputado António Lima, o que diria o Bloco de Esquerda se este Governo agora fizesse dezenas de nomeações de subdiretores regionais para que possa suprimir o papel dos diretores regionais?

Deputado António Lima (BE): Não diria nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado António Lima: Já fez!!

A Oradora: Portanto, do que o senhor e o Bloco de Esquerda estão a precisar é dum mínimo de coerência, e sim, de muito menos hipocrisia política.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sinceramente, Sra. Deputada Sabrina Furtado, não sei que lhe diga.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Vai falar comigo como se eu não fosse do PSD?

O Orador: Quanto à citação que fez da transcrição da Comissão não tem nenhum problema. Eu gostava de perceber em que é que discorda do que está aí.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Se eu fosse do Bloco de Esquerda percebia!

O Orador: Mas, Sra. Deputada, vamos lá ver, nós temos uma discordância com o Governo nesta matéria e eu disse isso em Comissão. É uma discordância, como disse, que não é menor. Como é evidente, tem que haver uma ligação entre o Governo e a administração pública. Na nossa opinião, essa ligação não deve ser feita.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E acha que pode ser feito por magia?

O Orador: Aliás, isso não implica que o diretor regional seja nomeado e seja visto (como confundiu o Sr. Deputado Pedro Pinto) como um membro do governo mais pequenino, não é, são questões diferentes. Se há necessidade de haver essa articulação, ela é feita na mesma, tem sido e será feita e pode ser feita pelo Governo, pelo seu gabinete que tem dezenas de técnicos superiores-especialistas, adjuntos, chefes de gabinete, portanto, essa articulação é feita e esses, sim, são cargos de confiança e de nomeação política e têm mesmo que ser, não são da administração pública e estão associados ao cumprimento do mandato do governo. O que não faz sentido é que o diretor regional esteja associado ao cumprimento do mandato do governo da mesma

forma. Isso é que na nossa ótica não faz sentido. É legítima a posição do PSD e é legítima a posição do Governo. É democrático, mas também tem de se habituar a que nós tenhamos uma opinião diferente ou não podemos ter uma opinião diferente?

Por isso, infelizmente, a coligação prefere chumbar esta proposta, deixar ficar tudo como está durante meses, eventualmente anos, do que apresentar propostas de alteração mesmo que retirassem essa questão do recrutamento por concurso dos diretores regionais. Mesmo que retirassem essa questão, já seria um avanço aprovar a proposta sem esse fator. Mas então porque é que não o fazem?

Porque é que não apresentam propostas de alteração que resolvam essa vossa discordância de fundo?

Porque é que não o fazem?

Porque o resto da proposta não é assim tão boa?

Não concordam com o resto da proposta? Em que é que discordam?

Discordam da eleição da CReSAPRA ser por maioria de $\frac{2}{3}$ da Assembleia? Qual é o problema?

De facto, a conclusão a que chegamos é que o problema é o autor da proposta, mas espero que a Sra. Deputada prove que eu estou errado, mudando o seu sentido de voto. Muito obrigado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Não me traumatiza, fique descansado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não temos inscrições.

Pergunto se podemos avançar para a votação deste diploma.

Se ninguém se opõe, vamos então passar à votação e vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII – “Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 22 votos de abstenção do PS, 1 do IL e 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 18h30 (com uma tolerância de 3 minutos).

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 33 minutos.

Vamos entrar no ponto 6 da nossa agenda relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII – “Procede à sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores – SIADAPRA”.

É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) **Secretário Regional das Finanças e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que aqui trazemos a plenário e que foi apreciado na Comissão, tem a ver com o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional. Este sistema de avaliação sofreu alterações no plano nacional, era

necessário haver uma adequação para a Administração Regional, não se perdendo aquilo que são as mais-valias que existem no contexto da Administração Pública Regional dos Açores.

Dar nota que este sistema — o SIADAPRA — integra três subsistemas, um que tem a ver com o desempenho dos serviços da Administração Pública Regional (podíamos chamar o SIADAPRA 1), outro relacionado com o desempenho dos dirigentes (podemos chamar SIADAPRA 2) e outro ainda que tem a ver com o desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (podemos chamar o SIADAPRA 3), que tem como intervenientes o avaliador, o avaliado e o conselho coordenador da avaliação.

Como referi, a nível nacional houve estas alterações no SIADAP e nós temos também que fazer a adaptação à Região. Essas alterações têm a ver com os níveis de classificação, mas também com o facto da classificação ser bianual e agora passar a ser anual. Neste momento, estão a decorrer as avaliações do biénio 2023/2024. A expectativa é de que em 2026 já façamos em relação à anualidade de 2025.

Quando referi que esta adaptação preservou algumas mais-valias que temos na Administração Regional, sublinho que nos Açores houve a eliminação das quotas e cá, ao contrário do que desapareceu no plano nacional a partir de 2014, mantemos majorações nas férias, influenciada naturalmente pelas boas classificações que os trabalhadores possam vir a ter.

Em termos matriciais não nos desviamos dos diplomas nacionais, só os adaptamos, mas tentámos quase poder ter aqui o melhor dos dois mundos, adaptando às alterações que houve no plano nacional, mas mantendo as características mais positivas que tínhamos na Administração Pública Regional.

Assim sendo, esta é a apresentação que temos a fazer, esperando que mediante a sua aprovação, a avaliação dos trabalhadores no ano de 2025 (início de 2026) já possa obedecer àquilo que hoje aqui estamos a deliberar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ainda há pouco falávamos de trabalhadores da Administração Pública dos Açores e, de facto, este diploma é mais um que tem uma grande importância para estes trabalhadores da Administração Pública Regional, na medida em que vem permitir algumas melhorias na valorização da carreira destes trabalhadores e com isso mais alguma estabilidade laboral, indo, assim, ao encontro do que era necessário e desta necessária revisão do SIADAPRA.

Este diploma agora em discussão trazido pelo Governo Regional, vem no seguimento do que já existe a nível nacional, o SIADAP — o Sistema Integrado de gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública, — mantendo-se algumas características regionais que saudamos. Das alterações agora introduzidas ao SIADAP, destacam-se, entre outras, o fim das quotas na progressão das carreiras...

Deputado Pedro Neves (PAN): Já havia. Foi o PAN.

A Oradora: ... a aceleração das carreiras com os seis pontos na avaliação, a anuidade da avaliação que simplifica procedimentos administrativos e encurta os prazos nas suas diferentes fases de avaliação e, ainda, uma formação específica obrigatória.

No capítulo das quotas, creio que se trata de uma alteração muito favorável aos trabalhadores que já foi bastante reivindicada, todavia, o CHEGA gosta sempre de ressaltar e chamar a atenção para a necessidade de estarmos atentos a este processo, sob pena de se poder cair em abusos e poder gerar-se situações de favorecimentos indevidos. Por exemplo, se num serviço com uma má avaliação, todos os trabalhadores tiverem avaliação muito boa, algo está errado e algo que não está a funcionar muito bem.

Neste sentido, Sr. Secretário — e fica aqui esta alerta e esta sugestão — seria importante que para o ano se pudesse fazer uma reavaliação da aplicação a este sistema, para se perceber se efetivamente é um sistema eficaz, com estas novas alterações e se não estarão a existir avaliações abusivas.

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

A Oradora: Com esta avaliação, poder-se-ia até avaliar o sistema e a sua aplicação com maior rigor e mais objetividade, algo que também só se consegue com mais fiscalização que a nosso ver, vem tornar este sistema mais justo, mais transparente e, acima de tudo, que premeie o mérito dos trabalhadores, pois são eles que estão aqui em causa, favorecendo sempre a valorização das suas carreiras.

Já aqui dissemos ainda há pouco, e volto a frisar, o CHEGA vem sempre em defesa de qualquer trabalhador, vem sempre na defesa da melhoria das condições dos seus trabalhos, pois só com trabalhadores felizes é que teremos serviços em condições e com boas prestações de serviços.

Partindo deste pressuposto e após a análise e as audições que ouvimos na Comissão, ressaltando esta necessidade de acompanhar este processo, somos naturalmente favoráveis a este diploma.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Vou ser sincero: eu tive um pensamento maldoso quando vi a entrada desta iniciativa, antes de a ler, achando que iam retirar as quotas — admito que tive essa maldade — mas isso não acontece, por isso, obviamente, nós vamos votar a favor, nem que seja para fazer o acompanhamento do que acontece já no continente com o SIADAP. Sem mais delongas é isso. Aliás, o Sr. Secretário nem foi à tribuna, por isso, já sabemos que à partida vai haver aprovação e é bem-vinda.

Vou apenas informar a Sra. Deputada Olivéria Santos que o PAN apresentou a 1 de setembro de 2022 e foi votado em 2023 (em abril ou maio), o fim das quotas e o CHEGA votou a favor. Só para deixar este alerta, para que haja coerência da parte do CHEGA que tem que anuir à parte das quotas...

Deputada Olivéria Santos (CH): E manteve. Mais coerente não podia ser.

O Orador: ... ou seja, neste caso, há uma continuidade das quotas e não uma introdução das quotas, o que é uma mais-valia para todos os nossos funcionários públicos. E temos que achar sempre de forma positiva que todos os dirigentes têm um pensamento de isenção quando fazem essas avaliações para os nossos funcionários públicos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como dissemos aquando do debate da proposta do PAN que aqui aprovámos nesta Casa, o SIADAPRA é de facto um sistema que carece de alguns ajustes, em bom tempo o Governo da República assim o fez e em bom tempo o Governo Regional vem adaptar este diploma da República, à Região, com as especificidades óbvias que esta tem.

Mas no decurso da análise deste diploma, surgiu uma circular normativa da DROPEP que, em meu entender, interpreta de forma abusiva a norma transitória do decreto da República; não só interpreta de forma abusiva a norma transitória do diploma da República, como dá indicações aos serviços para começarem a executar este diploma que nós agora vamos aprovar, que é uma coisa que então não pode mesmo acontecer. Ou seja, aquilo que uma circular normativa pode fazer, não é antecipar uma lei que hipoteticamente o Parlamento vai aprovar e todos aqueles processos que estão a decorrer e que entraram, entretanto, na DROPEP ou nos serviços, têm de ser avaliados à luz da lei em vigor e não à luz da lei que vai ser aprovada.

A Iniciativa Liberal não votará contra este diploma do Governo, até porque concorda na sua maioria, mas obviamente não podemos deixar de fazer este reparo ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, no sentido de garantir que todos os processos que estão em análise e que já entraram, têm que ser avaliados à luz da lei em vigor e não à luz desta que vamos aprovar agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sistema de avaliação dos trabalhadores da Administração Pública, — o SIADAP a nível nacional e o SIADAPRA a nível regional, — que seguem exatamente a mesma lógica de funcionamento, tem sido um sistema altamente contestado pelos trabalhadores da Administração Pública em geral, pela sua burocracia, pela existência de quotas que foram, felizmente e bem, distintas neste Parlamento, se não me falha a memória já na legislatura anterior por proposta do PAN e que, naturalmente, votámos a favor, mas também por outros aspetos relativos até à subjetividade e complexidade deste sistema.

Ora, a alteração que existiu a nível nacional, trouxe alguns aspetos que podem ser positivos, mas também trouxe questões que levantam novas dúvidas.

Uma das queixas que os trabalhadores da Administração Pública têm muitas vezes, é a demora dos seus dirigentes em conseguirem fazer a avaliação atempadamente, e não foram poucas as vezes que nos últimos anos recebemos inúmeras queixas relativas ao tempo que decorre desde

que se inicia a avaliação até se concluir, para além das questões relativas às avaliações, mas isso é natural, daí a questão da subjetividade. As quotas levantavam problemas seríssimos, não sei se o mecanismo que existirá agora resolve todos os problemas —

logo veremos com a aplicação — mas a questão do tempo e da incapacidade dos serviços fazerem a avaliação atempadamente, é um problema recorrente e que se manteve durante vários anos.

Ora, uma das alterações principais que esta proposta traz, é definir que todas as avaliações serão anuais. E aí temos inúmeras dúvidas relativamente a essa medida. Não é necessariamente melhor a avaliação ser feita anualmente. Há carreiras onde a avaliação não é anual, mas nas carreiras gerais pretende-se que seja anual. Mesmo partindo do princípio de que essa é a melhor periodicidade, quem não consegue fazer avaliação atempada num ciclo bianual, vai conseguir fazê-la num ciclo anual? Temos muitas dúvidas e receamos que isso possa levar a que os processos se acumulem e que os trabalhadores não sejam avaliados, o poderá trazer prejuízo para a sua carreira. Nós salientamos aqui esse aspeto com muita clareza e é um dos aspetos que nos leva — além de acharmos que é preferível e o ideal seria haver um sistema menos burocrático e mais objetivo — a que tenhamos reservas relativamente à proposta e não possamos votar a favor dela, embora não tenhamos objeção quanto à sua aprovação, porque traz efetivamente melhorias.

Outras críticas e receios que nas audições dos sindicatos os trabalhadores trazem, têm a ver com a possível subjetividade da avaliação por competências, ao invés da avaliação por objetivos. Efetivamente, podendo existir subjetividade na avaliação por objetivos, em princípio, será mais objetivo — passe a redundância — a avaliação por objetivos, do que uma avaliação por competências. Veremos como é que isso depois se aplica, de certa forma damos o benefício da dúvida, mas não deixamos de levantar esse receio.

Estas são as principais reservas que temos relativamente à proposta de Decreto Legislativo Regional, reconhecendo alguns aspetos positivos, mas temos alguns receios e, por isso, principalmente por isso, vamo-nos abster da proposta, esperando e desejando que a aplicação se traduza numa melhor avaliação dos funcionários da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores é um instrumento essencial para garantir a qualidade e eficiência do serviço público na Região. Desde a sua implementação, tem sido alvo de ajustes, procurando alinhar-se com a realidade nacional e melhorar a gestão dos recursos humanos na administração regional. No entanto, qualquer sistema de avaliação só cumpre os seus objetivos se for justo, transparente e se promover efetivamente o desenvolvimento dos trabalhadores.

Após as alterações operadas ao SIADAP pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, existe a necessidade de revisão do SIADAPRA.

Importa salientar nesta revisão a anualização da avaliação dos trabalhadores (SIADAPRA 3); a valorização e qualificação dos trabalhadores, fazendo associar à sua avaliação de desempenho em cada ciclo avaliativo, uma formação específica obrigatória, ligada às competências a desenvolver nesse ciclo avaliativo e atribuindo-lhe efeitos diretos na avaliação da competência objeto de formação, não devendo (e ressalvo aqui) o trabalhador ficar prejudicado caso a entidade não ofereça essa formação; a redefinição das menções de avaliação dos trabalhadores que em consonância com o observado a nível nacional, passam a ser “inadequado”, “regular”, “bom” e “muito bom”, sem prejuízo da possibilidade de reconhecimento do “desempenho excelente”.

A revisão agora introduzida ao SIADAPRA, mormente ao SIADAPRA 3, associada a outras medidas recentemente implementadas, tais como as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2023/A, de 17 de julho, e no Artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho, permitem a distribuição das

menções de avaliação de acordo com o efetivo desempenho e mérito dos trabalhadores, favorecendo a valorização das suas carreiras.

O Presidente da UGT-Açores, na Comissão de Política Geral, destacou que o diploma é de grande importância para os trabalhadores da Administração Pública Regional, considerando que as alterações propostas representam uma adaptação necessária à realidade regional, em conformidade com as mudanças introduzidas no SIADAP a nível nacional. Por essa razão, manifestou o apoio da UGT ao projeto de lei.

Já a CGTP-IN Açores apresentou uma posição mais crítica. O seu coordenador considerou que esta revisão legislativa representa uma oportunidade perdida, pois, na sua perspetiva, mantém um sistema de avaliação que já se revelou ineficaz, em vez de criar um novo modelo mais justo e adequado às necessidades dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Além disso, expressou preocupações sobre o aumento da burocracia. Referiu que já era difícil implementar a avaliação bianual e que ao torná-la anual sem alterações estruturais no processo, os problemas poderiam persistir ou até agravar-se. Apesar de reconhecer que a avaliação anual é, em teoria, um modelo mais justo, criticou o método de avaliação do SIADAP, tanto a nível nacional como regional, ainda assim, destacou que na Região existem alguns aspetos mais positivos em comparação com o sistema nacional.

O SIADAPRA pode e deve ser uma ferramenta estratégica para valorizar os trabalhadores e melhorar a qualidade do serviço público nos Açores. Para que cumpra esse propósito, é fundamental garantir que todos os envolvidos tenham acesso à formação adequada, que os critérios de avaliação sejam claros e justos e que o processo seja transparente. Só assim será possível alcançar um modelo de gestão que motive os funcionários, promova a excelência e, acima de tudo, reforce a confiança dos cidadãos na Administração Pública Regional.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Analizamos, neste momento e nesta Casa, uma alteração proposta pelo Governo, a adaptação de algumas alterações (porque temos especificidades próprias) que foram feitas ainda com a última revisão do SIADAP a nível nacional e, naturalmente, o governo Regional dos Açores, de forma cautelosa, esperou para ver quais seriam as diferenças que haveria no SIADAP para, então, nos apresentar a adaptação à RAA, mantendo, sim, as especificidades próprias da nossa Região.

O que se pretende com estas alterações é que, através deste meio de avaliação da Administração Pública Regional, haja mais responsabilização, mais eficácia, mais eficiência e, sobretudo, qualidade na prestação de serviços na Administração Pública Regional, não esquecendo um dos grandes objetivos deste Governo nos Açores que é a valorização das carreiras, de cada trabalhador e a progressão justa na carreira de cada um.

Começo por evidenciar as principais alterações na proposta que nos traz o Governo Regional que se prendem essencialmente com o subsistema (SIADAPRA 3) que diz respeito, especificamente, aos trabalhadores da Administração Pública Regional. E, sim, a avaliação deixa de ser bianual e passa a ser anual, também nos parece importante (pode ser um pormenor) os 10 dias como prazo de reclamação, caso algum trabalhador sinta essa necessidade (passa de 5 para 10 dias) e o prazo de resposta da entidade passa de 10 para 5 dias, portanto, também aqui se acelera o prazo de reclamação e da obtenção de uma resposta.

De facto, nos Açores não estão em vigor quotas para a avaliação dos trabalhadores, essa já foi uma discussão que tivemos nesta Casa e que aprovámos, achando que seria justo o fim das quotas na Região. Também há mais algumas mudanças, como disse o

Sr. Secretário Regional, na obtenção de alguns de avaliação que é possível uma majoração nas férias do trabalhador, caso o seu desempenho corresponda ao que é esperado no ano seguinte e os procedimentos deixam de ser estritamente confidenciais, bem como mais alguns pormenores que são muito específicos deste sistema e que, sim, é bastante detalhado e a sua aplicação bastante minuciosa.

Em relação ao que disse a Sra. Deputada Isabel Teixeira, como sabe, também fiz as audições na Comissão de Política Geral, de facto, a UGT mostrou-se frontalmente a favor sem muitas ressalvas sobre este diploma e realmente a CGTP apontou alguns pormenores sobre os quais achava que deviam ser alterados. Mas também me recordo de ter feito no fim da audição — e isso estará no relatório com o habitual detalhe da Sra. Deputada — de ter perguntado à CGTP com o que é que não concordava e que apontasse especificamente o caminho e apresentasse as suas soluções, para que a ouvíssemos, sobre aquilo que não concordava. O representante da CGTP apressou-se a dizer “não me interprete mal, porque nós também concordamos com a proposta que nos traz o Governo Regional para a adaptação do SIADAP aos Açores”.

Não posso, contudo, terminar esta minha intervenção sem manifestar a minha total estranheza por o Bloco de Esquerda ser contra a progressão mais rápida nas carreiras dos trabalhadores da Administração Pública Regional...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse nada disso.

A Oradora: ... quando diz que prefere que a avaliação seja feita em 2 anos e não num ano.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Não conseguem fazer de 2 em 2 anos e vão fazer todos os anos?!

Deputado António Lima (BE): Temos dúvidas na capacidade de avaliarem as pessoas anualmente.

A Oradora: O senhor tem que aprender a confiar nas pessoas, Sr. Deputado António Lima.

É natural que deixe de ser feita a avaliação em 2 anos, e a bem dos trabalhadores da Administração Pública Regional para que possam progredir mais rapidamente nas suas carreiras, os próprios dirigentes também têm que se adaptar a essa nova realidade adaptativa do SIADAP que lhes incute responsabilização — palavra que o senhor talvez desconheça — e que possam, de facto, dar vazão aos processos e avaliar os seus trabalhadores de forma condigna. Para já não esquecer que há uma norma no orçamento de 2025 e também no de 2024 que finalmente, este sim, faz jus a esta matéria em que nos Açores, ao contrário do continente, os trabalhadores atingem e conseguem a sua progressão na carreira com 6 pontos, ao contrário do SIADAP que impõe 8 pontos no continente e não com os 10 pontos.

Portanto, não posso deixar de manifestar a minha estranheza, porque o Bloco de Esquerda está contra a progressão das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública Regional nos Açores. Para que todos fiquem com essa noção.

Obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): A senhora percebeu mal.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir mais neste debate, mas a Sra. Deputada Sabrina Furtado não faz uma interpretação, diz é uma coisa que eu não disse, aliás, disse o contrário do que eu disse.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Então diga lá o que é que eu disse.

O Orador: Nós queremos que os trabalhadores progridam o mais rapidamente possível, mas muitas vezes a avaliação não era feita de 2 em 2 anos. E, então, a dúvida é como é que vai ser feita todos os anos?

Qual é a parte que não percebeu?

Risos da Deputada Sabrina Furtado.

Vai ser possível fazer todos os anos? Perfeito. Mas vamos ver depois da aplicação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A dificuldade é mesmo essa, está na implementação.

O Orador: A senhora diz que os dirigentes têm de ser responsabilizados. Ora se todos os dirigentes, ou a maioria, não conseguirem, o que é que a senhora vai fazer a esses dirigentes? Vai demiti-los a todos?!

É preciso também ter consciência da aplicabilidade das medidas e nós levantámos uma dúvida — julgo eu legítima — tendo em conta o histórico que existe nesta matéria e que não é bom. Não é bom atualmente, não era bom no passado e já não é de agora; há uma dificuldade com este sistema, porque ele é difícil.

Por isso, julgo que o Governo saberá muito bem que é difícil e que as dúvidas são legítimas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

Levantar-se para me perguntar qual foi a parte que eu não percebi, se calhar aconselhava-o quando faz a análise dos diplomas, a olhar-se ao espelho e perguntar a si próprio qual é a parte que o senhor não percebeu que está a ser contra a progressão mais rápida da carreira dos trabalhadores, não concordando que seja em 2 anos, mas

que passe a ser num. Mas já que concorda ou que tenta fazer aqui um trocadilho de palavras para que todos lá em casa fiquem confusos com o que afinal acha o Bloco de Esquerda, eu desafio-o a não se abster e a votar a favor deste diploma.

Obrigada.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda há pouco tempo atrás ser funcionário público nos Açores era um pesadelo. O funcionário público não se atrevia sequer a sonhar que depois de algum tempo, depois de 4 ou 5 anos, estaríamos nesta posição, primeiro, a recuperação de tempo de serviço, depois a valorização das carreiras e, agora, esta alteração da legislação do SIADAPRA que vem garantir, sobretudo, duas coisas: a extinção das quotas e a progressão mais rápida das carreiras.

Bom, discute-se aqui se esta progressão mais rápida vai ou não vai ser cumprida pelo Governo Regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é nada disso.

O Orador: Eu penso que isto é um outro problema. E é por isso que o trabalhador tem o direito de reivindicar e reclamar, caso não venha a ser cumprido e passe o Governo Regional a ter que responder pelo seu não cumprimento da classificação e da avaliação do trabalhador anualmente, ao contrário dos 2 anos anteriores que impedia a progressão mais rápido dos trabalhadores, porque ser funcionário público nos Açores tem de ser

uma forma de nos podermos sentir bem com as nossas famílias, de progredir e, sobretudo, olhar para o futuro como outro tipo de esperança.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos uma proposta de alteração do sistema de avaliação aqui nos Açores. Um dos pontos que mais interessará aos açorianos será o SIADAPRA 3 que se refere e se aplica à avaliação do desempenho dos funcionários públicos. Eu lembro-me que quando foi instituída este sistema de avaliação na função pública, foi muito desmotivador para os funcionários públicos, porque introduziu critérios de avaliação que na sua aplicação tornava injusta a avaliação interpares dentro do mesmo serviço, nomeadamente a questão das quotas que era gritante, e este Parlamento já resolveu no passado (por proposta do PAN) essa situação e, portanto, agora o Governo apresenta-nos uma proposta de alteração que conforma o sistema de avaliação regional àquilo que é o sistema nacional, mantendo aqui algumas especificidades regionais, como seja a questão de poder haver uma majoração nas férias para os trabalhadores que têm avaliações relevantes.

Quanto ao resto, o prazo de reclamação do trabalhador perante a nota que lhe foi atribuída, também foi alargado de 5 para 10 dias, ou seja, conforma-se o prazo aquilo que é o prazo do Código de Procedimento Administrativo, é uma medida mais favorável aos trabalhadores, e reduz-se também em 5 dias o prazo que tem a instituição para responder a essa reclamação, o que acelera aqui o processo de avaliação.

Assim sendo, esperamos que com estas medidas mais justas se consiga tornar o sistema de avaliação dos funcionários públicos mais motivador, ao contrário daquilo em que o

regime de avaliação estava transformado desde o seu início que era um fator de desmotivação.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No diploma anterior relativo à CReSAPRA o Bloco de Esquerda acusou o Grupo Parlamentar do PSD de não votar a favor, vitimizando-se...

Aparte inaudível de um deputado não identificado.

A Oradora: Não, é o Sr. Deputado António Lima, porque o Bloco de Esquerda não é bem aquilo. Dizia eu, vitimizando-se que não votávamos a favor por causa do preponente da iniciativa.

A minha pergunta, neste momento, e levanto-me para fazê-la, é se o Sr. Deputado não se levanta apenas e só porque esta proposta é do Governo Regional dos Açores? Se vai manter a sua indiferença através da abstenção que declarou sobre este diploma ou se vai pôr-se ao lado dos trabalhadores dos Açores que usa constantemente como o grande defensor dos trabalhadores da Administração Pública Regional e alguns privados, não só nos Açores, ou se, de facto, hoje vai provar que só é amigo dos trabalhadores dos Açores quando lhe dá jeito e quando mais lhe convém?

Portanto, vai continuar a abster-se ou vai votar a favor de todos os trabalhadores dos Açores? É esta a pergunta que lhe deixo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada, bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado António Lima (BE): Nem merece resposta.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei à espera de que o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública clarificasse o espírito do legislador relativamente a circular normativa da DROPEP, até no seguimento do repto de há pouco no debate do PAN, mas o Sr. Secretário não clarificou e isso obriga-me a pedir a palavra novamente para o interpelar neste sentido. E, já agora, porque o Sr. Deputado António Lima falou na questão da avaliação anual, na qual eu vejo alguma bonomia, queria lembrar que o processo de avaliação dos trabalhadores da administração pública é um processo extremamente burocrático que agora fica facilitado com a libertação por parte das chefias de criar os objetivos para quem muitas vezes teve que avaliar na administração pública, sabe que era um autêntico tormento, mas é um processo extremamente complicado, não é um processo fácil e durante muitos anos levou a que as avaliações não fossem feitas, precisamente porque é um processo difícil. E apesar de agora estar simplificado, vai trazer às chefias, obviamente, um acréscimo de trabalho anual que eu temo que entupa algumas eficiências e retire algumas eficiências desses serviços. Mas cá estamos para rever, se for caso disso, porque retirando os objetivos e introduzindo a

questão das competências, para já é preciso perceber o que é que vão ser essas competências que serão avaliadas mas, obviamente, retira bastante trabalho burocrático às chefias e, obviamente também, facilita a progressão da carreira dos trabalhadores e, por isso, estamos de acordo com a avaliação anual, mas realçamos que este processo se pode tornar bastante burocrático e moroso e pode retirar algumas ineficiências à administração.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas para tentar clarificar algumas das questões que foram aqui levantadas.

Em relação à questão da anualidade, questão levantada pelo Sr. Deputado António Lima, não é algo que pudéssemos mexer. O quadro nacional ao qual temos que nos adaptar está definido e, na nossa leitura e dos nossos juristas, tinha que ser a anualidade.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade.

O Orador: Em relação àquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata referiu relacionado com a circular n.º 1/2025 da DROPEP, o que eu lhe posso dizer é que se pretende ter um efeito pedagógico junto dos dirigentes, para que possam começar a desenhar e a definir os critérios dos objetivos e das competências para poderem ser contratualizadas para a avaliação dos trabalhadores. É tão só isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço o esclarecimento do Sr. Secretário Regional, daí eu ter dito que tinha havido uma interpretação abusiva por parte das chefias da circular normativa. E o esclarecimento que estas mesmas chefias receberam — não sei se telefonicamente ou se por e-mail — foi que executassem como se essa lei já estivesse em vigor, porque de facto a circular normativa é muito duvidosa e fica claro aqui, da intervenção do Sr. Secretário Duarte Freitas, que os processos que estão a decorrer estão a ser feitos de acordo com a lei anterior e que esta circular foi apenas pedagógica.

É importante que isto fique registado nos Diários das Sessões, para que a reclamação dos trabalhadores e agentes da administração pública se possa proteger neste Diário da Assembleia como um esclarecimento do espírito do legislador quando emitiu a circular da DROPEP que está em vigor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco fiz uma pergunta à qual o Sr. Deputado António Lima em aparte disse que eu não merecia resposta, mas os trabalhadores açorianos lá fora esperam e merecem uma resposta sua, Sr. Deputado. Eu posso não merecer uma resposta sua, para mim é indiferente, mas todos os trabalhadores lá fora ficam hoje com a certeza absoluta de que o senhor não é o arauto da sua defesa, quando apenas manifesta a indiferença pela valorização e progressão das suas carreiras.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há más inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Sabrina Furtado:

Não sou o arauto nem sou o único defensor, nem pretendo ser, dos trabalhadores da Região.

Sra. Deputada, o facto de nós termos reservas, discordâncias ou dúvidas sobre uma proposta que tem coisas boas e tem coisas más, tem coisas que podiam ser melhores e até podia ser outra proposta totalmente diferente, mas é esta que estamos a votar e a debater, isso não significa que estejamos contra quem quer que seja. O mesmo se poderia dizer à Sra. Deputada que, por ter votado há pouco a proposta do Bloco de Esquerda, isso significaria que por princípio é contra a transparência.

É disso que se trata? É por princípio contra a transparência?

Deputado João Vasco Costa (PS): É, é. Para a Sra. Deputada é.

O Orador: Eu não vou descer ao nível de desonestidade intelectual que está a ter nas suas intervenções.

O Bloco de Esquerda tem a sua posição sobre esse sistema: não é um bom sistema aqui, não é um bom sistema a nível nacional. Temos dúvidas quanto à implementação possível destas alterações que não têm de ser exatamente como são a nível nacional, podemos inovar, podemos fazer diferente, nada obriga a que adotemos as mesmas soluções nacionais, aliás, como se fez com as quotas que permaneceram (e permanecem) a nível nacional. Podemos fazer diferente, melhor, pior, podemos fazer diferente. Mas não me venha com essas conversas de quem é que defende mais ou menos os trabalhadores. Nós defendemos os trabalhadores da forma que achamos que melhor os defende. E a Sra. Deputada e o PSD farão como entenderem. E é legítimo e democrático. Se lida mal com a democracia, temos pena.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Isso foi o que eu lhe disse. É bom é quando é para si. Quando é para os outros já não é.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII que “Procede à sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores”

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Coloco à votação o Artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: O Artigo 1.º do diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 5 do Artigo 48.º do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 5 do Artigo 48.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM à alínea f) do n.º 1 do Artigo 56.º do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração à alínea f) do n.º 1 do Artigo 56.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: O Artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes Artigos do diploma — 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º — não têm propostas de alteração. Pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação os Artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor se manter como estão.

Secretária: Os Artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do diploma foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII foi aprovada em votação final global com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Peço desculpa, temos que repetir a votação do Artigo 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Repetimos a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XIII foi aprovada em votação final global com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Está encerrado este ponto da nossa agenda.

Sr. Deputado José Pacheco para...?

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã.

Boa noite a todos.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 26 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Os Serviços de Redação.